

**UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL**

DÉBORA CRISTINA DA SILVA

**OS BANHADOS EM NÓS E NÓS NOS BANHADOS: PATRIMÔNIO CULTURAL,
MATERIAL E NATURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS, RIO
GRANDE DO SUL**

**Novo Hamburgo
2016**

DÉBORA CRISTINA DASILVA
GESTORA AMBIENTAL

**OS BANHADOS EM NÓS E NÓS NOS BANHADOS: PATRIMÔNIO CULTURAL,
MATERIAL E NATURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS, RIO
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Kuhn Junior

Novo Hamburgo

2016

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Silva, Débora Cristina da.

Os banhados em nós e nós nos banhados: patrimônio cultural, material e natural da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul / Débora Cristina da Silva. – 2016.

132 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2016.

Inclui bibliografia e apêndice.

“Orientador: Prof. Dr. Norberto Kuhn Junior”.

1. Resíduos hídricos. 2. Área úmida. 3. Rio dos Sinos (RS).
4. Patrimônio. 5. Banhado. I. Título.

CDU 658.56:504

Bibliotecária responsável Bruna Heller– CRB 10/2348

DÉBORA CRISTINA DA SILVA

OS BANHADOS EM NÓS E NÓS NOS BANHADOS: PATRIMÔNIO CULTURAL, MATERIAL E NATURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS, RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale e aprovado em 26/02/2016 pela Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Norberto Kuhn Junior (Orientador)
Universidade Feevale

Profa. Dra. Ana Luiza Carvalho Rocha
Universidade Feevale

Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Garcia
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Ao amigo, mestre, incentivador,
“obrigado pelos peixes”
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A conclusão do mestrado, materializado nesta dissertação, foi possível pelo incentivo do COMITESINOS, onde trabalho; pelo apoio emocional e torcida coruja da minha mãe, Dona Edi; pela capacidade da Viviane, que relevou minhas ausências nos dias de aula e de atividades extraclasse indispensáveis para minha formação; pelo apoio da Liama, na manutenção da minha linha de crescimento pessoal; pela compreensão, parceria e distanciamento nas horas certas, dos amigos; pelas discussões animadas e catarses ‘reconstituidoras’ com os colegas; pelo suporte e estímulo permanente dos professores; pelo choque de realidade dado pelo orientador já no primeiro encontro – “o mestrado é um processo solitário” – jamais esquecido; pelos parceiros de pesquisa que me dedicaram horas de conversas, além dos pacientes Guto e Anderson, que me receberam generosamente mostrando abertamente seus trabalhos; pelos meus mascotes que souberam deitar ao meu lado, mesmo quando queriam chamegos e carinhos; pelos meus sobrinhos e afilhados que relevaram a escassa agenda; pelo Jorge que cozinhou, serviu chimarrão e buscou outras ocupações enquanto horas de leitura e escrita me consumiam.

A todos vocês, meus agradecimentos sorridentes pela finalização desta etapa, mantendo todos vocês ao meu lado!

RESUMO

Os banhados (termo local de identificação de áreas úmidas) são capazes de influenciar benéficamente as condições de qualidade e quantidade das águas. A ocupação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos potencializa os efeitos negativos de inundações e aumenta a dificuldade de tratamento da água bruta para abastecimento humano. Ecossistemas que abrigam uma diversidade importante de espécies de plantas e animais, exercem papel de área de extravasamento dos corpos hídricos, capazes de armazenar e filtrar água dos períodos de cheia. A presente dissertação propõe-se a defender o tombamento dos banhados como patrimônio, uma opção alternativa às leis de conservação ambiental e de gestão de recursos hídricos, por que estas não são observadas a ponto de assegurar a conservação dos banhados. Para tanto, baseou-se em duas questões orientadoras: a) Qual o espaço que o banhado tem na vida das pessoas que habitam a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos?; b) Existem fatores materiais, culturais e naturais capazes de contribuir para o processo de tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos? Para essa pesquisa, foram analisadas as políticas públicas e instrumentos legais que fundamentam a gestão dos recursos hídricos da região, através do COMITESINOS. Mas também foram consideradas outras fontes capazes de traduzir a relação entre pessoas e banhados: registros fotográficos, músicas, literatura e, especialmente, a escuta de narrativas de pessoas que viveram os banhados e que revelam “os banhados em nós e nós nos banhados”. Foram tratados, de um lado, dos riscos e ameaças dessa convivência, da marginalização de comunidades afetadas por períodos de cheia. Por outro lado, das trajetórias sociais, da melancolia de tempos vividos, do exercício da fé e do fornecimento de alimentos que valorizam tais ecossistemas e apontam para sua conservação. Pelos elementos descobertos nesta trajetória de pesquisa, é coerente a recomendação de que o reconhecimento dos banhados como patrimônio material, cultural e natural da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos desponta como uma estratégia viável de conservação “dos banhados em nós e de nós nos banhados” a ser incorporada às ações dos órgãos gestores.

Palavras-chave: banhado; área úmida; Rio dos Sinos; patrimônio; recursos hídricos.

ABSTRACT

Banhados (a local term used to identify marshes and wetlands in the state of *Rio Grande do Sul*) are able to beneficially influence the quality and the quantity of available waters in a watershed. Occupation of wetlands in the *Rio dos Sinos*' watershed enhances the negative effects of floods and increases the difficulty of water treatment for human consumption. These Ecosystems that shelter an important diversity of plant and animal species, also serve as flooding plains for the overflow of water bodies, and are capable of storing and filtering water in flooding periods. This dissertation aims to defend that enlisting wetlands as heritage is an alternative option to the current laws of environmental conservation and water resources management, given that these laws are not respected to point of securing their conservation. In this regard, two major research questions framed this study: a) What place do wetlands occupy in the lives of people that live in the *Rio dos Sinos*' watershed? b) Are there material, cultural and natural factors that are capable to contribute to the process of enlisting wetlands of the *Rio dos Sinos*' watershed as heritage? For this study, we analyzed public policies and legal instruments that provide the ground for water resources management through the *Comitesinos*. However, other sources of information that are able to translate the relationship between people and wetlands were also considered: photographic records, music, literature and specially, narratives of people that experienced living in the wetlands and revealed "*the wetlands within us and us within the wetlands*". From one side, we looked at the risks and threats of this coexistence, and the marginalization of people affected by flood seasons. From another side, we looked at their life paths, the sadness of times experienced in life, the exercise of faith and the supply of food that value such ecosystems and point to the need for their conservation. Based on the elements found in this study, recommending to acknowledge wetlands as material, cultural and natural heritage of the *Rio dos Sinos* watershed is coherent and such acknowledgement emerges as a viable conservation strategy for "*the wetlands within us and us within the wetlands*" that must be incorporated into the actions of the public sector.

Keywords: marsh; wetland; Rio dos Sinos; heritage; water resources

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estado do Rio Grande do Sul com destaque para a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, adaptado do Google Earth® (2014).....	1
Figura 2 - Bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios), adaptado do Google Earth® (2014).....	2
Figura 3 - Áreas úmidas da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos durante 26 anos (Moura et al, 2013, p. 4).	14
Figura 4 - Bens tombados no Rio Grande do Sul (IPHAE, 2015).....	21
Figura 5 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, chegada à Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos), para saída da procissão fluvial em direção à Porto Alegre/RS.	37
Figura 6 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da saída da Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.	38
Figura 7 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.	38
Figura 8 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, moradores saindo para a Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.	40
Figura 9 - Roda d'água no município de Campo Bom/RS, pintada em 2003, fotografada em 19 de fevereiro de 2015.	41
Figura 10 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios) e a trajetória da Parceira 1 de pesquisa a partir de seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).....	47
Figura 11 - Visão aproximada do mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a trajetória da parceira 1 de pesquisa a partir dos seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).....	47
Figura 12 - Mapa da parte urbana do município de Novo Hamburgo/RS, datado de 2015, com identificação dos municípios limítrofes e identificação da localização das principais empresas existentes na década de 1970, conforme o Parceiro 2, adaptado do Google Earth® (2015).....	51
Figura 13 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios) e a trajetória do Parceiro 2 de pesquisa a partir de seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).....	53
Figura 14 - Visão aproximada do mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a trajetória do parceiro 2 de pesquisa a partir dos seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).....	53
Figura 15 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios) e a trajetória dos Parceiros 3 e 4 de pesquisa a partir de seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).	55
Figura 16 - Visão aproximada do mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a trajetória dos parceiros 3 e 4 de pesquisa a partir dos seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).....	55
Figura 17 - <i>Arctium lappa</i> L., conhecida popularmente como bardana.	58
Figura 18 - <i>Arctium lappa</i> L. Exsicata LINN 964.1.	58
Figura 19 - <i>Canna glauca</i> L., conhecida popularmente como caeté-do-brejo.	58
Figura 20 - <i>Canna glauca</i> L. Exsicata LINN-HS 1.27	58

Figura 21 - <i>Echinodorus macrocarpus</i> , conhecida popularmente como chapéu-de-couro.....	58
Figura 22 - <i>Echinodorus macrocarpus</i> . Exsicata RB00562200.....	58
Figura 23 - <i>Heteranthera reniformis</i> , conhecida popularmente como aguapé-do-arroz.....	59
Figura 24 - <i>Heteranthera reniformis</i> . Exsicata A1-630.....	59
Figura 25 - <i>Myriophyllum aquaticum</i> , conhecida popularmente como milfolhas-da-água.....	59
Figura 26 - <i>Myriophyllum aquaticum</i> . Exsicata UEC 106615.....	59
Figura 27 - <i>Typha domingensis</i> , chamada popularmente de taboa.....	60
Figura 28 - <i>Typha domingensis</i> . Exsicata SP 9567.....	60
Figura 29 - <i>Xanthosoma violaceum</i> , chamada popularmente de taioba-roxa.....	60
Figura 30 - <i>Xanthosoma violaceum</i> . Exsicata HbVirtFIBras.....	60
Figura 31 - Imagem de satélite que exibe o bairro São Geraldo, do município de São Leopoldo/RS, na margem esquerda do Rio dos Sinos (Fonte: Defesa Civil de São Leopoldo, 2014).....	65
Figura 32 - Imagem de satélite que exibe o bairro São Geraldo, do município de São Leopoldo/RS, na margem esquerda do Rio dos Sinos com a indicação do alcance da inundação de 2013 (Fonte: Defesa Civil de São Leopoldo, 2014).....	65
Figura 33 - Charge de Sinovaldo, 2013.....	72
Figura 34 - Charge de Jaime, 2013.....	73
Figura 35 - Charge de Jaime, 2013.....	74
Figura 36 - Charge de Jaime.....	75
Figura 37 - Charge de Sinovaldo, 2013.....	75
Figura 38 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua das Camélias, bairro Feitoria em São Leopoldo/RS, área de entorno do Parque Imperatriz Leopoldina.....	76
Figura 39 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua das Camélias, bairro Feitoria em São Leopoldo/RS, área de entorno do Parque Imperatriz Leopoldina.....	77
Figura 40 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua da Praia, Centro de São Leopoldo/RS, acesso à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, margem do Rio dos Sinos.....	78
Figura 41 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Ponte Vinte e Cinco de Julho, Centro de São Leopoldo/RS, sobre o Rio dos Sinos, com vista para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (casa azul), que estava com o pátio alagado na ocasião do registro.....	78
Figura 42 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 05/03/2010 – Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS, próximo ao Parque Imperatriz.....	79
Figura 43 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 18/03/2010 – Moradia sobre palafitas à margem do Rio dos Sinos entre Sapucaia do Sul e Canoas/RS.....	80
Figura 44 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da localidade de Porto Bloss, com urbanização intensa às margens do Rio dos Sinos em Campo Bom/RS.....	81
Figura 45 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009 – Várzea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS.....	81
Figura 46 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009 – Várzea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS.....	82
Figura 47 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009, várzea do Rio dos Sinos inundada em Taquara/RS.....	82

Figura 48 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009, várzea do Rio dos Sinos inundada em Taquara/RS.....	83
Figura 49 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da foz do Rio Paranhana, junção com o Rio dos Sinos em Taquara/RS.	83
Figura 50 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da várzea do Rio Rolante em Taquara/RS.....	84
Figura 51 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea do banhado do Rio dos Sinos dentro do território do Parque Imperatriz, São Leopoldo/RS.....	84
Figura 52 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Imagem aérea do banhado do Rio dos Sinos na altura de Novo Hamburgo/RS, e à direita a Avenida Integração.....	85
Figura 53 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 18/03/2010 - Travessia do Rio dos Sinos entre Sapucaia do Sul e Nova Santa Rita/RS.	85
Figura 54 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/06/2010 – Prática de canoagem no Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS.	86
Figura 55 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS, demonstrando a alteração do curso do leito (tracejado vermelho aplicado posteriormente).	87
Figura 56 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 06/12/2009 – Prática de pesca com rede no Rio dos Sinos em Taquara/RS.	88
Figura 57 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Olarias (extração de barro para fabricação de tijolos) à margem do Rio dos Sinos em Campo Bom/RS.	89
Figura 58 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em dezembro/2008 – Extração de areia do Rio dos Sinos nas proximidades de São Leopoldo e Sapucaia do Sul /RS.....	89
Figura 59 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Extração de areia do Rio dos Sinos em Sapucaia do Sul /RS.	90
Figura 60 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Ocupação de áreas úmidas com atividade agrícola e retificação de trecho do Rio dos Sinos em Santo Antônio da Patrulha/RS.....	91
Figura 61 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 03/03/2010 – Antiga captação de água bruta do Serviço de Água e Esgotos – SEMAE, no Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS.....	92
Figura 62 – Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2006).	93
Figura 63 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2009).	93
Figura 64 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2011).	93
Figura 65 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2014).	93
Figura 66 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2005).	95
Figura 67 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2011).	95
Figura 68 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2013).	95
Figura 69 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2003 e 2009).....	97

Figura 70 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2003 e 2009).....	97
Figura 71 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2010 e 2014).....	97
Figura 72 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2010 e 2014).....	97
Figura 73 - Tela do artista plástico Anderson Neves, retratando atividade mineradora no município de Taquara/RS. Pintada em 2009, registrada em 19 de fevereiro de 2015.....	98
Figura 74 - Tela do artista plástico Anderson Neves, para o Projeto Retrato do Patrimônio Histórico do Vale do Sinos - Parque Assis Brasil, município de Esteio/RS. Pintada em 2003, registrada em 19 de fevereiro de 2015.	100
Figura 75 - Tela do artista plástico Anderson Neves com banhados de Lomba Grande, município de Novo Hamburgo/RS. Pintada em 2003, registrada em 19 de fevereiro de 2015.....	101
Figura 76 - Pannel do artista plástico Anderson Neves, sobre Campo Bom, pintada em 2003. Registro de 19 de fevereiro de 2015.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
2 - BANHADOS COMO PATRIMÔNIO.....	11
2.1 O que são os banhados.....	11
2.2 Banhados como patrimônio.....	17
3 – TEMORES E ESPERANÇA NOS BANHADOS.....	26
3.1 Banhados de temores.....	26
3.2 Banhados de forças.....	32
3.3 Banhados de esperança.....	36
4 - VIDA NOS BANHADOS.....	43
4.1 A paisagem dos banhados nas trajetórias sociais.....	43
4.2 Alimento à vida.....	56
4.3 Usos e avanço da ocupação dos banhados.....	61
5 - RECOMENDAÇÕES – O DESTINO DOS BANHADOS EM NÓS, E DE NÓS NOS BANHADOS.....	104
CONCLUSÕES.....	108
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, localizada no estado do Rio Grande do Sul, região sul do Brasil, constitui o território delimitador desta dissertação.

Parte-se da noção de território que considera suas dimensões simbólica, cultural e de identidade para apresentar a Bacia Sinos, que tem área de aproximadamente 3.280km² (figuras 1 e 2), abrangendo (total ou parcial) de 32 municípios, concentrando mais de 1.200.000 habitantes que se beneficiam de mais de 4.000 km de malha hídrica, incluindo seu curso principal, o Rio dos Sinos, que nasce no município de Caraá e deságua no Delta do Jacuí, município de Canoas (COMITESINOS; UNISINOS, 2006 apud SILVA, 2010 p. 6).



Figura 1 - Estado do Rio Grande do Sul com destaque para a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, adaptado do Google Earth® (2014).

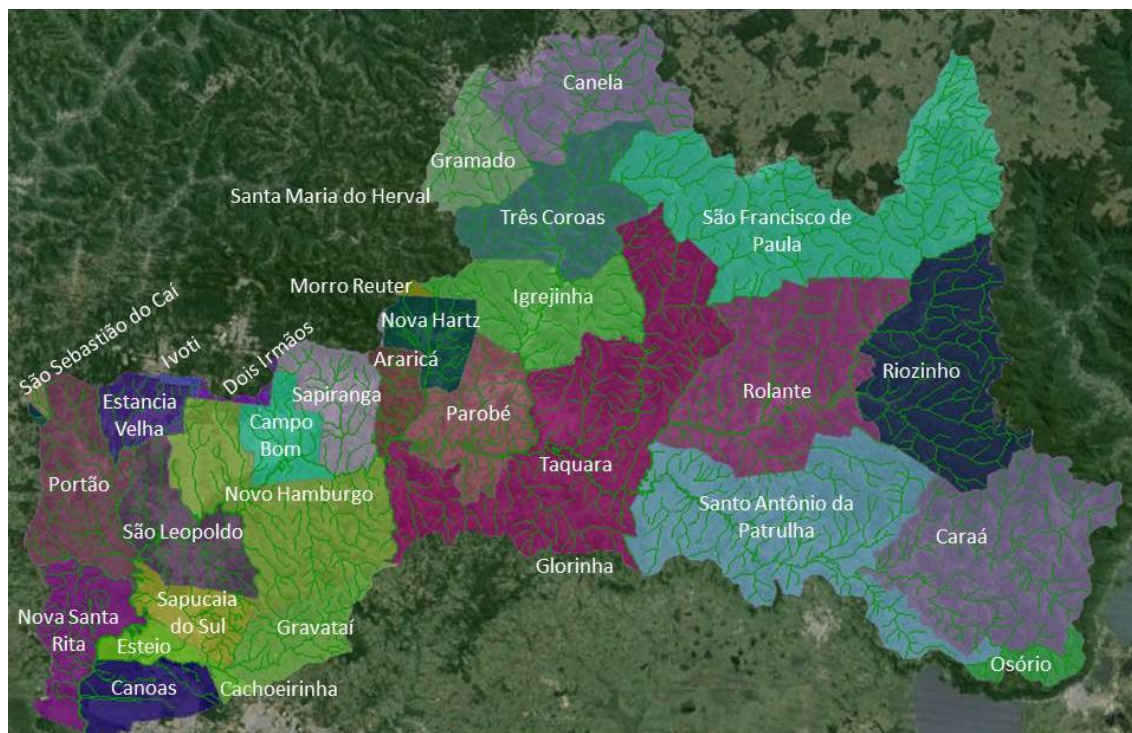


Figura 2 - Bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios), adaptado do Google Earth® (2014).

Chama-se bacia hidrográfica o território que, configurado pelo relevo, drena as águas das chuvas para um mesmo corpo hídrico principal por força da gravidade, neste caso, o Rio dos Sinos. A bacia hidrográfica do Rio dos Sinos compõe, geomorfologicamente, uma unidade territorial. Porém é recoberta por distintos matizes, é um lugar repleto de lugares: nem o próprio Rio dos Sinos é o mesmo em seus diferentes trechos. Abstraindo a ação antrópica, suas águas se apresentam límpidas e cristalinas, correndo sobre pedras e poços nas regiões de cabeceiras. Em seguida os seixos vão tomando características menores e então transitam suavemente para um solo arenítico, e a transparência das águas vai perdendo a vez para a coloração marrom-avermelhada, como chegam à foz.

As condições de qualidade e quantidade das águas da região, necessárias à manutenção da vida – inclusive humana, dependem da observância e busca de soluções para a sustentação do equilíbrio mínimo. Deste contexto da Bacia Sinos, destacam-se as áreas úmidas (localmente denominadas banhados). Ecossistemas “formados por organismos vivos, com um determinado nível de organização” (VERDUM, 2012, p.17), intermitentes ou perenes, os banhados abrigam uma diversidade importante de espécies de plantas e animais. Servem de abrigo para reprodução de peixes, espaços ricos em alimentos para aves, e neste processo desempenham grande influência sobre as condições de qualidade da água (pois

retém nutrientes). Os banhados também exercem papel de área de extravasamento dos corpos hídricos, capazes de armazenar água dos períodos de cheia e liberá-la aos poucos, reabastecendo rios e arroios nas épocas de menor precipitação.

Os banhados, como ecossistemas capazes de influenciar benéficamente as condições de qualidade e quantidade das águas, são alavancadores de disputas que até então não estavam tão evidentes quanto agora. Se por um lado a ocupação daquele solo é interessante, por outro, potencializa os efeitos de inundações e aumenta a dificuldade de tratamento da água bruta para abastecimento humano, por exemplo.

Este lugar de multiplicidades é incorporado como território pelos indivíduos, em processo relacional permanente. Os 'gaúchos', termo que identifica as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul, têm com os banhados relações estreitas. Entendido, portanto, como um espaço de múltiplas relações, onde na pulsação dos banhados pulsa também a vida e os interesses dos grupos humanos é que fundamos nossa questão de pesquisa: Qual o espaço que o banhado tem na vida das pessoas que habitam a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos? Existem fatores materiais, culturais e naturais capazes de contribuir para o processo de tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos?

Com base nessas questões de pesquisa, nossa expectativa é de que, observando as características que nos conectam aos banhados, se possa reconhecê-los como patrimônio material, natural e cultural da região. Em torno dessa expectativa (que aqui tem força de hipótese de trabalho) organizamos nossos objetivos de estudo, quais sejam: identificar em diferentes fontes (nos banhados cantados, nos banhados iconografados, nos banhados escritos, nos banhados narrados), as memórias e experiências vividas pelas pessoas que moram ou que desenvolvem atividades conectadas aos banhados; as percepções sobre o desenvolvimento das cidades e como os banhados dão suporte a atividades econômicas de importância à região; verificar, a partir dessas fontes, se existe lastro cultural que nos permita defender a patrimonialização dos banhados (patrimônio material, cultural e natural) como suporte estratégico à conservação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, colocando a patrimonialização agenda do COMITESINOS como alternativa às leis de conservação ambiental e de gestão de recursos hídricos.

Os resultados das atividades de pesquisa, ocorridas ao longo do período de

desenvolvimento desta dissertação (2014-2016), foram organizados da seguinte forma:

- Capítulo 1 – “Breves considerações metodológicas”: entendemos que o percurso de desenvolvimento da dissertação apresenta um pouco daquilo que também está presente em quem a escreve. Nesse tópico vamos expor os passos da pesquisadora e da pesquisa, buscando sinalizar para as estratégias metodológicas usadas para assegurar objetividade no estudo de uma realidade onde a pesquisadora encontra-se profissionalmente inserida.

- Capítulo 2 – “Banhados como patrimônio”: Onde está conceituado o termo ‘banhado’, bem como apresentados os benefícios de sua conservação. No segundo tópico estão apresentados elementos que permitem defender a patrimonialização dos banhados.

- Capítulo 3 – “Temores e esperança nos banhados”: Subdividido em dois tópicos, expressa experiências de medo e exclusão por pessoas que moram ou que desenvolvem atividades conectadas aos banhados, a partir da leitura de diferentes narrativas. No segundo tópico, está defendida a importância da conservação dos banhados pelos serviços ecossistêmicos¹ prestados à comunidade, bem como a interação social pela veia da fé e da alimentação.

- Capítulo 4 – “Vida nos banhados”: Subdividido em dois tópicos, apresentando os banhados, que expostos a tantas alterações (aterramentos, diques, drenagens) compõem a percepção flutuante dos habitantes acerca de seu meio, e com isso modificam, ao longo do espaço e do tempo, as formas de interação entre homem e ambiente. Em seguida a paisagem é lembrada nas trajetórias sociais dos parceiros de pesquisa, de chargistas, fotógrafo, artista plástico, compositores, escritores. Imbricado nas memórias de infância, no desenvolvimento das cidades, os banhados dão suporte a atividades econômicas de importância à região.

_ Capítulo 5 - “Recomendações – O destino dos banhados em nós, e de nós nos banhados”: Em que estão expressas ações possíveis em prol da conservação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos como patrimônio material, cultural e natural. Endereçado a entidades específicas, pretende-se fornecer subsídios para a argumentação da conservação dos banhados.

¹ Serviços Ambientais: Também denominados “serviços ecossistêmicos, são bens e serviços providos pelo ambiente que contribuem direta ou indiretamente para o bem estar humano” (SOSINSKI, 2014). Os serviços ambientais incluem a melhoria da qualidade do ar, da água, do solo e a preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos (SENADO, 2014).

Por fim, as conclusões sintetizam os resultados obtidos nesta dissertação.

1 – BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Gestora Ambiental, moradora, trabalhadora, nascida e criada na Bacia Sinos, a autora é parte do contexto de que trata esta dissertação. Aliás, esta é a motivação primeira: ser da bacia e perceber os banhados se esvaindo. Portanto, esta dissertação apresenta um pouco daquilo que também está em quem a escreve. Formas de expressão, registros ou produtos culturais que demonstram os banhados que permeiam os gaúchos, para além do mapeamento ecológico da região.

O local de partida desta dissertação está na experiência própria de quem trabalha, desde 2004, no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – COMITESINOS criado através do Decreto Estadual Nº 32.744 de 17 de março de 1988, alterado pelo Decreto Estadual Nº 39.114 de 1998, para adequação à Lei Gaúcha das Águas (que instituiu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 1994, através da Lei Estadual Nº 10.350). Tal lei, atendendo ao Artigo 171 da Constituição Estadual, considera a bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento e gestão (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Embora há onze anos no COMITESINOS, foi em 2015, durante aula ministrada pelos biólogos Julian Mauhs e Martin Molz em curso promovido pelo Projeto VerdeSinos, que foi possível compreender a dimensão dos desafios da gestão das águas da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Segundo Mauhs e Molz (2015), o Rio dos Sinos é o 19º em tamanho no Estado. Mesmo tão pequeno precisa dar conta de interesses e necessidades tão híbridas e pesadas para o seu porte. O território da bacia do Rio dos Sinos corresponde a aproximadamente 1,3% da superfície do Estado do Rio Grande do Sul, com participação de 21,2% no Produto Interno Bruto estadual – PIB total em 2006 (SEMA, 2013, pg. 2-26).

A compatibilização da gestão de recursos hídricos e o atendimento às demandas socioculturais compõem mais um dos desafios da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, pauta cada vez mais importante do COMITESINOS, como fórum de harmonização e construção do equilíbrio entre os diferentes interesses que se sobrepõem à região. Nesta linha, o COMITESINOS é coordenador político e de mobilização social do Projeto VerdeSinos (iniciado em 2007, primeira fase), atualmente patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Socioambiental, e que objetiva, na presente etapa (segunda fase): a) recuperar e conservar matas ciliares, b) proteger nascentes e encostas, c) ampliar as Unidades de Conservação, d) conservar banhados, e e) promover educação ambiental.

Os passos perseguidos foram os seguintes:

- Levantamento de dados acerca das relações culturais e histórico-sociais com as áreas de banhados da bacia.
- Averiguação, a partir da produção científica já disponível, da situação atual de conservação dos banhados e apurada a relação entre a manutenção dos banhados e a gestão de recursos hídricos.
- Identificação de políticas públicas e instrumentos legais, ambientais, de gestão de recursos hídricos e patrimoniais, que favorecem a conservação de banhados.
- Levantamento dos procedimentos aplicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - IPHAE para o tombamento de patrimônios culturais, materiais e naturais foram avaliados.
- Observação em campo, especialmente em eventos públicos promovidos pelo COMITESINOS.
- Pesquisa iconográfica em charges, pinturas e fotografias;
- Pesquisa bibliográfica, na literatura e na música;
- Observação de imagens de satélite, através do dispositivo gratuito Google Earth®;
- Entrevistas a moradores da Bacia Sinos (considerando a expectativa de obter relatos sobre a modificação da paisagem da Bacia Sinos nos últimos quarenta anos).
- Elaboração de recomendações pensando na conservação dos banhados.

Destaca-se a importante participação dos quatro moradores da bacia que foram entrevistados. A intensão de envolvê-los foi de observar em suas narrativas as situações de conexão com os banhados. Todos relataram suas trajetórias, o que envolveu muito mais do que os banhados, mas suas histórias de vida com as alegrias, dificuldades, melancolia e tristezas. Tal entrega representou para a presente pesquisa uma enorme parceria. Tanto que os entrevistados, aqueles que se disponibilizaram a compartilhar de suas histórias, estão denominados como 'parceiros' e numerados para preservar suas identidades. Os critérios de escolha dos parceiros foram estabelecidos considerando a expectativa de obter relatos sobre a modificação da paisagem da Bacia Sinos nos últimos quarenta anos. Então

deveriam ser pessoas com mais de sessenta anos de idade, residindo na região há pelo menos quatro décadas, equilibrando o número de parceiros de acordo com sua identidade de gênero. Todos foram acessados através dos círculos de convivência da autora. E embora antecedidas de uma breve explicação acerca do tema desta dissertação, as entrevistas foram na verdade conversas longas e agradáveis, regadas ao aconchego do chimarrão (bebida quente à base de erva mate).

A partir das diferentes fontes acessadas, seguiu-se uma trajetória interpretativa que apresenta os resultados desde os temores e conflitos que os usos dos banhados imbricam, crescendo para a vida que pulsa neste ecossistema riquíssimo, culminando na esperança que tais áreas carregam.

Pelo exposto, a representação dos banhados da Bacia Sinos em imagens compõe campo diverso e rico de pesquisa. Na tentativa de estabelecer uma linha racional de análise das imagens identificadas, e ciente de que maior tempo de pesquisa proporcionaria um rol muito mais amplo de resultados, buscou-se um agrupamento por estilo: charge, pintura, fotografia.

De maneira bastante direta, pode-se afirmar que a “iconografia está relacionada às imagens ou signos, que tem sentido para determinada cultura” (LOPES, 2013, p. 2), podendo ser imagens de esculturas, imagens cinematográficas, ilustrações, gravuras, obras arquitetônicas, quadros, fotografias.

Em seu estudo sobre a utilização de imagens como método complementar de ensino de história, Lopes (2013), afirma que a “pintura e a charge são duas fontes iconográficas que podem ser trabalhadas (...) na construção do saber, a partir do exercício interpretativo da iconografia” (p. 2). Miani (2014), doutor em História e pós-doutor em Comunicação, afirma que “a mera presença da imagem, por si só, já seria condição necessária para justificar o empenho dos historiadores em compreender seus impactos e transformações nos mais diversos contextos sócio históricos” (p. 137).

A arte da fotografia carrega o desafio de recortar entre quatro linhas aquilo que o observador vê, mas que só é percebido porque carregado daquilo que ele sente. “A fotografia surge no momento em que o mundo vive grandes transformações na forma de produção e consumo, gerando o desejo por novas imagens”, com isso a transição entre a pintura e a fotografia oportunizou a popularização de cenas de paisagens (COELHO, 2012, p. 215).

E com tantas imagens, e imagens magníficas, o desafio passou a ser o de

estabelecer critérios de seleção das mesmas, na impossibilidade de usá-las todas. Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2011), em seus estudos etnográficos em grandes centros urbanos, apostaram no pressuposto de que “os seres humanos são habitados por imagens, se pensam através delas e enquadram o tempo e o mundo a partir de determinadas constelações de imagens” (ECKERT & ROCHA, 2011, p. 108). Por isso, as imagens compõem elemento importantíssimo de investigação.

A observação de imagens de satélite, através do dispositivo gratuito da empresa Google®, denominado Google Earth®, auxiliou na análise do processo de ocupação da região da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, com olhar especial sobre as áreas de banhados.

Poderia ter sido feito o exercício de análise de fotografias da mesma paisagem em diferentes épocas, “possibilitando desvelar as diferentes camadas espaço-temporais superpostas na paisagem” (COELHO, 2012, p. 217). Mas considerando a comprovação científica já existente acerca da redução dos banhados pela urbanização e também pela ocupação agrícola do solo, o proposto aqui é verificar o registro iconográfico dos banhados como ponto de interesse artístico. Assim, não foram considerados registros de campo feitos por profissionais das ciências naturais, ainda que possuidores de importantes capturas da beleza cênica dos banhados. Pois o que se quer é demonstrar a ligação entre as comunidades e as áreas úmidas em contexto social, histórico, de vivência e sentido, talvez menos racional. Por isso, as imagens exibidas não foram capturadas para esta dissertação. São imagens registradas para fins artísticos, comerciais, turísticos ou interesses pessoais.

Sem o intuito de esgotar o vasto campo de possibilidades, a presente dissertação busca verificar se há fatores culturais, materiais e naturais que possam contribuir para o processo de tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

Cabe destacar que as fontes pesquisadas não podem ser colocadas todas no mesmo patamar. Cada uma delas carrega seu valor pelo registro que apresenta, mas são de tempos e contextos distintos, de durabilidades diferentes. A charge que sai em um jornal impresso nos dias atuais tem validade curta, enquanto a literatura apresentada tem se perpetuado, especialmente através do sistema de ensino, e atravessado décadas.

Cabe também destacar que as canções selecionadas são fortemente nativistas. Não que outros estilos não tenham sido pesquisados, mas por reportarem-se com mais proximidade à temática-foco. Somente quando o nativo rio-grandense foi se perdendo pelo crescimento das cidades que surgiu o movimento tradicionalista. Tal movimento busca manter a conexão do gaúcho urbano com o gaúcho que vivia da lida campeira.

Outra observação que deve estar presente durante a leitura da presente dissertação está relacionada com a necessária separação entre homens e banhados para possibilitar a interpretação daquilo que os conecta. Mas que a autora persegue a convicção de que as pessoas estão nos banhados tanto quanto os banhados estão nas pessoas. Não há separação.

2 – BANHADOS COMO PATRIMÔNIO

Para conduzir a reflexão em torno do potencial estratégico do reconhecimento dos banhados como patrimônio material, cultural e natural, em prol da conservação da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos - “dos banhados em nós e de nós nos banhados” – inicia-se pela compreensão do que está implicado nessa condição de “ser” um banhado e de “ser” patrimônio.

2.1 O que são os banhados

Como as definições técnicas acerca dos banhados ressaltam a importância da sua manutenção para a diversidade de espécies e de serviços prestados, optou-se por apresentá-las somente neste momento.

Para os fins desta dissertação, adotou-se a definição de área úmida utilizada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul:

zonas de transição terrestre-aquáticas que são periodicamente inundadas por reflexo lateral de rios e lagos e/ou pela precipitação direta ou pela água subterrânea e que resultam num ambiente físico-químico particular que leva a biota a responder com adaptações morfológicas, anatômicas, fisiológicas, fenológicas e/ou etológicas e a produzir estruturas de comunidades características para estes sistemas (FEPAM apud OLIVEIRA et al, 2007, p. 4123-4124).

Wolfgang Junk é um zoólogo alemão que coordena o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas do Brasil (IHU, 2013, p. 2). Para ele, “as áreas úmidas devem possuir presença, pelo menos periodicamente, de espécies de plantas superiores aquáticas ou palustres, e/ou presença de substrato/solo hídrico” (JUNK et al, 2013, p. 24).

Na mesma linha, o Ministério do Meio Ambiente através do Comitê Nacional de Zonas Úmidas publicou a Recomendação CNZU nº 07, de 11 de junho de 2015, apresenta a seguinte definição:

Áreas Úmidas são ecossistemas na interface entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados ou com solos encharcados. As águas podem ser doces, salobras ou salgadas, com comunidades de plantas e animais adaptados à sua dinâmica hídrica (MMA, 2015, adaptado de Junk e colaboradores, 2013).

Nota-se que todas as definições apresentadas se conectam pelo viés da diversidade de vida e da inconstância, ou melhor, da constante mudança das características desta paisagem de acordo com a sazonalidade.

A Recomendação CNZU nº 07/2015 também oferece subsídios para a

delimitação de uma área úmida:

O limite de inundação rasa ou do encharcamento permanente ou periódico, ou no caso de áreas sujeitas a pulsos de inundação, pelo limite da influência das inundações médias máximas, incluindo-se aí, se existentes, áreas permanentemente secas em seu interior, habitats vitais para a manutenção da integridade funcional e da biodiversidade das mesmas. Os limites externos são identificados pelo solo hidromórfico, e/ou pela presença permanente ou periódica de hidrófitas e/ou de espécies lenhosas adaptadas a solos periodicamente encharcados (MMA, 2015, adaptado de Junk e colaboradores, 2013).

Oliveira (apud SOUSA JUNIOR, 2014, p. 7), em resumo de artigo publicado nos Anais do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas, salienta que as áreas úmidas são fundamentais na prestação dos chamados serviços ecossistêmicos, como:

- serviços de provisão (e. g. provisão de água, comida e outros recursos, etc);
- serviços de regulação (e. g. regulação da qualidade da água e do solo, controle de inundação, secas e degradação de áreas, etc.);
- serviços de habitat ou suporte (e. g. ecossistemas como habitats para espécies e manutenção da diversidade genética, etc.);
- serviços culturais (e. g. benefícios recreacionais, de saúde física e mental, turismo, apreciação estética da paisagem e outros benefícios não materiais) (SOUSA JUNIOR, 2014, p.7).

Logo, a recomendação para delimitação justifica-se pelo rol de benefícios socioambientais que os banhados são capazes de proporcionar.

Semanticamente, o termo banhado foi herdado da palavra espanhola 'bañado', utilizada pelos vizinhos uruguaios e argentinos. No Brasil, o termo é utilizado somente no Rio Grande do Sul, para denominar "áreas de solo cobertas por uma delgada lâmina de água, com vegetação palustre" (BURGER, 2014, p. 3).

Segundo Rolon e Maltchik (2006, apud CARVALHO, 2007, p. 92), a utilização de termos regionais na legislação conservacionista não contempla todas as classes de áreas úmidas, dificultando também a ação fiscalizatória por parte dos municípios, estados e União. É o caso do Rio Grande do Sul, que denomina tais áreas como "banhados", mas que também poderiam ser brejos, mangues, charcos, várzeas.

Oliveira et al destacam ainda que o termo banhado "corresponde a apenas um dos tipos de ambientes incluídos na categoria áreas úmidas ou zonas úmidas (do inglês "wetlands")". Mas "a presença de água rasa ou solo saturado de água, o acúmulo de material orgânico proveniente da vegetação e a presença de plantas e animais adaptados à vida aquática" são características comuns a tais habitats (OLIVEIRA et al, 2007, p. 4123-4124).

Uma das dificuldades de manutenção destas áreas está justamente nesta imprecisão da delimitação de seu território, tanto por questões de definições técnicas,

quanto pelas restrições de acesso, “variações sazonais, ou pelas grandes dimensões destas áreas” (LENZI apud SOUSA JUNIOR, 2014, p. 30). Contribuição similar se dá pelos efeitos do pulso de inundação que faz do território inundado cambiante, embora extremamente importante para a regulação dos processos ecológicos (ARRUDA apud SOUSA JUNIOR, 2014, p. 84). No entanto, as dificuldades não podem servir de argumento para a não demarcação das áreas de banhado.

Os cursos d’água movimentam-se não apenas no sentido da correnteza (por gravidade), mas também de acordo com os fluxos naturais de entradas de água por seus afluentes, pelas saídas através de suas desembocaduras, pela ação das chuvas e eventualmente pela força dos ventos. “Grande parte das áreas úmidas brasileiras, devido ao regime de chuvas sazonais, é submetida a níveis de água variáveis, produzindo um sistema pulsante com períodos de seca e cheia bastante pronunciados” (JUNK; SOUSA JUNIOR; CUNHA, S/D, p. 1). É o caso da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Com cheias no inverno e escassez de água no verão.

Maltchik et al (2003, apud JUNK et al, 2013, p. 5) elaboraram a primeira classificação hierárquica para as áreas úmidas do Rio Grande do Sul. Nesta classificação, seis sistemas foram definidos: lacustres, lóticos, palustres, estuarinos, marinhos e ecossistemas manejados pelo homem (JUNK et al, 2013, p. 34).

Como resultado já existem várias classificações para os mangues (Kjerfve & Lacerda, 1993), para as áreas úmidas permanentes do cerrado (veredas) (Ribeiro & Walter 1998, Araújo 2002), para as áreas úmidas de partes da região semiárida (Maltchik et al 2003, 2004), a área alagável do alto Rio Paraná (Thomaz et al. 2004), o Pantanal (Nunes da Cunha & Junk 2011a), as áreas úmidas da bacia amazônica (Junk et al. 2011), e os habitats das várzeas amazônicas (Junk et al. 2012) (JUNK et al, 2013, p. 4).

As áreas úmidas interiores são todas aquelas “naturais, permanentes ou temporárias, com água doce, salobra e salgada, que se encontram dentro do país e fora da influência direta ou indireta do mar” (JUNK et al, 2013, p. 34). Elas “contêm dois subsistemas, três ordens, duas subordens, e dez classes” (JUNK et al, 2013, p. 23). Registramos isso para reforçar as dificuldades técnicas para identificação e demarcação precisa de banhados, que no caso da Bacia Sinos são áreas úmidas interiores, pois não sofrem influências do mar.

A diversidade de termos populares para definir as áreas úmidas reflete

grandemente a variedade climática e vegetal do Brasil. Alguns destes termos têm base científica, outros na cultura popular. Um levantamento mostrou um total de 111 terminologias de áreas úmidas nas legislações federais, estaduais e municipais (JUNK et al, 2013, p. 6-7).

No Rio Grande do Sul, as áreas úmidas ocupavam aproximadamente 10,7% (30.332 km²) (Maltchik et al, 2002; JUNK et al, 2013, p. 4).

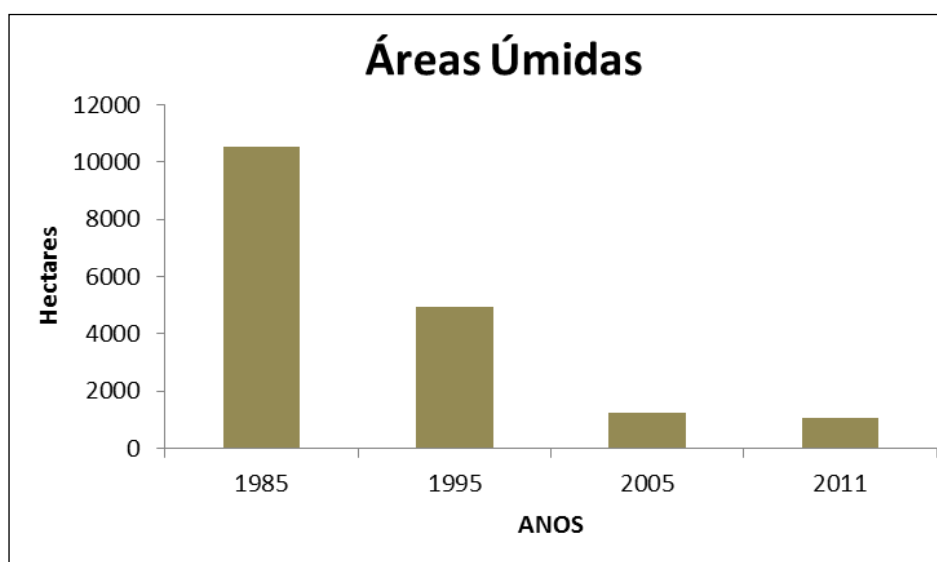


Figura 3 - Áreas úmidas da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos durante 26 anos (Moura et al, 2013, p. 4).

De acordo com Moura (2013, p. 4), dados levantados pelos pesquisadores do Projeto VerdeSinos demonstram que entre os anos de 1985 e 2011 os banhados conservados diminuíram de mais de 10.000 hectares para menos de 2.000 hectares, conforme gráfico exposto na figura 3. Houve avanço expressivo da malha urbana sobre os banhados, além da ocupação para usos agrícolas. Em média, são 308 hectares ocupados por ano. Se tal devastação se desse em ritmo fixo e permanente, alarmantemente, até 2017 a Bacia Sinos não teria mais banhados.

O Brasil assinou adesão à Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional em 1993, 22 anos após o seu estabelecimento na cidade iraniana de Ramsar – a Convenção de Ramsar. Através da adesão reconheceu “a interdependência do homem e do seu ambiente”, assumiu que as “funções ecológicas” das áreas úmidas são fundamentais “enquanto reguladoras dos regimes de água e enquanto habitats de uma flora e fauna características, especialmente de aves aquáticas”, “que as zonas úmidas constituem um recurso de grande valor econômico, cultural, científico e recreativo, cuja perda seria irreparável”, e optou por findar a “progressiva invasão e perda de zonas úmidas” (MMA, 2014). Importante

destacar que “todos os países membros da Convenção de Ramsar devem possuir pelo menos uma Zona Úmida de Importância Internacional” e que o “Brasil possui 11 destes locais, sendo que o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, situado em Mostardas, é o único do Rio Grande do Sul” (FZB, 2013). No entanto, a partir da adesão à Convenção de Ramsar, o compromisso conservacionista amplia-se a todas as áreas úmidas, independentemente de sua classificação. Apesar dos mais de 20 anos passados, o país ainda está atrasado na efetivação de tal compromisso assumido, especialmente no que tange a medidas impeditivas de novas ocupações.

Reconhecer a necessidade de conservação dos banhados é valorizar a sua importância como proporcionador de vida em tempos idos, mas principalmente afirmar seu papel na manutenção da vida na região daqui para frente. Para tanto, o primeiro passo é voltar-se aos banhados, aprofundar os conhecimentos a seu respeito, difundir a essencialidade dos ‘serviços ambientais’ decorrentes de sua existência.

Para que se possa tratar de conservação ambiental com a segurança de não incorrer em generalizações ou imprecisões, cabe conceituar o termo e diferenciá-lo expressamente de outro, o de preservação ambiental.

Em resposta aos processos de degradação ambiental, o preservacionismo é uma corrente que defende o isolamento de áreas, ou o acesso restrito à pesquisa e às ações específicas pontuais. Por esta linha, o investimento recai sobre a crença de que extratos isolados de habitats, sem a interferência humana, seriam capazes de assegurar a vida de espécies de fauna e flora.

Conservação ambiental é um termo mais contemporâneo, decorrente do movimento de conservacionismo, ou da biologia da conservação, do qual o principal expoente foi o ecologista norte-americano Aldo Leopold (1887-1948). O cerne de suas produções teóricas e principal legado refere-se justamente a nova maneira de ler a paisagem, de forma integral, reconhecendo a interdependência entre os diferentes membros da comunidade. Trata-se da superação da dicotomia homem-natureza. Esta seria uma perspectiva, conforme a economista Ferreiro (2009), “holista que integra o homem na terra através do desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, éticas, estéticas e espirituais” (p.116). Leopold defendia a importância da vivência da paisagem, a percepção dos cheiros, sons, o toque às texturas, o efeito das temperaturas, as sensações proporcionadas por cada microclima, como “parte da educação dos sentidos”, capazes de fundamentar “o

respeito que deve presidir na relação dos homens com a natureza, isto é, com os outros membros da comunidade” (FERREIRO, 2009, p. 116).

Portanto, o conservacionismo está relacionado fundamentalmente à conexão do homem com o objeto de conservação, acreditando que esta é a única forma que proporcionará o real alcance desta meta. Será perseguida nesta dissertação a conservação de banhados e não sua preservação de forma isolada, intocada.

Para o sociólogo brasileiro Diegues (2000, p. 1), o termo ‘conservação’ é relativamente recente, geralmente usado sem englobar as “relações entre homens e natureza”, o que corrobora com a reflexão de Shiva (2003) em sua obra “Monoculturas da Mente”, acerca dos processos de monocultura que se utilizam de modelos ocupação do solo “que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria” (p. 17). Tal discurso abrange mais que a agricultura, alcança o modelo de produção industrial, os processos de globalização que visam pasteurizar o *habitus* (Pierre Bourdieu) e os *modos de fazer* (Michel De Certeau).

O sucesso da gestão dos recursos hídricos depende de tantas variáveis quantas as possíveis influências sobre as condições de qualidade e quantidade das águas. É um universo múltiplo, de raízes de conhecimento distintas, em que praticamente tudo interfere, assim como praticamente tudo necessita de água.

A bacia do Sinos tem uma área de banhado classificada como Área Especial pelo Plano Diretor Urbanístico e Ambiental do município de Novo Hamburgo (Lei Municipal Nº 1.216/2004), com potencial para ser transformada em Unidade de Conservação², denominada Reserva Fito-Biológica do Brejo e área de 262,41 hectares originalmente (SEMA, 2013, p. 20). Já no município de São Leopoldo foi implementada a Unidade de Conservação de Manejo Integral denominada Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina, através do Decreto Municipal Nº 4.330/2005, com área de 151,8 hectares de áreas de banhado (SEMA, 2013, p. 20). A formalização de unidades de conservação proporciona proteção oficial a habitats ameaçados e manutenção dos serviços ecossistêmicos por eles desempenhados.

Atualmente, estima-se que a conservação “das áreas úmidas é uma das formas mais econômicas de proteção das populações às enchentes” (JUNK, 2013, p.

² Unidades de Conservação: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

2). Além disso, a restauração de áreas úmidas poderá ser mais barata do que a aplicação de soluções de contenção de inundações como diques e barramentos (JUNK, 2013, p. 2).

Conforme exposto, os banhados estão relacionados à vida desde as suas funções ecológicas mais básicas, que justificam sua conservação como esforço coletivo de proteção socioambiental das comunidades da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

2.2 Banhados como patrimônio

Ao contrário do que pregou o projeto de modernidade, a natureza não está “fora” para ser dominada. A sociedade e a natureza agora devem ser vistas de forma integrada e o olhar sobre a paisagem nos permite esta integração e uma possibilidade de reconciliação entre sujeito e objeto (COELHO, 2012, p. 209).

“O que na década de 1980 eram indícios isolados de interesse acadêmico ou político por esta temática tornou-se hoje a manifestação de um campo de atividade intelectual em franco processo de consolidação” (ARANTES, 2006, p. 425). A conservação da natureza é uma questão de sobrevivência humana e social.

Conservar a matéria no tempo, o patrimônio, não pode estar descolado do trabalho de gerar sentido aos diferentes grupos sociais da dialética da duração dos lugares depositários da memória coletiva (ECKERT & ROCHA, 2006, p. 461).

O antropólogo cultural Gonçalves (2012) trata da antiga obsessão estatal pela conservação patrimonial como uma decorrência da necessidade de construir uma identidade nacional, supostamente não existente no Brasil. Com a evolução temporal do processo de manutenção do patrimônio cultural passou-se a enfatizar a “transitoriedade e a reprodutibilidade dos bens culturais” (GONÇALVES, 2012, p. 65). Reportando-se ao que ele denominou de “retórica da perda”, Gonçalves (2012) considera que nos tempos atuais “podemos nos permitir pensar o patrimônio não mais como um dado situado num tempo ou num espaço distante, mas como um processo presente, incessante, imponderável e interminável de reconstrução” (GONÇALVES, 2012, p. 69-70). O que no caso dos banhados pode-se considerar como um processo permanente de manutenção da vida no ecossistema em questão e fora dele, pelos seus ‘serviços ambientais’ prestados.

O termo ‘patrimônio’ está sendo abordado com base na interpretação de Gonçalves (2012, apud Tamaso e Lima Filho), identificando-se com um ‘grito de

guerra', pois "qualquer espaço da cidade, qualquer atividade, qualquer lugar, qualquer objeto podem ser, de uma hora para outra, identificados e reivindicados como 'patrimônio' por um ou mais grupos sociais" (p. 59).

O Brasil, através do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, normatizou o ato de tombamento como "instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que certos bens serão objeto de proteção especial" (IPHAN, 2014).

O IPHAN (2009) ainda demonstra a necessidade de vigilância para que paisagens relevantes à vida e tradições, urbanas e rurais, não sejam perdidas pelo processo de expansão das cidades, carecendo de "ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos", especialmente em "porções do território nacional que se destaquem pela interação peculiar do homem com o meio natural". A Portaria Nº 127/2009 do IPHAN busca a valorização da "relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população" (IPHAN, 2009).

A Portaria Nº 127/2009 do IPHAN estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, iniciando pelo conceito utilizado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que:

patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A partir dos argumentos destacados, o IPHAN considera, no Artigo 1º da Portaria Nº 127/2009, que "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009).

Arantes (2006), sociólogo, antropólogo, foi docente em duas universidades paulistas por mais de quatro décadas, foi presidente do "Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico" da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, cunhou o termo "patrimônio ambiental urbano". Se

enquadrando muito bem ao presente caso, “associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano”, que “induz a reflexão e a prática patrimonial a se abrirem para os valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nelas, mais do que um simples pano de fundo, um cenário morto em relação ao qual suas vidas seriam indiferentes” (ARANTES, 2006, p. 430). E neste sentido defende a integração da conservação com o planejamento urbano “com base no reconhecimento da singularidade das áreas preservadas (como artefatos e repositórios de sentidos e práticas) no contexto mais amplo da cidade” (ARANTES, 2006, p. 433).

A exemplo do que foi explorado por comunidade quilombola Kalunga em Goiás, os banhados possuem potencial turístico riquíssimo, podendo ser empreendido como:

um meio de subsistência, uma fonte de recursos, uma área geopoliticamente estratégica (...), também paisagem, beleza natural, entorno ecológico, como objeto de apego afetivo (...), como lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva (GIMÉNEZ, 2000, apud TAMASO e LIMA FILHO, 2012, p. 250).

Conforme o artigo 216 da Constituição Federal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Patrimônio material é uma das categorias de patrimônio cultural, composta por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, podendo ser bens imóveis (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais); e móveis (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

No escopo dos patrimônios materiais, segundo o IPHAN, estão os “Sítios do Patrimônio Natural” que “protegem áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem”, observando especialmente a “proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais”. E “além de benefícios à natureza”, geram “uma importante fonte de renda oriunda do desenvolvimento do ecoturismo”. A ser analisado por equipe técnica específica, processos de reconhecimento de patrimônio natural observam a “ainda que de forma sucinta, conhecimentos ligados ao meio

físico e biológico, como geologia, paleontologia, espeleologia, hidrologia, biologia e ecologia” (IPHAN, 2014).

Os patrimônios materiais, depois de chancelados, são registrados no Arquivo Noronha Santos. No caso dos patrimônios naturais, estes ficam inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Em outubro de 2014, os únicos registros gaúchos neste livro eram: o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do município de Antônio Prado, a Casa Presser de Novo Hamburgo, e as Casas à Praça Coronel Pedro Osório, 2, 6 e 8 em Pelotas (IPHAN, 2014). O tombamento de uma das áreas de banhado da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos tem caráter pioneiro no Rio Grande do Sul.

De acordo com o último levantamento divulgado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, publicado em 2013 a partir dos tombos feitos até 2009, estão sob a tutela da entidade “mais de 45 mil bens imóveis tombados, inseridos em 97 núcleos históricos protegidos” (IPHAN, 2015). São: 910 edificações isoladas, equipamentos urbanos e de infraestrutura, um conjunto rural, 17 paisagens naturais, 16 ruínas, dez jardins e parques históricos, seis terreiros, seis sítios arqueológicos e um sítio paleontológico, além de 417 mil objetos e bens integrados tombados individualmente e sete coleções e acervos arqueológicos (IPHAN, 2015).

O Quadro 1 indica o único bem tombado localizado na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos:

Município	Bem tombado	Registro	Processo	Observações
Novo Hamburgo	Casa Presser	Livro Belas Artes Nº inscr.: 573; Vol. 2; F. 009; Data: 30/09/1985. Livro Histórico Nº inscr.: 510; Vol. 1; F. 097; Data: 08/09/1986. Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 096; Vol. 1; F. 047; Data: 08/09/1986.	1113-T-84	Casa Presser, na Av. Daltro Filho, 929.

Quadro 1: bens tombados na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos (IPHAN, 2013).

Conforme previsto na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 223 - Estado e os Municípios manterão, sob orientação técnica do primeiro, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural,

público e privado.

Parágrafo único – Os planos diretores municipais disporão, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

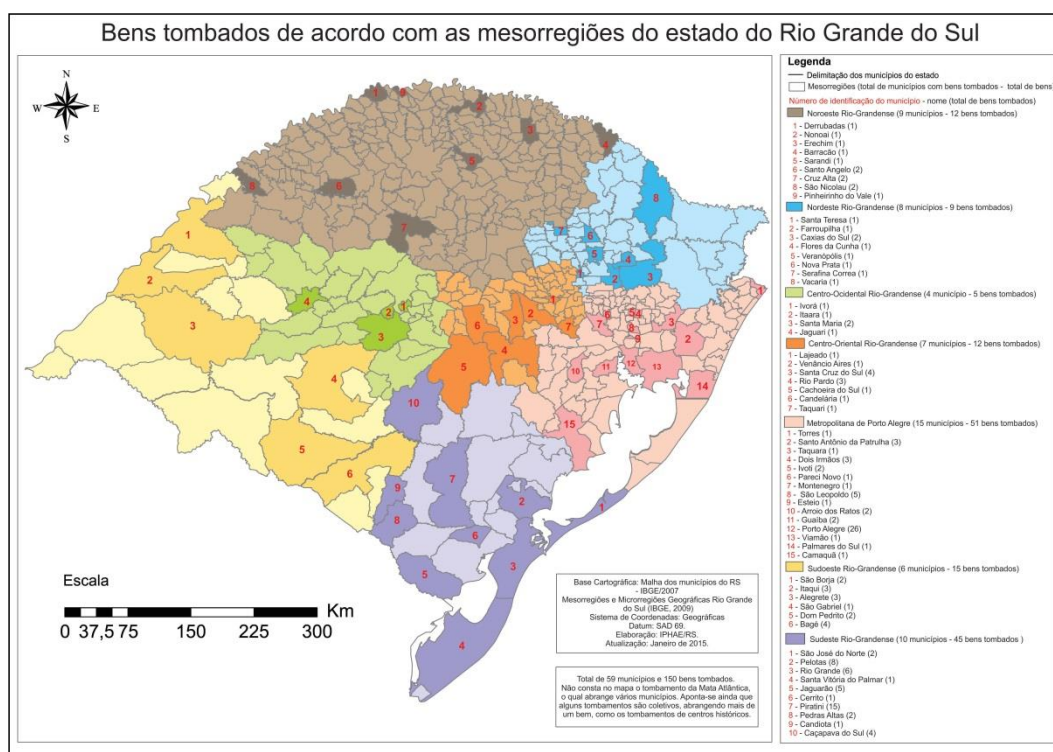


Figura 4 - Bens tombados no Rio Grande do Sul (IPHAE, 2015)

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE (2015), há 150 bens tombados no Rio Grande do Sul, sendo que 15 destes estão localizados em municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos (Quadro 1). A figura 4 exhibe a distribuição dos bens tombados pelo IPHAE.

Em 12, 13 e 14 de novembro de 2014, foi realizado o VI Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, pela Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – ABRAMPA, no município de Porto Alegre/RS. O encontro bianual já fora realizado nas cidades de Goiânia/GO, Santos/SP, Brasília/DF, Ouro Preto/MG e Rio de Janeiro/RJ, reunindo representantes do Ministério Público Federal e Estaduais, representantes dos demais órgãos públicos vinculados à conservação do patrimônio cultural e integrantes da sociedade civil (ABRAMPA, 2014, p. 1).

As deliberações resultantes do VI Encontro foram sistematizadas na Carta de Porto Alegre, e obviamente são de caráter amplo, pois derivadas das diferentes linhas patrimoniais debatidas no evento. Para os fins desta dissertação, vale o destaque de alguns dos itens da Carta, a saber:

- Acerca da “gestão do patrimônio cultural” que deve ser incorporada à “perspectiva do longo prazo e deve se integrar ao planejamento urbano e aos demais setores governamentais” (ABRAMPA, 2014, p. 1), com o objetivo de que sua conservação seja parte dos procedimentos permanentes de decisão. Neste sentido, é essencial a revisão/inclusão dos bens tombados nos instrumentos de gestão das políticas urbanas (ABRAMPA, 2014, p. 6).

- Acerca do cuidado com o entorno dos bens culturais, que “envolve, sobretudo, as questões sociais”, especialmente criando “infraestrutura” para a “patrimonialização das periferias” (ABRAMPA, 2014, p. 2).

- Acerca da sustentabilidade econômica do patrimônio cultural a partir da “criação de mecanismos para garantir o uso e a geração de renda”, podendo ser o turismo “uma alternativa viável”, desde que “atento para a preservação da alma do lugar, que, muitas vezes, é ameaçada pela saturação das atividades turísticas” (ABRAMPA, 2014, p. 2). As ações voltadas aos bens tombados “devem ser associadas a programas de educação patrimonial, que possam despertar o interesse e o envolvimento da comunidade em relação à gestão do patrimônio cultural, gerando laços de pertencimento” (ABRAMPA, 2014, p. 6).

- Acerca da “qualidade de vida das populações” humanas e da “necessidade de fortalecimento das organizações da sociedade civil que atuam na defesa do patrimônio cultural” (ABRAMPA, 2014, p. 2).

- Acerca da necessidade de zelo pelas “especificidades das manifestações locais e regionais” (ABRAMPA, 2014, p. 2).

- Acerca do necessário fortalecimento da “atuação dos órgãos públicos de defesa do patrimônio cultural, objetivando a eficiência e a integração das políticas de proteção e preservação” e do papel articulador do Ministério Público (ABRAMPA, 2014, p. 3).

- Acerca das formas de participação da sociedade civil organizada e imprensa, especialmente no seu papel de “controle social sobre as ameaças e danos ao patrimônio cultural” (ABRAMPA, 2014, p. 3).

- Acerca da “responsabilização criminal e por ato de improbidade administrativa” em casos de violação dos processos legais “por parte de autoridades públicas” (ABRAMPA, 2014, p. 3).

E com especial destaque:

- A efetivação da tutela do patrimônio natural-cultural exige, para além do

dever de cuidado com os ecossistemas per se (a ecologia dos lugares), o reconhecimento das formas particulares de interação entre o homem e a natureza (ABRAMPA, 2014, p. 4).

- Como elemento da paisagem, a água possui uma dimensão cultural, para além da ecologia sendo portadora de múltiplas significações simbólicas que justificam a sua tutela jurídica também da perspectiva da proteção do patrimônio cultural (ABRAMPA, 2014, p. 4).

- As paisagens hídricas, que congregam aspectos ecológicos e existenciais e são elementos constitutivos da memória e da identidade do povo brasileiro, devem ser objeto de ações de conhecimento e salvaguarda (ABRAMPA, 2014, p. 4).

- A dimensão cultural da água reforça a necessidade e o dever, compartilhado por poder público e sociedade, de proteção e restauração dos sistemas hídricos, cujas possibilidades de fruição não se resumem a aspectos econômico-utilitaristas (ABRAMPA, 2014, p. 4).

- A preservação do patrimônio cultural pode ocorrer por meio da criação de espaços territoriais especialmente protegidos, que congregam, dentre outros espaços as Unidades de Conservação (ABRAMPA, 2014, p. 5).

- Na medida em que há profunda interdependência entre patrimônio cultural e natureza, as unidades de conservação devem servir não apenas à proteção dos bens naturais, como também de bens culturais, materiais e imateriais (ABRAMPA, 2014, p. 5).

- A proteção da natureza e da cultura podem gerar desenvolvimento econômico e social (ABRAMPA, 2014, p. 6).

Da palestra proferida pelo servidor do Ministério Público de Minas Gerais, Luciano José Alvarenga, destacam-se duas citações. A do professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Portugal, que defende que o ambiente deve ser interpretado como “conjunto de bens naturais e culturais relevantes para a qualidade de vida ecológica e existencial da pessoa humana” (Antunes, 1988, apud ALVARENGA, 2014, p. 12). Pois a partir desta linha de interpretação talvez fique mais visível a colocação dos banhados como patrimônio material, cultural e natural. Afinal, “a qualidade de vida ecológica e existencial da pessoa humana” depende de um ambiente saudável. E a citação de Augustin Berque acerca da dimensão ecológica, que considera que “a biosfera tem capacidades de auto-regulação limitadas, que devemos gerir, o que implica, nomeadamente, o dever de respeitar os

ecossistemas locais e de os reinstaurar aí onde foram destruídos” (BERQUE, 1998, apud ALVARENGA, 2014, p. 12).

Segundo as deliberações da Carta de Porto Alegre, os procedimentos necessários à conservação dos bens culturais não se estancam no tombamento protocolar. Tal instrumento “deve servir como um processo permanente de gestão do bem tombado com o objetivo de assegurar a sua conservação e promoção” (ABRAMPA, 2014, p. 5). Todo bem tombado deve contar “com um Plano de Gestão que contemple aspectos atinentes à sua conservação e promoção” (ABRAMPA, 2014, p. 5). Tal Plano de Gestão “deve ser elaborado com garantia da participação do proprietário da coisa, dos vizinhos, do poder público e da coletividade em geral” (ABRAMPA, 2014, p. 5). Quando o bem tombado for integrante de Unidade de Conservação deverá ser dotado de um plano de manejo.

A Carta de Porto Alegre ainda salienta a preferência pela “conservação preventiva” ao invés da “restauração” (ABRAMPA, 2014, p. 5).

A saúde ecológica, e conseqüentemente social, da Bacia Sinos, depende da conservação de seus banhados. Neste sentido, fundamental destacar o expresso no Decreto Nº 25/1937:

são também sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Neste cenário, é preciso estar vigilante a estratégias de facetas variadas, mas sempre envolvendo as pessoas, os indivíduos dependentes da água, e os indivíduos humanos como parte da destruição e da conservação. Portanto,

mobilizar pessoas deve ser uma tarefa integral: mobilizar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma a provocar mudanças nos hábitos e no comportamento dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação social, inserindo-o na comunidade próxima, colaborando para desenvolver um ‘espírito comunitário’ (GOHN, 2010, p. 106).

Importantes à vida e as tradições, os banhados já constituem patrimônio, faltando-lhes apenas o reconhecimento formal, o que resultará em ações práticas. “Portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 1988), os banhados constituem importante elemento para a “relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (IPHAN, 2009).

A atenção que organismos como a ABRAMPA têm dado à necessária

conservação dos recursos hídricos pelo viés patrimonial colocam os banhados em condição favorável para os procedimentos de patrimonialização.

Os capítulos seguintes demonstrarão elementos capazes de traduzir os banhados como patrimônio material, cultural e natural a partir de indicativos artísticos e de trajetórias de vidas que inter cruzam áreas úmidas com indivíduos.

3 – TEMORES E ESPERANÇA NOS BANHADOS

O capítulo “Temores e esperança nos banhados” explicita emoções, coloca para fora as leituras negativas e positivas que podem ser feitas acerca dos banhados. São tais aspectos que introduzem ao sentimento dicotômico que justifica a necessidade de afastamento da urbanização dos banhados, mas reforça a interpretação de que sua urbanização é necessária (através de obras de aterramento, drenagem, disposição de resíduos). Colocam, portanto, a necessidade de se refletir sobre a importância destas áreas para o equilíbrio da vida (em todas as suas subdivisões) na região.

Em uma primeira análise bucolizada de quem objetiva a conservação dos banhados houve dificuldades em perceber o quanto os registros artísticos e memórias orais exibem também algo não tão bom. Foi possível entender que justamente tais registros traduzem impasses de ordem prática nas relações entre homens e banhados (ou do quanto é preciso enfrentá-lo).

3.1 Banhados de temores

*Sai um mistério triste, que arrepia,
da alma de lodo do banhado,
onde coalhou todo o sangue do crepúsculo!*
(Neto, 1959)

A produção cultural é capaz de perpetuar indícios da identidade dos sujeitos que habitam um determinado território. Neste sentido, a identidade pode ser “designada como um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, este último construído pela interseção de sua história individual com a do grupo em que vive” (SODRÉ, 1999, p. 34 apud CAMPOS, 2007, p. 37). Sodré afirma que “cada sujeito em particular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências e de relações com outros indivíduos” (SODRÉ, 1999, p. 34 apud CAMPOS, 2007, p. 37).

Na bacia do Rio dos Sinos, a identidade dos habitantes está permeada por este “complexo relacional” com os banhados (SODRÉ, 1999, p. 34 apud CAMPOS, 2007, p. 37), o que pode ser detectado, por exemplo, através da literatura e do cancionista gaúchos.

Importante insistir que a literatura que será apresentada fala de um tempo histórico passado, a partir do qual a paisagem e os indivíduos passaram por

processo de transição. As obras que serão citadas expressam a evolução da urbanização no Rio Grande do Sul no avançar dos personagens.

As citações apresentadas de literatura e música são de tempos distintos, mas ambas retratam a relação dos indivíduos com os banhados. Não que estes estejam ou sejam separados, mas aqui diferenciados justamente para reforçar suas conexões.

No caso do “Negrinho do Pastoreio”, por exemplo, escrito por João Simões Lopes Neto, o banhado aparece como lugar praticado, como nítido território da rotina do gaúcho. Segundo o portal de educação “Só História” (2014), trata-se de uma lenda afro-cristã, popular no sul do Brasil, surgida no fim do Século XIX, no Rio Grande do Sul, reconhecidamente em defesa do fim da escravidão. Conta de um menino negro, castigado pelo sumiço de um cavalo baio. E mesmo amarrado enfermo sobre um formigueiro, é ajudado por Nossa Senhora, se refaz e recupera o animal. A lenda resultou em orações dedicadas ao Negrinho, que segundo as crenças auxilia na recuperação de qualquer coisa que esteja sumida. Muito emblemático que se tenha no “Negrinho do Pastoreio” uma lenda popular que fala do despontar do menino em meio aos banhados. E também aqui são as ameaças do habitat que emergem nas entrelinhas, ao tempo em que registra a intimidade do gaúcho com o ambiente em questão:

O estancieiro retirou-se para a sua casa e veio pensando, pensando, calado, em todo o caminho. A cara dele vinha lisa, mas o coração vinha corcoveando como touro de banhado laçado a meia espalda... O trompaço das mil onças tinha-lhe arreventado a alma. (...) Desde então e ainda hoje, conduzindo o seu pastoreio, o Negrinho, sarado e risonho, cruza os campos, corta os macegais, bandeia as restingas, desponta os banhados, vara os arroios, sobe as coxilhas e desce às canhadas (LOPES NETO, 2014).

Ou ainda em “Casos do Romualdo”, em que passagens revelam a proximidade com os banhados:

Para distrair as mágoas e variar de comida e emoções, andei caçando veados para outro rumo; marrecas, nos banhados; quatis, tatus, etc.; e fiz várias batidas num tigre fugido de gaiola, que não apareceu nunca, talvez assustado da minha fama (LOPES NETO, 2000, p. 19).

Mas não têm, nem tiveram, nem terão nunca as nossas bandadas de marreca assobiadeira, de marrecão do banhado, nem o maçarico-carão, que voa em fileira, como soldados em forma. Afora o alho! (LOPES NETO, 2000, p. 27).

E o touro disparou para o banhado levando-me dependurado, a dar com as pernas e os braços, como um boneco de cata-vento... Os companheiros, que estavam de cavalos cansados, não puderam socorrer-me e perderam-me de vista... O touro meteu-se banhado adentro, para a sua querência. Curti sofrimentos! (LOPES NETO, 2000, p. 41).

Ou então, no conto escrito por João Simões Lopes Neto sob o título de “A Mboitatá”, que remonta uma superstição de camponeses gaúchos acerca de um animal que cospe fogo. Em interpretação racional sobre o descrito, encontrada no portal “Contos Populares” (2014), afirma-se que as chamas resultariam do processo de liberação de gases pelo processo de decomposição natural em ambientes como os banhados. O mesmo portal informa que a origem do nome do conto é de influência Guarany, significando cobra de fogo. As descrições de ambientes a partir da flora e fauna típicas de áreas úmidas que assustam os touros e os homens. Novamente o perigo das cobras, dos atolamentos, além do temor causado pela liberação de gases cintilantes confundidos com animais de fogo em Mboitatá. Novamente a inundação natural dos banhados desponta como elemento que dificulta os deslocamentos. Os mosquitos e os contrabandistas aliados nos riscos da travessia. A tristeza ressurge na melancolia que pega carona nos voos de pássaros. É o reconhecimento das relações do imaginário com os banhados que torna o conto importante para presente pesquisa:

Os campos foram inundados; as lagoas subiram e se largaram em fitas coleando pelos tacuruzaís e banhados, que se juntaram, todos, num: os passos cresceram e todo aquele peso d’água correu para as sangas e das sangas para os arroios, que ficaram bufando, campo fora, campo fora, afogando as canhadas, batendo no lombo das coxilhas (LOPES NETO, 2014).

E no conto “O Anjo da Vitória”:

Foi depois da batalha de Ituzaingo, no passo do Rosário, pra lá de São Gabriel, do outro lado do banhado de Inhatium. Vancê não sabe o que é inhatium? É mosquito: bem posto nome! Banhado de Inhatium. Virge’ Nossa Senhora!... mosquito, aí, fumaceia, no ar! (LOPES NETO, 1976, p.47).

Já em “Contrabandista”, Lopes Neto narra aventuras pelos banhados:

Batia nos noventa anos o corpo magro mas sempre teso do Jango Jorge, um que foi capitão duma maloca de contrabandistas que fez cancha nos banhados do Ibirocaí (LOPES NETO, 1976, p.51).

Em “Salamanca do Jarau”:

O estancieiro retirou-se para a sua casa e veio pensando, pensando calado, em todo o caminho. A cara dele vinha lisa, mas o coração vinha corcoveando como touro de banhado laçado a meia espalda... O trompaço das mil onças tinha-lhe arrebetado a alma (LOPES NETO, 1965, p.12).

Os textos citados de João Simões Lopes Neto indicam para a identidade das pessoas que vivem ou viveram no Rio Grande do Sul. E esta identidade se remonta a partir da memória que envolve os indivíduos em suas conexões com as rodas de conversa em família, com as lendas contadas nas escolas.

Outro autor de cuja obra foi consultada, Erico Verissimo, um dos grandes

escritores gaúchos a narrar parte da história do Rio Grande do Sul. Nascido em 1905, no município de Cruz Alta, e falecido em 1975, na cidade de Porto Alegre, produziu obras como: Clarissa (1933); Olhai os lírios do campo (1938); O tempo e o vento: I - O continente (1948), II - O retrato (1951), III - O arquipélago (1961); O senhor embaixador (1965); O prisioneiro (1967); Solo de clarineta I (1973); Solo de clarineta II (1975) (BRASIL ESCOLA, 2015).

Da obra “Olhai os Lírios no Campo”:

Escurece aos poucos. Sapos coaxam num banhado. No Céu descorado lucila a primeira estrela. Eugênio consulta o relógio. Tem a impressão de que está rolando através de alguma região misteriosa fora do tempo. Talvez nunca, nunca mais, chegue a lugar algum da Terra (VERISSIMO, 1938, p. 66).

Eugênio voltou para casa a pé. Tomaria o elétrico dali a duas quadras. Seus pés chapinhavam nas poças de água. Sapos coaxavam num banhado vizinho. Um passarinho arrepiado piava, tristemente, pousado no galho de uma árvore. Eugênio ia assobiando (VERISSIMO, 1938, p. 263).

De “O Prisioneiro”:

- Não discutirei nosso direito de estar e continuar aqui - disse -, mas já que estamos, não nos podemos deixar matar e vencer... Enfrentamos um inimigo fantástico que está em toda a parte, ao nosso redor, e ao mesmo tempo... não está em parte nenhuma. Atacam à noite e somem-se durante o dia. Conhece o estratagema que estão usando ultimamente para se esconderem? É incrível... Envolvem suas armas e munições em plásticos e praticamente se enterram no lodo dos banhados, riachos e arrozais e ali ficam durante horas, às vezes um dia inteiro, respirando apenas por um canudo de palha ou um caniço... Toda esta região, como sabe, está cheia de cavernas, dessas que serviram aos nativos há doze anos na guerra de libertação, e lá eles se refugiam como toupeiras, ratos, tatus...(VERISSIMO, 1967, p. 44).

Adentrando pelo universo das canções, é importante a observação de que o movimento nativista busca resgatar um gaúcho que não existe mais. Um gaúcho migrante, que transportava caminhando as tropas de gado, nômade também pelo acontecimento de batalhas por território. Somente após a colonização é que o gaúcho foi se fixando, se sedentarizando. E neste processo foi criada uma forma de resgate do gaudério de outrora através dos Centros de Tradições Gaúchas – CTG.

A letra de “Estouro de Tropa” do cantor Mano Lima, por exemplo, expõe a garra do homem campeiro frente às dificuldades do manejo do gado, especialmente pela forma de levá-lo de uma estância à outra, atravessando banhados, correndo risco de ataques de animais silvestres, de atolamento de animais e perda de cabeças na inundação:

Sobe a costa do Butui no coração do banhado
 Bem no miolo do boi por ali eu fui criado
 Laçando maneando tropa faturando gado alçado
 Largando rumo a Pelotas, Tupã, Rio Grande ou Rosário

(...)
 Sou crioulo das "Três Vendas"
 De raça que não se entrega,
 E a égua afrouxou o garrão
 Num banhado de macega
 E de lá veio escarceando
 Toda suada da refrega

Na canção “Bandeira do Rio Grande”, Os Galponeiros exaltam o estilo de vida gaúcho, que em sua lida diária enfrenta a luta de tirar os bois do banhado sob pena de perdas financeiras:

Numa pendenga a cavalo
 Morro queimando cartucho
 Tirar zebu do banhado
 Pra mim é um troço de luxo
 Bem no garrão do Brasil
 Vou aguentando o repuxo
 Com a bandeira do Rio Grande
 Bem no estilo gaúcho

Em “Ponta de Lança”, Raineri Spohr também apresenta a prática de campo do gaúcho, enfrentando as dificuldades do lamaçal do banhado:

Da minha tropilha crioula
 que mal chegou do banhado,
 trazendo barro encruado
 cardando pêlo e crina

Sobrinho e Tio cantam o “Plantador de Arroz”, demonstrando os usos feitos das áreas úmidas propícias para a cultura orizícola, o que demonstra que não são locais favoráveis a usos como moradia, por exemplo. Mas a canção também demonstra a batalha de viver da cultura da terra, que embora mais saudável do que a plantação de fumo, o arroz exige muito do produtor que vive atolado:

De tanto que plantei fumo, fiquei tudo intoxicado,
 resolvi plantar arroz um negócio complicado,
 e o desenrolar da história nessa música relato,
 coitada das rã e os sapos depois que enchi o banhado
 se mudaram lá pro mato.
 To cansado de ser pobre, como a nona dizia:
 Um dia quero ser pobre mas não pobre todo dia.
 E tem aquele ditado que eu falo minha gente,
 antes rico com saúde do que pobre e doente.
 Com a plantação de arroz eu vivo sempre atolado,
 atolado lá no banco e também lá no banhado,
 pra pagar o financiamento eu faço muitas manobras,
 e vendi até os bois,
 minha plantação de arroz só serve pra criar cobra.

Em “Cabana”, Lourenço & Lourival cantam a solidão do homem do campo associada à paisagem do banhado:

Eu voltei sozinho tão desanimado
 Olhei no banhado a lavoura de arroz
 Entrei na cabana estava sem vida
 Por que foi erguida pra morar em dois!

Em “Crescente Macharrona”, César Oliveira deixa fluir a informação de que o banhado fica tomado pela enchente, e isso com um tom de familiaridade que permite a conclusão de que este é um fenômeno corriqueiro, uma dificuldade conhecida de tempos:

A enchente chega tapando todo o banhado
E o "Santa-Fé" pega o nado

Rogério Melo também reafirma a inundação dos banhados em “Sob as Mangas do Aguaceiro”, revelando novamente as dificuldades da lida campeira:

A manga calma se transforma em aguaceiro,
O chuveiro desentoca um "campomar"
Que se tolda em cima dum baio-oveiro,
Com meu sombreiro que "tombeia" ao desaguar.
Fecho seis dias que eu lido no "alagado"
E o banhado já virou um "tremendal".
Onde é várzea, tornou tudo encharcado,
"campo dobrado", vertente de lamaçal.

O ecossistema dos banhados está expresso em canções demonstrando a observação dos indivíduos com relação ao seu ambiente. Walter Moraes, por exemplo, na canção “Numa tarde de céu azul”, utiliza-se do ambiente ao entorno, incluindo um homem gaúcho, um cachorro (cusco), e uma das garças de maior envergadura da região, o joão-grande, para falar de tristezas e solidão ao calor do banhado. Como se o banhado fosse um refúgio da comunidade para encontrar-se com a própria angústia:

Numa tarde mormacenta ao tranquilo no banhado
Vai um gaúcho num mouro atrás dum cusco assoleado
(...)
Um João grande solitário pensativo e ensimesmado
Fica a pescar as tristezas na solidão do banhado.

O cantor Gildo de Freitas, em “Resposta da Adaga de Ésse”, demonstra que atravessar o banhado é um castigo: “É assim que eu faço gato atravessar o banhado, perder o medo da água e cruzar o rio a nado”.

As canções falam das dificuldades impostas pelos banhados. No manejo do gado, nos riscos de atolamento dos animais ou de estes serem atacados por espécies silvestres (representando perdas financeiras). As complicações sanitárias, de higiene e estética bovina, equina e humana. Os perigos do habitat que se enche de cobras, rãs. A persistência do período de alagamento, o castigo melancólico, a tristeza, recorrendo a aves e cães como fios de vida que os puxam para o destino após os banhados.

Notável a expressão das dificuldades conferidas às áreas úmidas. Manejo,

atolamento, saúde, ataques ao gado. Melancolia e tristeza aportadas em cenas bucólicas. Criminalidade incentivada pelo esconderijo nos banhados.

Este habitat que se presta a usos e é capaz de mobilizar sentimentos de medo, de insegurança, de instável, de mutável. De acordo com o revelado pelas diferentes fontes, ocupa espaço de relevância para o coletivo de habitantes da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. Não é possível sentir-se ameaçado pelo irrelevante. Os banhados são enfrentados para sobreviver, transpondo-os, eliminando-os, negando-os. Os banhados da Bacia Sinos estão em nós com toda a sua imponência, assim como nós estamos nos banhados!

3.2 Banhados de forças

*Estava na beira do rio
 Oi sem poder atravessar
 Chamei, chamei pelo caboclo
 Eu chamei Tupinambá
 Ponto de Tupinambá, 2015*

Pode-se pensar, por que não (?), nas maneiras de relacionamento com os banhados. Nas práticas de convívio dos indivíduos com as áreas úmidas. Na trajetória que se altera em tempos de cheia, na colheita possível em épocas de estiagem, na pesca favorecida pelo extravasamento do Rio, na casa construída sobre palafitas, no barquinho ancorado para os tempos de chuva, no chimarrão na prainha em dias quentes. Enfim, no *habitus*, no *ethos*, ou no *modus operandi* (Bourdieu apud CERTEAU, 1994, p 119) com que as comunidades se relacionam com os ciclos dos banhados, com a respiração do Rio dos Sinos. Não são lições ensinadas nas escolas, mas é *contiuum* de procedimentos inerentes aos indivíduos de forma geracional. Assim é, por que sempre foi.

Da literatura, em “O Tempo e o Vento (Parte II) – O Retrato (Volume 1)”, alguns trechos de Verissimo revelam cenas cotidianas. O reconhecimento de uma fisionomia aproximada a de um ratão-do-banhado demonstra que os encontros com o animal não são raros. O terceiro trecho destacado também demonstra que os banhados são ricos em alimentos (rãs, cogumelos), inclusive sendo alvo de excursões de captura. E o chalé da personagem, com a ressalva de que ‘embora seja no banhado’ era “confortável, limpo, e tinha cortinas e vasos de flores nas janelas”:

Ludovico, o aprendiz, estava recostado no balcão, lendo o Almanaque de

Ayer. Ergueu os olhos assustados e Rodrigo então descobriu com que bicho o rapaz se parecia.

- Como vais, ratão-do-banhado?

Ludovico sorriu, encafifado (VERISSIMO, 1951, p. 150).

Uma tarde um dos moleques da mulata Celanira apareceu no consultório com este recado: "A mamãe mandou pedir pro senhor ir lá em casa, que o seu Don Pepe está doente." Rodrigo foi, imediatamente. O chalé de Celanira ficava no meio dum banhado, mas era confortável, limpo, e tinha cortinas e vasos de flores nas janelas (VERISSIMO, 1951, p. 246).

Rodrigo não pudera conter o riso ao encontrar um dia o dr. Carbone enfarpelado na sua roupa de caçador, de veludo verde-musgo, um boné de pano enfiado na cabeça, as finas pernas envoltas em perneiras de feltro - prestes a sair em excursão pelos banhados das redondezas de Santa Fé, em busca de rãs e cogumelos comestíveis (VERISSIMO, 1951, p. 285).

A força é elemento registrado, por exemplo, em canções gaúchas. Luiz Carlos Borges relata a caçada do cachorro "Peñarol", demonstrando que o banhado servia de abrigo a animais fugidios, mais adaptados ao deslocamento no charco do que os homens, mas que tal banhado estava lá no cafundó, ou seja, longe do espaço onde estava sendo realizada a carreira:

Cheguei no dia marcado, tinha gente até de farda
 Nunca vi tanto gaúcho, nunca vi tanta espingarda
 Diziam: o sorro é bruxo cruzado com onça parda
 Eu disse: deixem comigo! Quem tem medo do perigo
 Que espere na retaguarda
 Quando batemos no rastro vi que o bicho era escolado
 Fez que ia pra coxilha e respingou rumo ao banhado
 Meteu o dente num galgo, depois cruzou no costado
 Com a cuscada na escolta gambeteava e dava volta
 Parecia enfeitado
 Eu dei cancha pro meu galgo que saiu erguendo pó
 Porque no fim do banhado era um capão de timbó
 Tinha que alcançar o maleva antes deste cafundó

Na "Ave Maria Pampeana", Cesar Passarinho interpreta a oração em que "Ave Maria murmura, a brisa que ondula os trigais, as garças brancas tão puras, rezam a prece dos banhadais". Demonstra a resistência ou a imponência natural aos banhados.

O ecossistema também é cenário para descrever a saudade melancólica que atinge o personagem da canção "Cambichos" do grupo Os Serranos:

Quando escaramuça no meu peito uma saudade
 Agarro as garras pra encilhar meu estradeiro
 E enquanto a tarde já se apaga pelos cerros
 Minh'alma acende suas paixões e seus segredos.
 Depois a noite traz a lua leve e calma
 Estes banhados erguem vozes e cochichos
 Eu abro as asas onduladas do meu pala
 Porque me bate a sede louca dos cambichos.

Daniel Barros, na canção "De Volta", conta a trajetória de retorno à querência

“Dos banhados da fronteira, e na argibera um retrato, de quem ficou na porteira”.

A “Milonga do Campo”, de José Claudio Machado, por exemplo, chora as saudades de tempos de lida campeira na paisagem do banhado:

Milonga do campo que eu canto pro gado,
Fundão de banhado, coxilha povoada;
Acende candeeiros na noite mais calma,
Com a chama da alma que trago invernada!
(...)
Perfil de campo dobrado, lá beirando pro banhado
Assoita cavalo antigo, de copa cinza prateado
Sombra de touro radiando, num caponete povoado

Gustavo Teixeira, em “Assim Te Vejo Querência”, descreve o seu lugar amado pelo apontamento dos elementos naturais, entre eles o:

Banhadito musicueiro,
e o canto da saparia,
entreveram caponetes,
abrigos pras invernias,
gestação das pitangueiras,
tarumãs e curunilhas.

Delio e Delinha resgatam as memórias infantis na canção “Antigo aposento”, com a emoção de quem vai rever sua terra para matar a saudade:

Dos meus tempos de criança que brinquei na cachoeira
Saracura no banhado bem-te-vi lá no pomar
Quero ouvir o gorjear do sabiá laranjeira

Lisando Amaral também revisita suas memórias através da canção “Xote e Recado”:

Levo a cabresto uma pintura de mouro,
Um presente de namoro, tranco Bueno pro selim.
E de retorno, chimarrita do banhado,
Quero um sorriso estampado nesse rosto de jardim.

As músicas gaúchas também se reportam às relações sociais com os banhados, para espelhar o ambiente como um todo (fauna e flora), compondo o dia-a-dia das pessoas e fazendo a manutenção do imaginário social acerca deste habitat. Na canção “No amanhecer da porteira”, por exemplo, o músico Gustavo Teixeira enaltece a paisagem dos banhados de maneira positiva:

O horizonte que ao longe
Sangra o dia pra o fim da boeira
E o banhado consome
Pra os caprichos de uma corticeira

Em “Fundo de Campo”, Luiz Marengo relata a vista da vida pujante:

Fundo de campo, voz de banhado, passa um tajã
Se estende o pago até meus olhos cruzarem o rio
Parece até que a tardezita se espichou longe
Que o horizonte se encolheu todo, tá por um fio

O grupo Expresso Rural também recorre ao ambiente gaúcho para contar a

história bem humorada do personagem “Flodoardo”:

Essa é a história de um sapinho diferente
Chamado Flodoardo só curti boca quente
Nas festas do banhado ele não perdia nada
Curtia com as sapinhas até de madrugada

Em “Saracura do Banhado”, o grupo Os Farrapos relata situações de enamoramento juvenil compondo rimas a partir dos elementos da paisagem gaúcha:

Saracura do banhado bate asa e não a voa
As mocinhas estão dizendo casamento é coisa boa
La atrás daquele serro tem um pé de pitangueira
Eu ando louco pra casar, mas não acho quem me queira.

A canção “Maçanico”, uma das músicas folclóricas gaúchas mais lembradas por todos, geralmente ensinada nas escolas porque acompanhada de uma dança de coreografia fácil e estimulante ao desenvolvimento da coordenação motora:

Maçanico, maçanico
Maçanico do banhado (bis)
Quem não dança o maçanico
Não arruma namorado (bis)
Maçanico, maçanico,
Mas que bicho impertinente! (bis)
Maçanico vai-te embora!
Na tua casa chegou gente! (bis)

Também Gustavo Teixeira, interpretando uma canção em espanhol chamada “Huella de un corazón peregrino”, narra de maneira romântica a trajetória do personagem que incorpora:

Y al clarear con los patos sibones
Voy cruzando el estero, el bañado
Cuando quema el sol al mediodía
Soy lagarto en las piedras soleando

Luiz Marengo enaltece o perfume das flores em “A Campo Fora”:

Manhã linda, vento morno, os ovelheiros trabalham
Cheiro de flores exalam de campo, várzea e banhado
Olho atento, laço armado, cuidando o lado do vento
Pra estender os quatro tentos nas aspas de um abichado

A lida do homem do campo, ou os modos de fazer (Michel De Certeau), aparecem cantados em diversas composições. E assim como nas canções anteriores, o banhado aparece aqui como elemento positivo, parte integrante da vida dos gaúchos, do qual se aproveita as belezas, as riquezas e até a delimitação física por ele imposta. Os músicos César Oliveira e Rogério Melo em “Machaço Confronto” relatam o romance de um casal no começo da vida a dois:

Levanto a china na anca do meu gateado de pau-a-pique e santa fé ergo
um ranchinho
Largo meu pingo lá pro fundão do banhado e passo o resto da vida a
tropear carinhos

As canções selecionadas se reportam aos banhados a partir da leitura dos habitantes. Valorizam o ambiente rico como parte da rotina diária das pessoas. E a partir de tal habitat, as letras falam de resistência, de força, de vida através da flora e fauna, de amor, de romantismo, de alegria, de folclore. Trazem a lida campeira de maneira integrada aos banhados.

Elemento simples da expressão cultural, a música é capaz de tatuar na camada de pele mais subjetiva da existência as marcas essenciais à vida. Uma melancolia saudosa de tempos alegres.

Como muito bem coloca Bauman, é nos lugares que se forma a experiência humana que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes (BAUMAN, 2009, p. 35).

A legislação e as políticas públicas da área ambiental (proteção) e de recursos hídricos (usos) não dão conta de aspectos como o cotidiano, os modos de fazer tradicionais, a cooperação respeitosa entre os banhados e as pessoas, nem da inspiração originada na paisagem dos banhados. São marcas e sentidos que ressaltam a relevância dos banhados no âmbito das sensibilidades. E nesta esfera, a política de conservação patrimonial, conforme expresso no capítulo 2 desta dissertação, demonstra-se mais abrangente e capaz de dar conta da manutenção deste lugar que “forma a experiência” dos banhados em nós e de nós nos banhados (BAUMAN, 2009, p. 35).

3.3 Banhados de esperança

Nos registros iconográficos é possível verificar que a fé mobiliza habitantes da Bacia Sinos em direção aos banhados em busca de reconforto e acalento. A fé e a esperança aparecem nos descritivos da paisagem e nas rezas.

Em 10 de fevereiro de 2015, o amigo e fotógrafo Guto Maahs, natural de Novo Hamburgo/RS, abriu sua casa. Profissional da Fotografia Publicitária e das Artes Visuais desde 1997, produtor de imagens que ilustram alguns livros, dentre os quais “Areias da Ampulheta” e “Considerações, Espelho”, do poeta Rafael Vecchio (MAAHS, 2015). A partir dos registros realizados em viagem ao Deserto de Atacama, no Chile, no ano de 2000, “passou a participar de diversas exposições coletivas e

projetos artísticos” (MAAHS, 2015). Publicou seu primeiro livro justamente sobre a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, projeto que executou entre os anos de 2008 e 2010 através de expedições por água, terra e ar, motivado inicialmente pelo “espírito de aventura e o próprio desafio em si, de construir uma percepção artística em relação à ocupação desordenada das margens do Rio” (MAAHS, 2015). Como ele mesmo afirma sobre a obra “Rio dos Sinos - O sinuoso do sul do Brasil”:

É um livro sobre as belezas naturais da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, construído a partir de uma percepção artística, ou seja, não documental. Esta proposta se fundamenta na ideia de que é necessário conhecer para preservar, a premissa então passa a ser: “No uso da imaginação, percebemos nós mesmos como partes integrantes da bacia”. As pessoas em geral só conhecem o rio pela ponte que passam. Minha intenção é de mostrar que o rio está vivo e que ainda existe beleza na paisagem degradada por nós seres humanos (MAAHS, 2015).

Antes de apresentar algumas das imagens disponibilizadas pelo Guto para esta pesquisa, deixa-se registrada a nítida vontade de contribuir para a causa da conservação dos banhados. Poderia chamar de militância a imensa generosidade em trabalhar 106 arquivos de fotografias, possibilitando assim a manipulação delas.

As fotografias de Guto Maahs selecionadas e apresentadas a seguir (figuras 5, 6 e 7), representam questões de identidade que integram os ambientes hídricos, comunidades e crenças, através da festa comemorativa ao dia de Nossa Senhora dos Navegantes (para os católicos), ou Iemanjá (para os seguidores da Umbanda).



Figura 5 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, chegada à Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos), para saída da procissão fluvial em direção à Porto Alegre/RS.



Figura 6 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.



Figura 7 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, da Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.

Realizada anualmente no dia 02 de fevereiro, a Romaria das Águas é um movimento macro ecumênico que envolve comunidades do Vale do Sinos e das outras oito bacias hidrográficas que deságuam no Lago Guaíba, Porto Alegre/RS. Partem da Praia do Paquetá, no município de Canoas, e seguem pelas águas do Rio

dos Sinos em junção com as águas do Delta do Jacuí em direção à capital. E para reforçar o porquê do destaque, buscou-se em Simmel (2009) o que seu olhar sociológico apresenta acerca da religião, concluindo que estes movimentos não serão explicados pela racionalidade humana, pois “se inserem de antemão nas energias que determinam a vida” (SIMMEL, 2009, p. 10).

A construção da identidade extrai da tradição os “elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou” (CUNHA, 1987, p. 101). As romarias, procissões, cruzamentos que reverenciam entidades as quais são atribuídos vínculos com as águas se mantêm ao longo do tempo, como demonstram as imagens de Guto Maahs.

A religião desponta quando este elemento particular, congênito a todas estas vivências, codeterminando o padrão do seu experienciar, se eleva a uma existência própria, deixa atrás de si o seu conteúdo e se condensa, de modo autocriativo, nas formações puras que são expressões suas (SIMMEL, 2009, p. 10).

Para a antropóloga Durhan (2004), a cultura constitui “um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana” (p. 231). É desta manipulação que surge a esperança, a fé que encoraja a reconstrução de casas destruídas por alagamentos, a retomada da vida após o caos.



Figura 8 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 02/02/2010, moradores saindo para a Procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, da Praia do Paquetá em Canoas/RS (Rio dos Sinos) em direção à Porto Alegre/RS, pelo Delta do Jacuí.

A figura 8 mostra os moradores locais da Praia do Paquetá (sobre área de banhado) saindo de barco para acompanhar a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes. Nota-se a decoração da embarcação em homenagem à Santa. Também exhibe a interação harmônica entre os moradores e o banhado. Casas construídas sobre palafitas testemunham a recorrência de eventos em que o nível da água do Sinos sobe. Bem como a presença dos barcos como se fossem carros estacionados na garagem. O lugar praticado (CERTEAU, 1994, p. 119), o território de comunidades habituadas ou aderentes a determinadas práticas inscritas na paisagem urbana (DEVOS, 2014, p. 144).

A identidade de comunidades da bacia está construída sob relações estreitas com os habitats do Rio dos Sinos. Em suas manifestações mais subjetivas é na água que buscam elementos fortalecedores de sua fé.

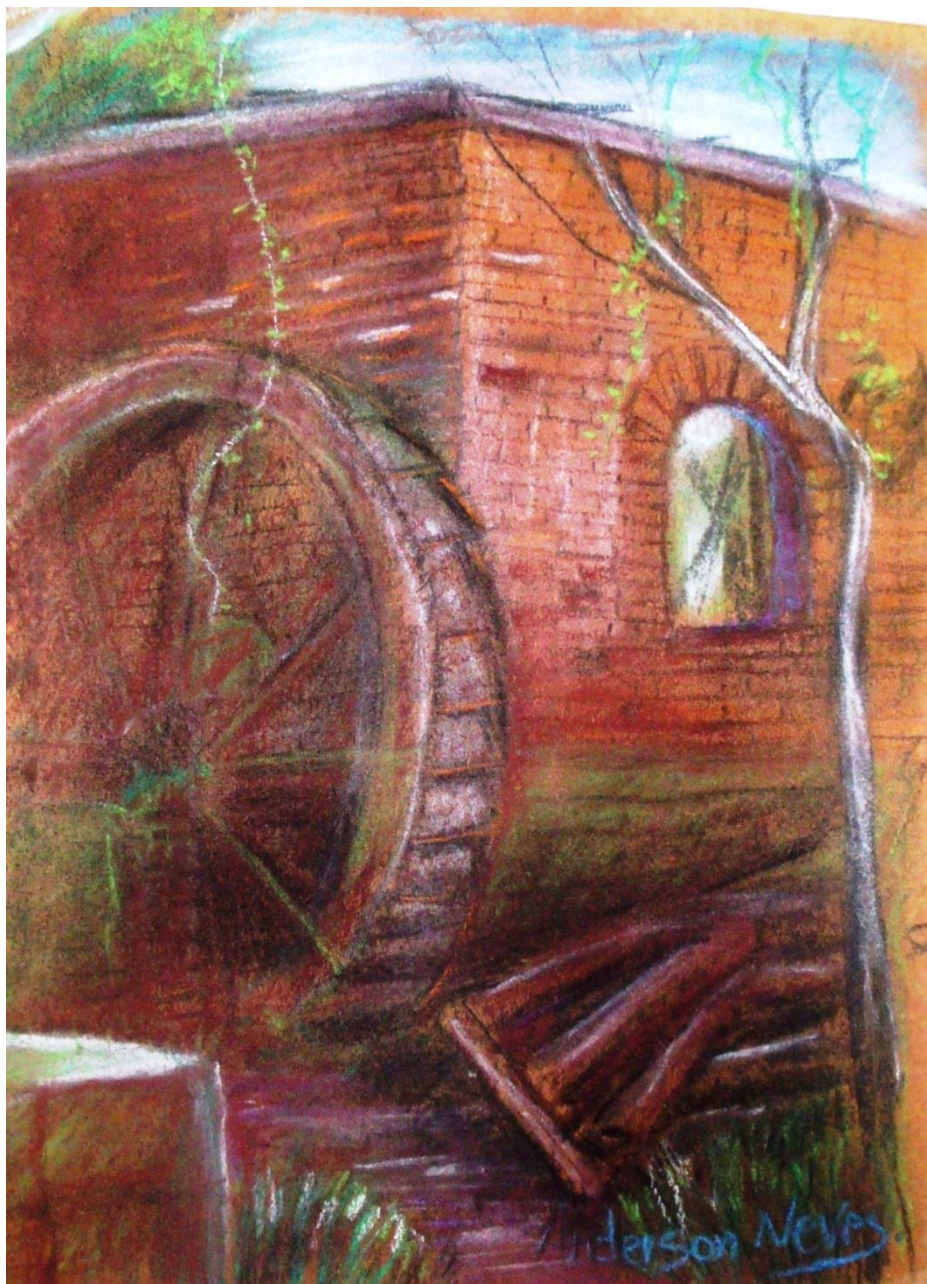


Figura 9 - Roda d'água no município de Campo Bom/RS, pintada em 2003, fotografada em 19 de fevereiro de 2015.

Abre-se agora a porta para o universo da iconografia por outro viés, a pintura, pelas mãos do artista plástico Anderson Neves, de Novo Hamburgo, que contribui com esta dissertação abrindo gentilmente seu atelier. Após a apresentação de sua vasta obra, registraram-se imagens de algumas de suas pinturas. Portanto, todas as obras retratadas nesta dissertação foram fotografadas diretamente do acevo do próprio artista. Um registro do artista plástico que merece destaque é esta roda d'água (figura 9) localizada no município de Campo Bom. Segundo relatou o autor da obra, a construção fica em uma área de banhado, que possivelmente se tratava de uma alça do Rio dos Sinos com vazão suficiente para geração de energia através

desta tecnologia. Outra hipótese é que a roda era tocada a partir da canalização de certo volume de água a partir de algum trecho a montante. Mas pelas alterações da paisagem a roda d'água não é mais tocada pela água. No entanto, continua lá. Suponho que na esperança de um dia poder funcionar novamente.

As fotografias de Guto Maahs e a tela de Anderson Neves imprimem aos registros aqui destacados o viés da esperança que transpassa a relação das comunidades da Bacia Sinos com seus banhados.

A fé desponta como outro elemento recarregador, motivador da vida, que não está contemplado na legislação e nas políticas públicas da área ambiental (proteção) e de recursos hídricos (usos). As imagens desta seção revelam que indivíduos se movimentam na direção das águas, utilizando-se dos banhados para saudar e reverenciar entidades que lhes revigoram a esperança através da crença.

Novamente, pode-se afirmar que a política de conservação patrimonial, como expresso no capítulo 2 desta dissertação, demonstra-se mais abrangente e capaz de dar conta da manutenção deste lugar que “forma a experiência” dos banhados em nós e de nós nos banhados (BAUMAN, 2009, p. 35).

4 – VIDA NOS BANHADOS

O capítulo “Vida nos banhados” demonstra que os banhados permitem a vida, asseguram a manutenção das condições de qualidade e quantidade das águas. Por estarem tão vinculados à vida na bacia do Rio dos Sinos, que novamente afirma-se a importância material, natural e cultural dos banhados.

Ao tempo em que a ideia de colocar os banhados como peças que podem ser usadas pelo homem no jogo econômico e desenvolvimentista, estes foram exibidos como locais inapropriados à moradia digna de seres humanos, utilizados para segregação social. Agora é hora de reconhecer a outra faceta destes habitats: vida em abundância. E na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos a vida depende da conservação dos banhados.

4.1 A paisagem dos banhados nas trajetórias sociais

*Me criei solto, correndo pelos banhados
Gritando forte com o gado, nos dias de lida bruta
No batoví, extraviei sonhos e mágoas
Que se olvidaram com as águas, das cheias do reculuta*
(Oliveira e Melo, 2015)

O antropólogo social Devos (in ECKERT & ROCHA, 2013), descrevendo o espaço da Ilha da Pintada e da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS, situa muito bem a “estética mutante”, a qual a paisagem dos banhados também está submetida (p. 72):

[...] entre a dinâmica do ecossistema (alagamentos e períodos de estiagem), a apropriação diferenciada por parte da comunidade (colocação de cercas, uso compartilhado da margem, aterramentos), por parte do poder público e de outros segmentos sociais (colocação de asfalto, obra de saneamento, remoção de moradores, [...] construção de muros e sistemas de segurança) (DEVOS in ECKERT & ROCHA, 2013, p. 72).

E nesta linha, paisagem também é “matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, de certa forma, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (PUNTEL, 2012, p. 29). Ou como afirma Santos (1988), “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (p. 22).

Logo, os banhados, expostos a tantas alterações (aterramentos, diques, drenagens) compõem a percepção flutuante dos habitantes acerca de seu meio, e com isso modificam, ao longo do espaço e do tempo, as formas de interação entre homem e ambiente.

É nesta dinâmica de interdependência que será acessada a produção de Schwerz (2009) acerca da paisagem. Em sua dissertação sobre o patrimônio arquitetônico do município de Agudo (RS), enfatizou aspectos simbólicos e subjetivos imbricados no conceito de paisagem como “marca, porque expressa uma civilização” e como “matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, da cultura, esquemas que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (p. 20). Mas o que Schwerz (2009) apresenta de mais interessante em sua dissertação é a aproximação entre “paisagem como estudo morfológico” e “paisagem como estudo simbólico”, compreendendo na relação entre o “material e seu valor imaterial” a paisagem como patrimônio (p. 21).

Tal percepção da paisagem como patrimônio corrobora com os objetivos da presente dissertação, que busca a defesa dos banhados pela sua relevância aos habitantes da Bacia Sinos.

Mas é, talvez, na obra do sociólogo alemão Georg Simmel (2009) que se encontra o conceito de paisagem mais próximo da sensibilidade que esta dissertação procura nas subjetividades das diferentes formas de expressão acerca dos banhados. Derivada tardia do ‘sentimento de natureza’, paisagem para Simmel decorre do afastamento do olhar humano sobre a natureza, recriando nela mesma um novo recorte resultante de processo quase espiritual (SIMMEL, 2009, p. 5-7). Não se trata apenas do banhado, aquela área racionalmente interpretada como inundada, malcheirosa, com sapos. Mas sim de uma cena em que o banhado carrega valores da comunidade de entorno, das lembranças dos tempos de guerra, da colonização, da pecuária, das brincadeiras infantis. Quando “um certo conceito unificador” abarca tais elementos “e lhes dá uma forma” (SIMMEL, 2009, p. 8). Então,

“a “paisagem” só surge quando a vida pulsando na intuição e no sentimento é em geral arrancada à unicidade da natureza e o produto particular assim criado, transferido para um estrato inteiramente novo, se reabre então, por assim dizer, de per si à vida universal, acolhendo o ilimitado nos seus limites inviolados” (SIMMEL, 2009, p. 8).

A percepção enganada de que os banhados estão separados dos habitantes ameaça a manutenção da vida. Importante a permanente vigilância de que “a iniciativa de colocar a natureza em perspectiva e de construí-la como paisagem se inscreve na modernidade” (COELHO, 2012, p. 210). Possivelmente seja “um olhar do homem da cidade, que por não estar mais em contato direto com a natureza, o que gera um distanciamento, faz este recorte estético” (COELHO, 2012, p. 210).

Justamente este distanciamento do olhar sobre os banhados que pode colocar em risco a sua conservação.

Coelho destaca que “diante da paisagem (...), a unidade da existência natural se esforça por nos integrar ao tecido, a brecha entre um eu que vê e um eu que sente, se mostra duplamente visível” (SIMMEL, 1996, apud COELHO, 2012, p. 211). E completa que “a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos” (BERQUE, 1998, apud COELHO, 2012, p. 211). Banhados e habitantes. Banhados nos habitantes. Habitantes nos banhados.

Portanto, resultante de tal (in)concretude, a paisagem é diferente para cada indivíduo, ou para cada coletividade. Há peculiaridades moldadas a partir dos elementos que cada um carrega por trás dos olhos que miram determinado recorte e que o transformam em paisagem. O banhado que o morador da encosta transforma em paisagem é único, assim como o banhado visto pelo olhar do viajante, ou do banhado observado pela senhorinha que se utiliza dele para coletar suas ervas medicinais. Processo decorrente da “vida empírica, por assim dizer destituída de princípios” (SIMMEL, 2009, p. 9). E somente “quando realmente vemos uma paisagem, e já não uma soma de objectos naturais, temos uma obra de arte *in statu nascendi*” (SIMMEL, 2009, p. 10).

A partir da base apresentada para a interpretação da paisagem dos banhados, entra-se no principal desta seção, a vida neste ecossistema.

Começando pela coletânea de caráter conservacionista dos banhados do Rio dos Sinos, publicada pela União Protetora do Ambiental Natural – UPAN em 1995, em que a abundância dos distintos tipos de vida neste ecossistema fica evidenciada. Segundo o pesquisador da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Walter Voss (1995), das aves até então identificadas na região, mais de 30% (aproximadamente 74 espécies) são de ambientes “aquáticos e/ou paludosos” (p. 27). Na mesma publicação foram destacados outros habitantes dos banhados, dentre os quais destacam-se: capivara, gambá, gato-do-mato, graxaim, lontra, mão-pelada, ouriço-cacheiro, preá, ratão-do-banhado, zorrilho (Becker, 1995, p. 12); peixe dourado, cobra-cipó, sapo-ferreiro, sapo-cururu (Petry, 1995, p.16-17). Vida em abundância!

É esta vida pujante que dá origem ao nome do Rio dos Sinos, que antes da chegada dos colonizadores denominava-se Cururuáí. A palavra de origem indígena

indica a conexão original da região com os banhados, significando Cururuá (ratão-do-banhado) e I (água ou rio), ou seja, Rio dos Ratões do Banhado (KAYSER, 2011).

Os parceiros de pesquisa, pessoas entrevistadas acerca de suas trajetórias sociais, apresentaram elementos de riqueza grandiosa, carregam as narrativas com a emoção da vivência. Eckert & Rocha (2006) recorrem a Bachelard (1990) para defender que “o que deve durar é o que tem sentido afetivo na trajetória dos grupos sociais, o que reverbera” (ECKERT; ROCHA, 2006, 463).

Nascida em Santa Cristina do Pinhal (distrito do atual município de Parobé), a Parceira 1, dona de casa, aposentada, com 70 anos de idade, mãe de três filhas já adultas e avó de três netos) mudou-se com seus pais e irmãos para Novo Hamburgo, ainda pequena. Na adolescência começou a trabalhar e atravessava uma área de banhados no deslocamento feito a pé entre sua casa (no bairro Santo Afonso) e a empresa de calçados Super Lee & Garoty, no bairro Industrial. No inverno era preciso alargar a trajetória, pois o terreno ficava muito úmido. Toda esta região hoje é urbanizada. É possível sentir a nostalgia em sua narrativa. Jeudy (1990, p. 120) explora esta linha muito bem quando coloca que: “A nostalgia se transforma então numa vontade partilhada de produzir um lugar, com sua identidade local, reconstruindo para esse fim os signos de seu passado como elementos fundadores de seu futuro” (JEUDY, 1990, p.120). Coelho também observa o aflorar da nostalgia e a atribui a crença de “que no passado o espaço urbano era de melhor qualidade, sensações estas que caracterizam a inquietação estética e ecológica do momento em que vivemos” (2012, p. 208). “Mudanças rápidas no ambiente urbano acompanhando as transformações técnicas e funcionais podem ser emocionalmente perturbadoras para o cidadão e desorganizar sua imagem perceptiva” (LYNCH, 1997, apud RODRIGUES, 2010, p. 25). Em entrevista aplicada à Parceira 1 foi possível destacar alguns apontamentos interessantes acerca das relações que ela teve com os banhados em sua trajetória social.

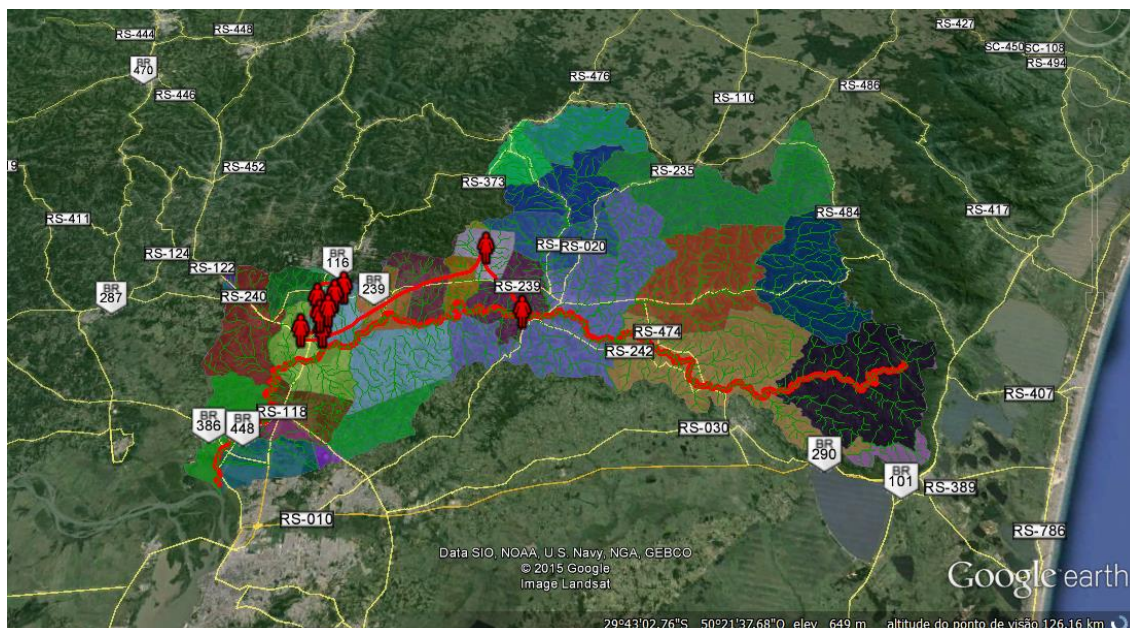


Figura 10 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios) e a trajetória da Parceira 1 de pesquisa a partir de seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).

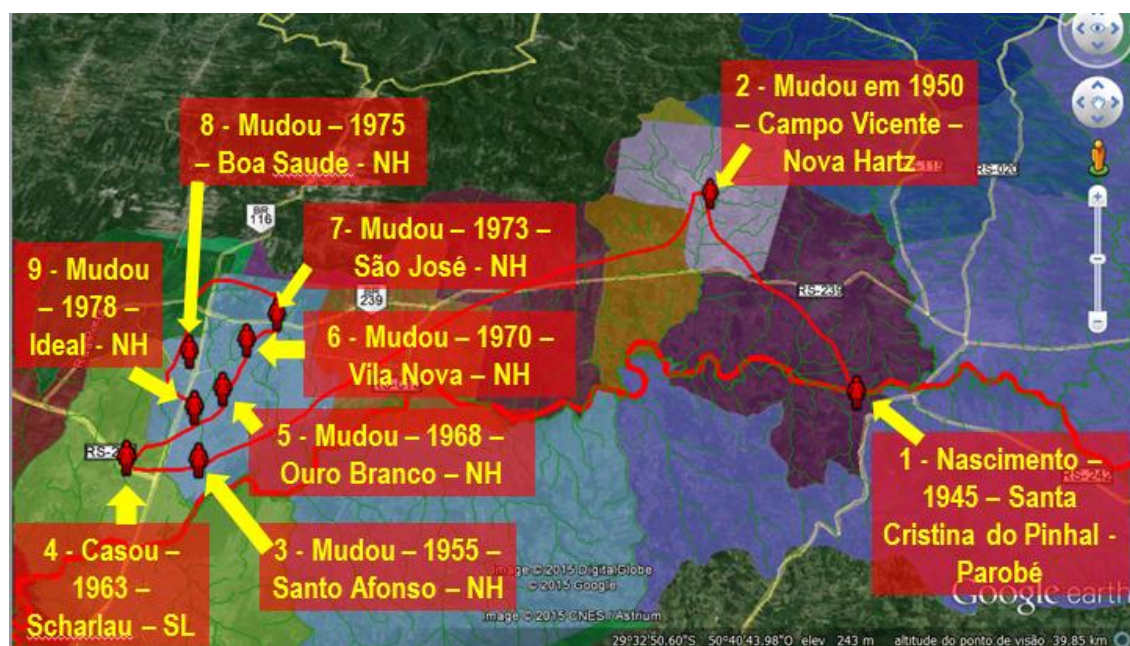


Figura 11 - Visão aproximada do mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a trajetória da parceira 1 de pesquisa a partir dos seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).

A figura 10 demonstra o caminho percorrido pela entrevistada, sua trajetória sobre o mapa político atual da bacia do Rio dos Sinos, onde estão destacadas as localidades de residência da parceira.

A espacialidade dos locais de residência da Parceira 1 demonstram sua relação com os trechos médio e inferior da bacia, mas concentram-se principalmente na planície do Rio dos Sinos, em que viveu maior parte de sua história e ainda vive.

A partir da sua narrativa foi possível localizar experiências vividas em contato

com áreas de banhados. Da primeira infância na localidade de Campo Vicente (município de Nova Hartz), por exemplo, destacou-se o relato:

“Que nem no açude de Campo Vicente. Nós deitava na beirada do barranco do açude e daí tinha umas tocas onde se criava os cascudos. Uns peixes grandes e nós enfiava o braço lá e trazia o bicho. Levava para casa para a mãe preparar. Pegava na mão. E era cascudo mesmo, por que eles tinham uma casca grossa, dura para tirar de redor” (Parceira 1, 2015).

Já da pré-adolescência no bairro Santo Afonso, município de Novo Hamburgo, reportou-se aos momentos lúdicos e de apelo afetivo em que experienciava aventuras no pátio aos fundos da casa:

“Lembro, nos fundos da casa da minha mãe, na Santo Afonso, eles tinham 3 terrenos. Um já tinha uma beirada dentro da água, uma lagoa. E daí a lagoa ia até bem mais para lá. Quando chovia enchia de água ali. Criava muito sapo, espuma de sapo. E nós entrava pra dentro, brincava muito lá no meio pra pegar as espumas com os sapinhos. Risos. Eu e a Rita. Brincava muito tempo lá. E sem medo de pegar bicho, ou sei lá o que que tinha. A gente foi criado assim” (Parceira 1, 2015).

A Parceira 1 relatou situações vividas nas proximidades da residência, quando moradora do bairro Santo Afonso, município de Novo Hamburgo:

“No mato, mas perto do Rio. Enchia com a chuva ou quando o Rio subia. Tinha eucaliptos em redor. E a minha vó ia lá. Sempre levava um cesto de roupas para lavar. Se ajoelhava numa tabuinha, e eu ficava brincando em redor. Me lembro que teve um dia que eu escorreguei, pisei muito na beiradinha e caí. Quase me afoguei lá dentro. Por isso até hoje eu não gosto de entrar na piscina, estas coisas. E a minha vó que me segurou pelos cabelos quando eu vim para cima na terceira vez. Eu me lembro que ela contava “eu não consegui te pegar na primeira nem na segunda vez, na terceira é que eu consegui”. Eu já tava passando mal. Me puxou pelos cabelos e me tirou. Mas daí eu fiquei com medo da água. Mas era muito divertido ir lá na casa da minha vó. Se eu chegava lá e alguém dizia “tua vó tá lá”, a gente dizia “a Dindinha”, “a Dindinha tá lá lavando roupa”, aí eu ia. E ela fumava palheiro escondido. Não fumava na minha frente nem de ninguém, só que eu sabia. E daí eu procurava fazer barulho nos galinhos secos para ela escutar as minhas pisadas. Daí ela apagava o palheiro e jogava longe. Estragava. Risos” (Parceira 1, 2015).

A figura 11 apresenta a trajetória social da Parceira 1 na temporalidade de seus deslocamentos. A trajetória da parceira, até o momento, tem sido com residência em endereços exibidos na figura, saindo do interior do município de Parobé, passando por outros municípios e fixando-se em imóvel próprio no bairro Ideal, município de Novo Hamburgo. No entanto, por mais que as pessoas se movimentem em seus lugares, sempre haverá o pertencimento àqueles lugares. Pode-se minimizar, com a conservação dos banhados, o sentimento de medo provocado pelas mudanças constantes do ambiente urbano, que diferentemente do prometido, o ‘progresso’ não resultou em “felicidade duradoura e universalmente compartilhada” (BAUMAN, 2009, p. 2).

Nota-se que o uso das águas para a manutenção da vida humana em Novo Hamburgo abastecia as comunidades com outros bens. Os peixes das espécies de nome popular lambari e voga eram comuns:

“É, dali dos fundos da Santo Afonso, passava por aquele mato onde minha avó lavava roupas, até no Rio. Daí eles pescavam bastante peixe miúdo. Que depois a gente buscava, eu e a Dona Sueli ia lá um pouco todos os dias, e trazia, limpava e fazia escabeche para guardar nos vidros. E ali tinha muita gente que costumava fazer isso. Buscavam peixe para se alimentar lá” (Parceira 1, 2015).

Através da narrativa do Parceiro 2 de pesquisa, curtidor de couro aposentado, 64 anos de idade, nascido em Novo Hamburgo onde ainda reside, casado, pai e avô, foi possível perceber a alteração da paisagem da cidade de Novo Hamburgo claramente. Durante a entrevista, ele relatou que com a diminuição do trabalho nas charqueadas, após a Guerra dos Farrapos, muitos negros vieram para o Vale do Sinos:

“E esses negros tavam trabalhando pesado, e conheciam o trabalho com matéria ‘putrescível’ vamos dizer assim. E eles começaram a vir pra cá pra trabalhar nos curtumes, porque eles tinham força física e tinham conhecimento do que tavam fazendo. Dava pra ensinar eles relativamente fácil por que eles conheciam toda a conversa do boi. Essa foi a migração negra pro Vale” (Parceiro 2, 2015).

A antropóloga social Nunes afirma que o “Rio dos Sinos, ao qual foi imputada a razão do crescimento e progresso das colônias nos primórdios da imigração, colhe as consequências amargas de um desenvolvimento não sustentável que destruiu os ecossistemas da região” (2009, p. 169). Conforme Nunes (2009, p. 159), “outros grupos étnico-raciais, especialmente índios, negros, açorianos e luso-brasileiros” já habitavam a região. Tanto que o movimento negro local “diz serem os negros corresponsáveis” pelo desenvolvimento do Vale, “na medida em que desde o início da industrialização foram braços fortes no trabalho das fábricas, especialmente nos curtumes” (NUNES, 2009, p. 160). Independentemente da etnia dos habitantes da bacia do Rio dos Sinos, o fato é que paisagem e sujeitos se integram no ambiente dos banhados, conforme relatado pelo parceiro de pesquisa.

Tanto que os usos da terra há 45 anos eram absolutamente diferentes de hoje, conforme o Parceiro 2 referindo-se ao município de Novo Hamburgo. A integração e o respeito ao ambiente natural eram mais presentes, tanto que as áreas de banhado não eram ocupadas nos anos que se seguiram a 1970.

“Dali pra frente tudo era banhado, mas banhado, banhado mesmo. Aquela região tida era um alagadiço. O Maxxi (atual) era um abatedouro de gado. E toda aquela parte sul do Maxxi era um potreiro onde poderia ficar o gado de abate, ou gado para ficar mais dias, mas era um banhado. A não ser no

verão muito seco, no resto os bois tavam atolados até o joelho no lamaçal. Alí onde é aquele posto de combustível, aquilo era o potreiro. Quando chovia, o bicharedo atolava. A 1º de Março, onde hoje é o leito dela, aquilo era banhado. E se dividir, aquilo onde hoje é aqueles pavilhões depois do Atacadão, aquilo era banhado até aquela primeira rua do Bairro Liberdade. E aquele trecho da 1º de Março se dizia que nenhum bicho cruzava no sentido norte-sul, de tão banhado que era” (Parceiro 2, 2015).

E em suas memórias descreveu o ambiente do entorno de sua primeira residência nomeando plantas como maricá, característico de áreas úmidas:

“Era a parte externa de maricá, e a parte interna tinha tudo que é coisa, vegetação muito densa. E esse banhado ia umas três quadras pro sentido oeste (pro lado da BR), ele era um banhado muito grande. Tinha uma água, um arroio que era permanente, então toda aquela região alí aterraram. Lá tudo é baixio. Eu nasci alí, a gente tinha vaca de leite, plantava mandioca, tinha horta, tinha fruta. Era uma área grande, e a gente tinha essa... uma vida praticamente rural. Então eu olhava para qualquer lado e via mato e banhado, e convivia com esse ambiente bem rural” (Parceiro 2, 2015).

As narrativas dos parceiros de pesquisa revelaram importantes alterações na paisagem, com impactos sobre os banhados, mas especialmente relatando da relação com estes espaços de vida. A identidade do Parceiro 2, por exemplo, foi moldada sob a influência local do setor coureiro-calçadista, despontando como grande percursionista da urbanização do Vale do Sinos. A Parceira 1 também narrou as mudanças ocorridas nos municípios da região e que afetaram os banhados. Brincadeiras infantis em áreas de banhados, extração de alimentos, trajetos influenciados pelos períodos de chuvas que obrigavam o desvio da planície de inundação. Os banhados aparecem (não reconhecidamente) como pontos de recarga de fontes de água utilizadas pela população, como bicas, fontes, vertentes.

Em suas memórias, o Parceiro 2 resgatou o processo de canalização do Arroio Luiz Rau, que atualmente drena 50% dos esgotos da cidade de Novo Hamburgo, sendo um dos principais cursos d'água do município:

“Quando nós contruímo lá não tinha nada. Meu pai construiu. Nações Unidas desse lado era assim um... passou um trator e deu uma aplainada. Essa retificação do arroio primeiro, ela só tinha a vala de fundo. Ela tinha assim... pseudamente tinha sido feita uma impermeabilização de pedra no fundo do arroio, e feito as duas laterais com quatro ou cinco pedras daquelas quadradas grande de basalto, mas não tinha talude, não tinha nada, era aberto” (Parceiro 2, 2015).

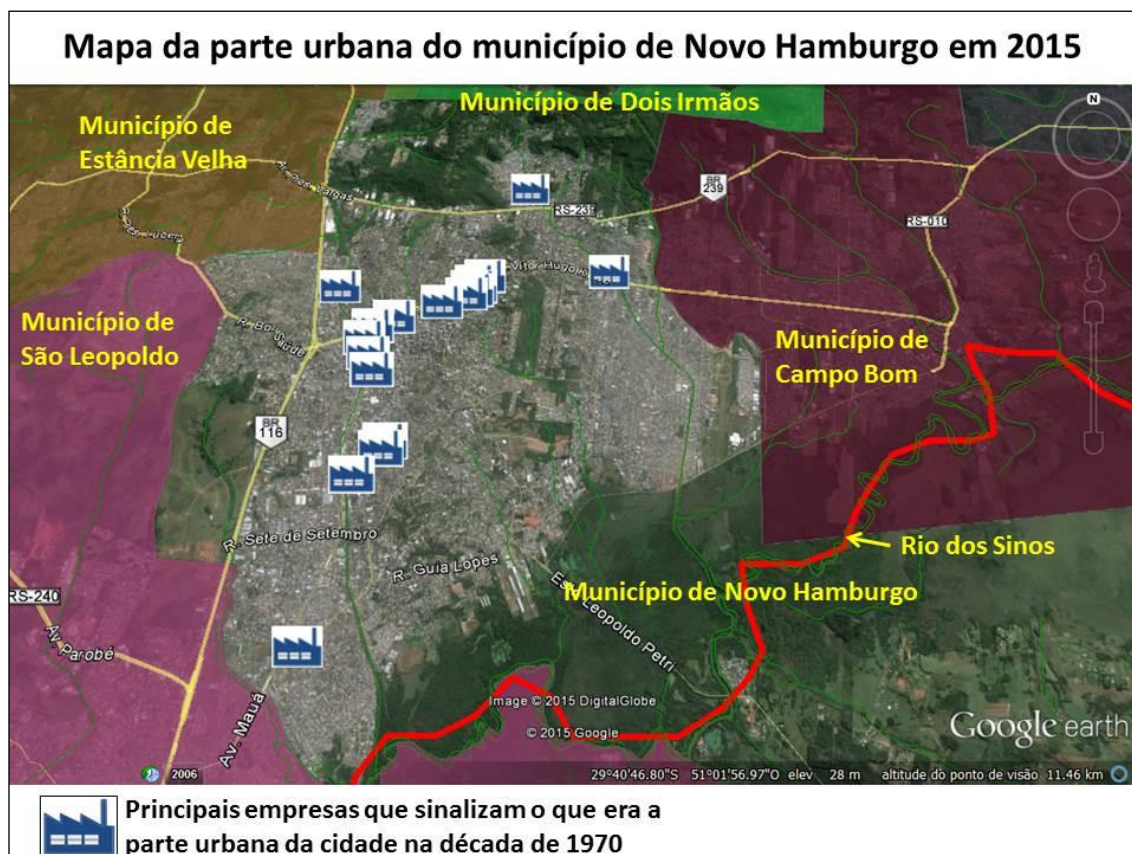


Figura 12 - Mapa da parte urbana do município de Novo Hamburgo/RS, datado de 2015, com identificação dos municípios limítrofes e identificação da localização das principais empresas existentes na década de 1970, conforme o Parceiro 2, adaptado do Google Earth® (2015).

Segundo o Parceiro 2, o eixo formado pelas empresas era a linha de urbanização do município de Novo Hamburgo (figura 12), também acompanhando os trilhos do trem em funcionamento na época, até determinado trecho. Era no entorno próximo deste eixo que se concentrava a cidade, sendo o restante do território ocupado por casas isoladas em meio a propriedades de características rurais. Segundo o Parceiro 2, “O resto era só banhado, esquece. A Pedro Adams tinha lá embaixo, lá no fundão, tinha o Enko. Mas assim era só a Pedro Adams que tinha alguma coisa. Tinha grandes vazios” (Parceiro 2, 2015). Em 45 anos a cidade se expandiu, como é notável na malha acinzentada da imagem a seguir.

Conforme relatou, a respeito das brincadeiras infantis nos banhados, aos onze ou doze anos de idade, “a gente acabava entrando nesses banhados intranponíveis (...), ia comer amora” (Parceiro 2, 2015).

Aproveitando a trajetória social (pessoal e profissional) que emergiu na entrevista com o Parceiro 2, foi possível sobrepor à imagem de satélite atual (Google Earth®, 2015) as principais empresas do ramo coureiro-calçadista existentes em Novo Hamburgo na década de 1970. Há no relato do parceiro a revelação da sua

identidade, quando tratada no contexto de um território, que é “designada como um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, este último construído pela interseção de sua história individual com a do grupo em que vive” (CAMPOS, 2007, p. 37). A abundância dos detalhes relatados pelo Parceiro 2 permitiu identificar pontos da cidade de Novo Hamburgo que eram alagadiços e que hoje encontram-se totalmente drenados.

“Na Alberto Torres, ela tinha um primo que morava lá. Embaixo da casa tinha vertente. Era um chalé com pilares altos e era um pé direito mais ou menos de 1 metro de altura por aí. A gente acabava cavando buraco, piscina. Buraco. No chão, ali empoçava água das vertente. A gente pegava os peixinhos, e tinha peixinho ali pra brincar. Coisa de guri. As encostas aqui era tudo água” (Parceiro 2, 2015).

A descrição da cidade de Novo Hamburgo, feita pelo Parceiro 2, se cruzada com a descrição da Parceira 1 é ratificada: “E muitas empresas de calçados. Principalmente na Pedro Adams. Era dos dois lados que tinha fábricas de calçados” (Parceira 1, 2015). Bem como da prática de ocupação dos banhados, demonstrando que somente era possível com a utilização de técnicas de transformação das características do solo úmido:

“Ouvia, escutava as pessoas comentarem que tinha que aterrar, que eles iam começar a vender os pedaços de terra. Mas eu não lembro de contar direito como eles conversavam. Isso aqui em Novo Hamburgo, na Santo Afonso.” (Parceira 1, 2015).

O Parceiro 2 relatou o interesse que moradores dos arredores tinham pela carne de rã. Tanto que iam caçá-las nas terras de sua família:

“O que se fazia na época era aquelas coisas de sacanagem. A gente sabia, e sabia até quem era, por que era tão pouca gente, e eles iam caçar rã de noite. E não era o problema caçar rã. O problema é que eles sujavam a água. A gente tinha que segurar os cachorro pra não faze barulho. Era um banzé na volta daquilo. Eu sei que a agente carregava a espingarda com festim, só pólvora com bucha e dai a gente ia por dentro do mato e conseguia chegar a uns 15 metro do açude. Dai, todo mundo quietinho, dava um tiro. Era uma arma da cano duplo, dois furo. Dava um tiro e largava os cachorro. E os cachorros não tinham medo de tiro. Pra eles, quando dava um tiro tinha que buscar o bicho que caiu. Tu não imagina o que era o disparo daqueles cara no meio do banhado, da cerca de tudo. E quando eles começavam a fugir dava um outro tiro. Ai no outro dia a gente sabia, na vila, ‘pois é a gente ouviu as bala assobiar nas orelha’. Então as coisas eram sacanagem” (Parceiro 2, 2015).

contribuiu muito para esta dissertação.

A Parceira 3 e o Parceiro 4, mudaram-se para a Bacia Sinos quando adultos, após casados e com dois filhos, no ano de 1963. A entrevista estava agendada apenas com a Parceira 3, mas seu marido permaneceu junto e participou o tempo todo ajudando-a com o resgate das memórias. Por isso, foram considerados ambos os parceiros. Ela hoje com 76 anos de idade, dona de casa, servente de escola de ensino fundamental aposentada. Ele com 80 anos, modelista de calçados aposentado. Pais de quatro filhos, avós e bisavós. Nasceram nos municípios gaúchos de São Gabriel e Rosário do Sul, respectivamente. Os parceiros contam que em 1964 presenciaram a segunda enchente em São Leopoldo:

“Ali, vamo dize, quem vai... passa o Olindo. Ali morava meus pais, meus irmão. Meus pais já faleceram e um outro meu irmão também. Mas minha cunhada ainda mora lá. Eles vieram tudo cá pra cima né pai. A gente arrumou a casa aqui pra eles. Essa casa bem aqui dos fundos que a gente chamava de Sabão, porque o pai dele fazia sabão. Com é o nome dele? Ai a gente pediu pra ele vir parar ali. A casa não tava pronta, mas pelo menos não tava na água. E a gente era quatro, cinco família, não tinha como ficar tudo aqui” (Parceira 3, 2015).

“Gaston era o nome dele” (Parceiro 4, 2015).

“Isso Gaston! Não era tão grande, mas veio lá nas casas. Mas essa de 64, ai que horror” (Parceira 3, 2015).

“Se não tivesse dique tinha até aqui. Mas não passou por cima da Federal. Faltou um meio metro” (Parceiro 4, 2015).

“Na casa do meu cunhado ficou coisa mais horrível” (Parceira 3, 2015).

“Só a cumeeira aparecendo” (Parceiro 4, 2015).

“Era alí atrás da Igreja no Rio dos Sinos. Coisa mais triste” (Parceira 3, 2015).

“Alí só de caíque pra entrar” (Parceiro 4, 2015).

“Eles tinham muita coisa. Aquelas roupas de cama. Coisa mais triste do mundo. Ela tava no hospital minha cunhada. E ele tava em casa, nem sei. Mas ela era muito caprichosa e molhou tudo. Coisa mais triste” (Parceira 3, 2015).

Podem-se elencar alguns motivos pelos quais as águas do Rio dos Sinos adentram estas casas: por que as construções estão dentro de áreas de banhados; por que o entorno destas casas foi aterrado, drenando as águas superficiais para os espaços de cotas menores de solo. Todavia, é a bacia hidrográfica inteira que sofre os efeitos, não da inundação em si, mas da ocupação dos banhados. Perde-se em qualidade de água, perde-se em diversidade dos ecossistemas, perde-se em quantidade de água, pois as soluções da modernidade líquida envolvem obras gigantescas de engenharia, como diques, barragens, bacias de contenção.

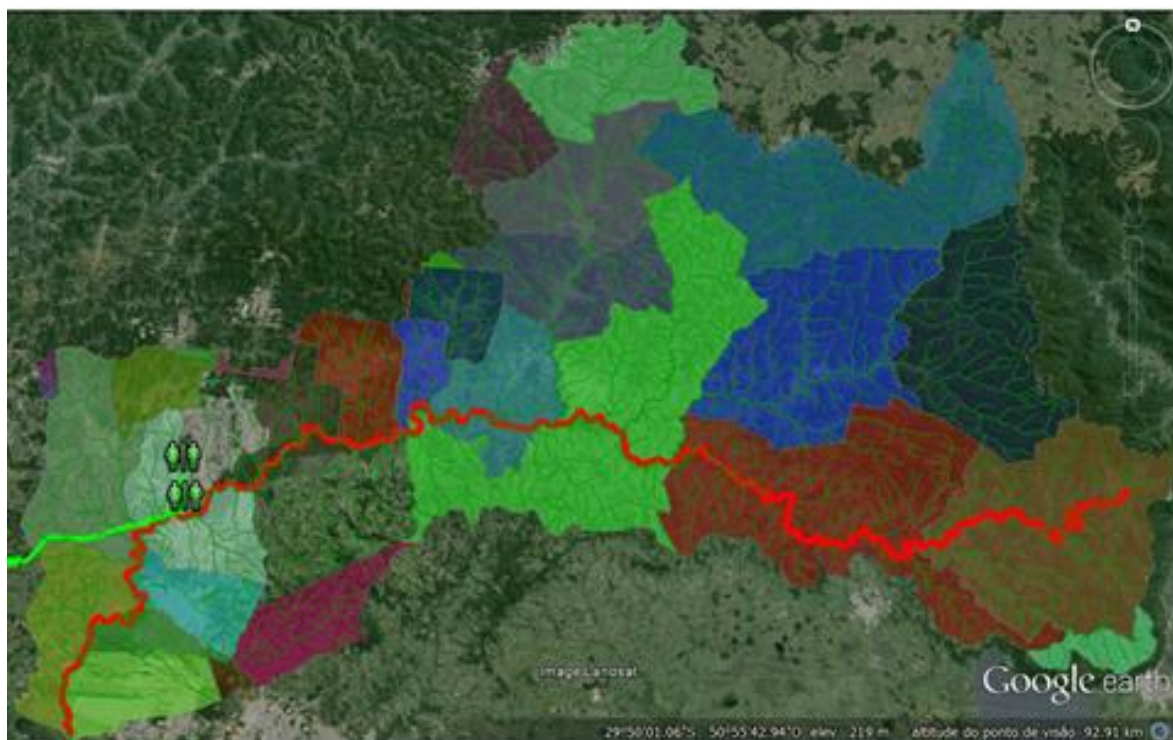


Figura 15 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a divisão política (municípios) e a trajetória dos Parceiros 3 e 4 de pesquisa a partir de seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).



Figura 16 - Visão aproximada do mapa da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos com a trajetória dos parceiros 3 e 4 de pesquisa a partir dos seus locais de residência, adaptado do Google Earth® (2015).

As narrativas dos parceiros revelaram que as ameaças do banhado, ambiente

que pode ser hostil embora auxilie na manutenção da água, representa perigos. Exibem trajetórias alteradas pelas inundações, pelos estragos das enchentes. Os medos e traumas que restaram. O que reforça a necessidade de avaliação sobre o modelo de ocupação dos banhados.

Notadamente, as memórias dos parceiros 3 e 4, que viveram sua infância em outra região, não apresentaram elementos como brincadeiras pueris e lembranças do manejo dos adultos frente aos banhados. Por outro lado, valorizaram aquela que foi sua fonte de água durante os primeiros anos no bairro Scharlau, município de São Leopoldo, localização a ser verificada na figura 16:

“Banhado... aqui nós tinha um banhado aqui embaixo. Tinha vertente que a gente pegava água. A gente quando veio pra cá, só nós pra aguentar mesmo naquele sacrifício, sem água sem luz. Ficamos 12 anos” (Parceira 3, 2015).

“Tinha uma lagoa” (Parceiro 4, 2015).

“Tinha uma lagoazinha aqui nessa rua aqui... como é que é o nome?” (Parceira 3, 2015).

“Depois da Laranjeira ali” (Parceiro 4, 2015).

“Tinha uma lagoazinha pequena, mas tinha um banhado. Um banhado bem grande, que morava os... Ali tinha um banhado abaixo do posto da polícia. Ali tinha um banhado onde tinha os porco tudo ali. Pra trás do Posto da Polícia Rodoviária. Ali por perto onde morava a Silvana. Era campo e tinha banhado” (Parceira 3, 2015).

As diferentes narrativas apontam para elementos distintos entre si. A Parceira 1 retoma as dificuldades e as alegrias da convivência com os banhados, local de fornecimento de alimentos. O Parceiro 2 demonstra a transformação da paisagem de entorno dos banhados através da evolução da urbanização calcada no processo de industrialização. E os Parceiros 3 e 4 revelam os desafios impostos pelas enchentes. Mas todos eles recapitulam sentimentos positivos, lembranças saudosas das épocas de proximidade com este ecossistema. Tratam da “estética mutante” (DEVOS in ECKERT & ROCHA, 2013, p. 72) dos banhados, revelam a relação entre o “material e seu valor imaterial”, ou seja, a paisagem como patrimônio (SCHWERZ, 2009, p. 21).

Nesta linha, o tombamento (como visto no capítulo 2) dos banhados constitui importante estratégia para a “relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população” (IPHAN, 2009).

4.2 Alimento à vida

Outra forma de analisar a existência da vida em algum local é pela capacidade de produção de alimentos que ele tem. E no caso dos banhados, os alimentos produzidos eram tradicionalmente consumidos, mas foram sendo abandonados (Parceiros 1, 2 3 e 4). Conhecimento que corre o risco de ser perdido com o passar do tempo.

Quando se vai aos supermercados, às feiras, a variedade de mantimentos parece ser grande. Mas as formas de alimentação variam de acordo com os ingredientes disponíveis em cada região. Há ingredientes, ou se poderia falar de plantas e até de animais que servem de alimento e que são específicos de cada lugar, ou ecossistema. Tais ingredientes e seus modos de preparo estão diretamente relacionados às peculiaridades da identidade de cada comunidade. Falam do lugar enquanto território, através das práticas, usos. A continuidade ou conservação de tais identidades particulares dependem da manutenção da memória, dos modos de fazer, dos costumes de manejo, e principalmente de conservação dos respectivos ecossistemas.

Ocorre que “o potencial de aproveitamento de biodiversidade depende da disponibilidade de matéria-prima” (KINUPP & LORENZI, 2014, p.17), ou seja, da conservação ou simulação dos ambientes capazes de proporcionar o desenvolvimento botânico.

Há uma conjunção de fatores que desfavorecem a manutenção de um espectro diverso de alimentos disponíveis:

- o modelo agrícola monocultural que estimula a produção em larga escala de espécies convencionais, aliado à dependência mercadológica de insumos/financiamentos/controle de pragas (SHIVA, 2003), que faz com que 90% dos alimentos no mundo sejam feitos a partir de somente 20 espécies (KINUPP & LORENZI, 2014, p.18);

- o processo histórico de desvalorização da pequena produção rural e valorização dos produtos industrializados (KINUPP & LORENZI, 2014, p.18);

- a influência da dinâmica de globalização que promove a pasteurização dos cardápios, tanto pelas grandes redes de refeição rápida espalhadas pelos continentes, quanto pelas novas necessidades da vida na modernidade (KINUPP & LORENZI, 2014, p.18);

- o processo de urbanização e também de grandes áreas de produção agrícola que eliminam ecossistemas (KINUPP & LORENZI, 2014, p.18).

Na contramão deste retrocesso genético, está o movimento de resgate das Plantas Alimentícias Não-convencionais (PANC). Além de reconhecer os valores benéficos da diversidade de plantas, este movimento baseia-se em indicativos etnológicos sobre os usos dos alimentos, indo além do aproveitamento habitual das plantas pela utilização de inflorescências, rizomas, tubérculos, folhas (KINUPP & BARROS, 2007, p. 846).

O ecossistema de banhados possui capacidade produtiva de plantas com grande potencial alimentício e que correm o risco de extinção pela dizimação deste ambiente. Alguns exemplos estão apresentados a seguir.



Figura 17 - *Arctium lappa* L., conhecida popularmente como bardana.



Figura 18 - *Arctium lappa* L. Exsicata LINN 964.1.

A *Arctium lappa* L., conhecida popularmente como bardana (figuras 17 e 18) no Rio Grande do Sul, é nativa da Europa, mas há muito está adaptada ao clima do Sul e do Sudeste brasileiros. Suas raízes são utilizadas cruas quando jovens ou em pratos quentes quando mais encorpadas. A raiz da bardana frita, por exemplo, salgada, também pode ser servida como doce cremoso (KINUPP & LORENZI, 2014, p.168-169).



Figura 19 - *Canna glauca* L., conhecida popularmente como caeté-do-brejo.



Figura 20 - *Canna glauca* L. Exsicata LINN-HS 1.27

A *Canna glauca* L., conhecida popularmente como caeté-do-brejo (figura 19 e 20) é uma erva aquática perene que ocorre espontaneamente em áreas úmidas. Os índios já consumiam seus rizomas assados ou cozidos. Contemporaneamente tem sido usada em bolos, pudins e mingaus (KINUPP & LORENZI, 2014, p.284-285).



Figura 21 - *Echinodorus macrocarpus*, conhecida popularmente como chapéu-de-couro.



Figura 22 - *Echinodorus macrocarpus*. Exsicata RB00562200.

A *Echinodorus macrophyllus*, conhecida popularmente como chapéu-de-couro (figura 21 e 22), é nativa de brejos e pântanos brasileiros, utilizada em forma de

extrato para fabricação de refrigerantes, bem como medicinalmente para problemas renais, reumáticos. Possui efeito antimicrobiano e vasodilatador (KINUPP & LORENZI, 2014, p.36-37).



Figura 23 - *Heteranthera reniformis*, conhecida popularmente como aguapé-do-arroz.



Figura 24 - *Heteranthera reniformis*. Exsicata A1-630.

A *Heteranthera reniformis*, conhecida popularmente como aguapé-do-arroz (figura 23 e 24), é aquática enraizada ou parcialmente flutuante. Suas folhas e ramos podem ser servidos refogados ou em massas de bolinho e omeletes (KINUPP & LORENZI, 2014, p.618-619).



Figura 25 - *Myriophyllum aquaticum*, conhecida popularmente como milfolhas-da-água.

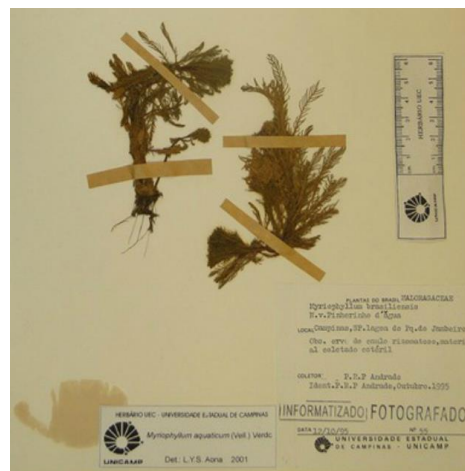


Figura 26 - *Myriophyllum aquaticum*. Exsicata UEC 106615.

A *Myriophyllum aquaticum*, ou milfolhas-da-água popularmente (figuras 25 e 26), hortalica nativa do Sul e Sudeste brasileiros, perene e provida de hastes ocas. Muito utilizada em aquários com fins ornamentais, mas pode ser consumida em bolinhos e refogados (KINUPP & LORENZI, 2014, p.432-433).



Figura 27 - *Typha dominguensis*, chamada popularmente de taboa.



Figura 28 - *Typha dominguensis*. Exsicata SP 9567.

A *Typha dominguensis*, chamada popularmente de taboa (figuras 27 e 28), cresce espontaneamente em terrenos pantanosos, podendo ser consumida na totalidade, mas de maneiras diferentes. Da parte superior, inflorescências, pode ser extraída, queimada e utilizada como sal. Seu caule, o broto, pode ser utilizado como um palmito. E os rizomas podem ser assados e transformados em farinha (KINUPP & LORENZI, 2014, p.694-695).



Figura 29 - *Xanthosoma violaceum*, chamada popularmente de taioba-roxa.



Figura 30 - *Xanthosoma violaceum*. Exsicata HbVirtFIBras.

A *Xanthosoma violaceum*, chamada popularmente de taioba-roxa (figuras 29

e 30), nativa da América Central e naturalizada no Brasil, pode ser consumida cozida, aproveitando-se folhas e rizomas (KINUPP & LORENZI, 2014, p.120-121).

Foram citadas apenas algumas plantas. Mas os banhados servem de reprodutores e estações de engorda de inúmeras espécies, como o *Salminus brasiliensis* (peixe dourado), por exemplo. É preciso reconhecer que é inapropriada a urbanização dos banhados pelos efeitos sociais diretos que ela representa. Socioambiental definitivamente é um termo que alia duas frentes de luta indissociáveis. “Estamos diante da tarefa de construir cidades que sejam capazes de alimentar as comunidades e o ambiente que, afinal, nos sustentam” (BAUMAN, 2009, p. 72). Este constitui argumento aliado importante e que não poderá ser desconsiderado.

Embora a legislação ambiental vise à proteção de espécies, ela não dá conta da defesa de espécies pela riqueza do seu valor cultural. Do âmbito simbólico dos usos que estão deixando de ser feitos de plantas capazes de transmutar a passagem do tempo. A profundidade da relação com os alimentos deve ser valorizada, pois o ato de comer mexe com os sentidos e emoções. Remontam e perpetuam sentimentos de conexão com os banhados em nós e de nós nos banhados.

4.3 Usos e avanço da ocupação dos banhados

Os banhados são habitats estratégicos para filtragem (qualidade) e reserva de água (quantidade), o que contribui para o atendimento de mais demandas por mais tempo. Neste sentido, faz-se essencial tratar da temática de conservação dos banhados também sob o prisma da água como recurso.

De maneira ampla, pode-se afirmar que “o homem faz uso da natureza” que “fornece-lhe ‘bens ambientais’, tais como recursos renováveis e não-renováveis (oxigênio, água, matérias-primas, etc.) necessários a seus processos de produção e consumo” (HARTMANN, 2010, p. 6). Embora ainda em visão extremamente utilitarista, Hartmann (2010) ressalta que a humanidade ainda é ‘presenteada’ pelo meio ambiente “com benefícios diretos, tais como beleza paisagística, o valor recreacional de uma área intocada” (p.6). Mas reconhece que “os efeitos resultantes da exploração humana do meio ambiente restringem-se mutuamente” (HARTMANN, 2010, p. 6).

Em gestão de recursos hídricos, a palavra ‘uso’ é utilizada para denominar

tudo aquilo que depende da água para uma determinada ação, geralmente produtiva. De acordo com a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, estabelecida pela Lei Nº 10.350 de 1994, em seu Art. 3º, são considerados usos “todas as utilizações dos recursos hídricos que afetam sua disponibilidade qualitativa e quantitativa” (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, são usos atuais: produção industrial, geração de energia elétrica, mineração, produção agrícola, abastecimento público, esgotamento sanitário, drenagem urbana, turismo (SILVA, 2010, p. 1). Sabe-se, no entanto, que a pesca artesanal também ocorre, mas não em índices que justifiquem a criação de uma categoria formal de uso na composição do comitê de bacia.

Durante o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Plano de Bacia nos anos de 2013 e 2014, os usos foram revisados e atualizados, sendo os de maior destaque:

- Abastecimento público: 57,3% do volume anual de água, o que representa 112.709.664 m³/s;
- Setor industrial: 18,5% do volume anual de água, o que representa 36.297.936 m³/s;
- Setor de irrigação: 23,4% do volume anual de água, o que representa 46.008.000m³/s;
- Criação animal: 0,9% do volume anual de água, o que representa 1.719.563m³/s;
- Coeficientes de retorno: 0,80 para o abastecimento público; 0,30 para criação animal; 0,30 para indústria; e 0,33 para a irrigação de arroz (SEMA, 2013, p. 89-90).

“O processo de tomada de decisão que envolve a priorização de determinados usos, envolve argumentos técnicos em um ritual eminentemente político de negociações” (SILVA, 2010, p. 11). E isso se dá “em um contexto em que a água limpa e abundante se torna cada vez mais rara em grande parte do Brasil” no âmbito dos comitês de bacia (ABERS, 2009, apud SILVA, 2010, p. 11).

O termo ‘uso’ tem sido empregado com outro sentido, também ativo, por pensadores das áreas sociais, como Michel de Certeau. Certeau (1994) torna similares as expressões ‘fazer com’ e ‘usos’ exemplificando com “as maneiras de habitar uma casa”, os procedimentos de produção industrial (p. 86-87). Foucault (apud CERTEAU, 1994) também teria valorizado o “papel decisivo dos procedimentos” que resulta, em última análise, no consumo de algo, ainda que esse algo seja tão abstrato quanto o ‘modo de fazer’ (p. 98-108). Já Bourdieu (apud CERTEAU, 1994) se interessou pelo “modo de geração das práticas”, e “não pelo que produzem” (p. 119). Seu interesse está no “adquirido, o habitus (...) que

sustenta a explicação de uma sociedade pelas estruturas” (Bourdieu apud CERTEAU, 1994, p. 119).

Considerando o pensamento dos autores citados para ampliar a leitura acerca dos ‘usos’ e observando também a doutrina de recursos hídricos, estes muitas vezes estão imbricados de tensões de conflito e disputa. Juntos, os seres humanos criam um “continuum sócio-histórico” (ELIAS, 1994, p. 43) e embora possam estar em uma mesma sociedade, “o fato de duas pessoas diferentes lutarem por uma mesma oportunidade social, seja ela um pedaço de terra ou um mesmo produto, (...) origina algo que nenhuma delas pretendeu: uma relação competitiva” (ELIAS, 1994, p. 58). Daí a necessidade de espaços como os comitês de bacia hidrográfica, capazes de colocar na mesma mesa distintos interesses, buscando soluções para a disponibilidade de água para o maior número de atividades pelo maior tempo possível. E um dos aspectos de relevância para o sucesso destas soluções é a conservação dos banhados.

A pressão dos diferentes usos sobre as áreas de banhados ainda segue crescente, apesar do processo denominado de ‘ambientalização’ por Lopes (2006, p. 36), termo cunhado à semelhança de ‘industrialização’, por exemplo. Se tal processo de ambientalização estivesse realmente arraigado aos cidadãos, implicaria em “transformações no Estado e no comportamento das pessoas”, bem como interiorizaria novas práticas de enfrentamento dos conflitos sociais (LOPES, 2006, p. 36). E mesmo com instrumentos de gestão do meio ambiente como licença ambiental, espaços de participação e controle como conselhos de meio ambiente, e recursos legalmente instituídos como a ação civil pública, conflitos sociais de cunho ambiental são ainda recorrentes.

A ocupação dos banhados da Bacia Sinos para fins de moradia é bastante emblemática, pois prejudica e marginaliza pessoas sob o argumento do atendimento a uma necessidade básica, a habitação.

O desejo da casa própria obscurece a percepção da marginalização de comunidades inteiras, alocadas em locais de inundação. O ‘homem cordial’, explorado por Jessé Souza (2012, p. 15) em resgate à obra de Sérgio Buarque, acredita em oportunidades semelhantes aos membros de uma mesma sociedade. No município de São Leopoldo, a Defesa Civil registrou (em 2013) a enchente de loteamento recém-entregue, financiado pelo Governo Federal. Casas novinhas, com mobília ainda não quitada, expressão do sonho de pessoas que se foi por água

abaixo. Trata-se da sociedade se pagando “com a moeda falsa dos seus sonhos”, como reforçou Bourdieu na citação da frase de Mauss (SOUZA, 2012, p. 43).

Observando as manifestações de moradores da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, registradas durante eventos públicos do processo de elaboração do Plano de Bacia, coordenado pelo Comitês Sinos, se destacam fortes queixas acerca das questões de moradia. Na primavera de 2013, evento repetido em julho de 2015, foram registradas precipitações expressivas e muitos dos ditos ‘beneficiados’ por tais moradias ficaram desabrigados. Caso de famílias dos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Esteio. Também ocorreram manifestações de pessoas estabelecidas em partes do município de Novo Hamburgo há bastante tempo e que passaram a ter problemas de inundação após a construção de casas nas áreas mais baixas. As águas deixaram de ter o mesmo espaço para sua penetração e invadiram a cidade. Afinal os banhados “atuam como grandes esponjas naturais retendo o excesso de chuvas e as liberando, posteriormente, em períodos secos” (KAYSER, 2013, p. 1). Já os moradores beneficiados por tais residências recentemente construídas tiveram problemas com o escoamento de seus efluentes. Ou seja, reclamaram que ao dar a descarga em seus banheiros o esgoto retornou e transbordou pelas habitações recém-construídas.

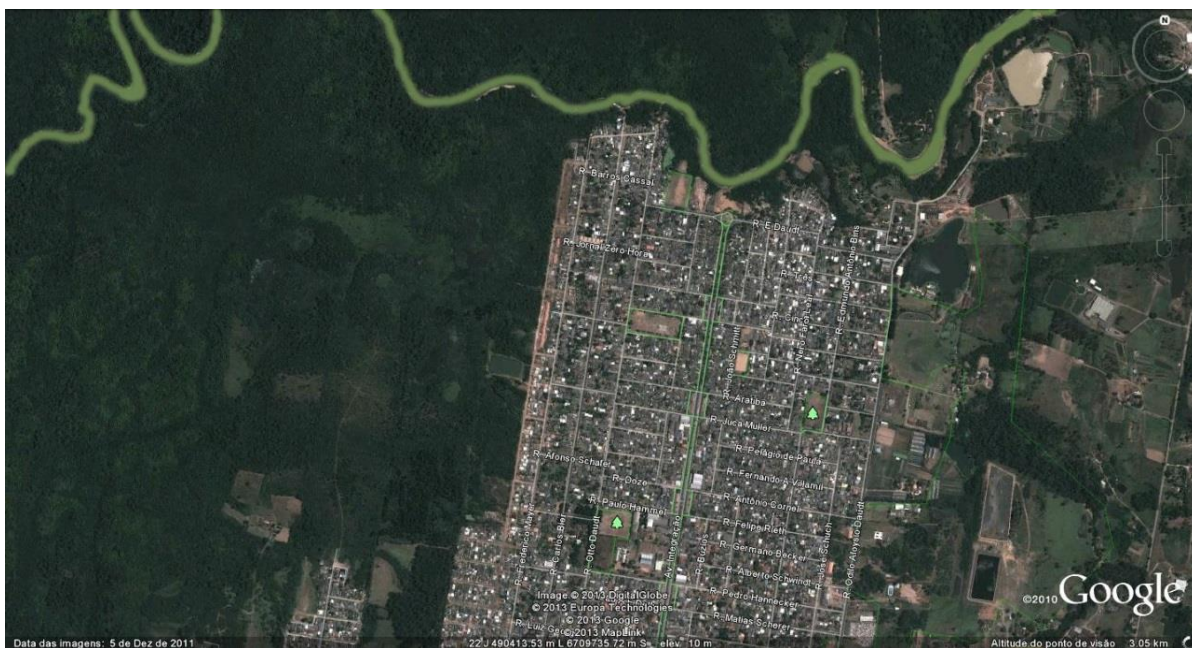


Figura 31 - Imagem de satélite que exhibe o bairro São Geraldo, do município de São Leopoldo/RS, na margem esquerda do Rio dos Sinos (Fonte: Defesa Civil de São Leopoldo, 2014).

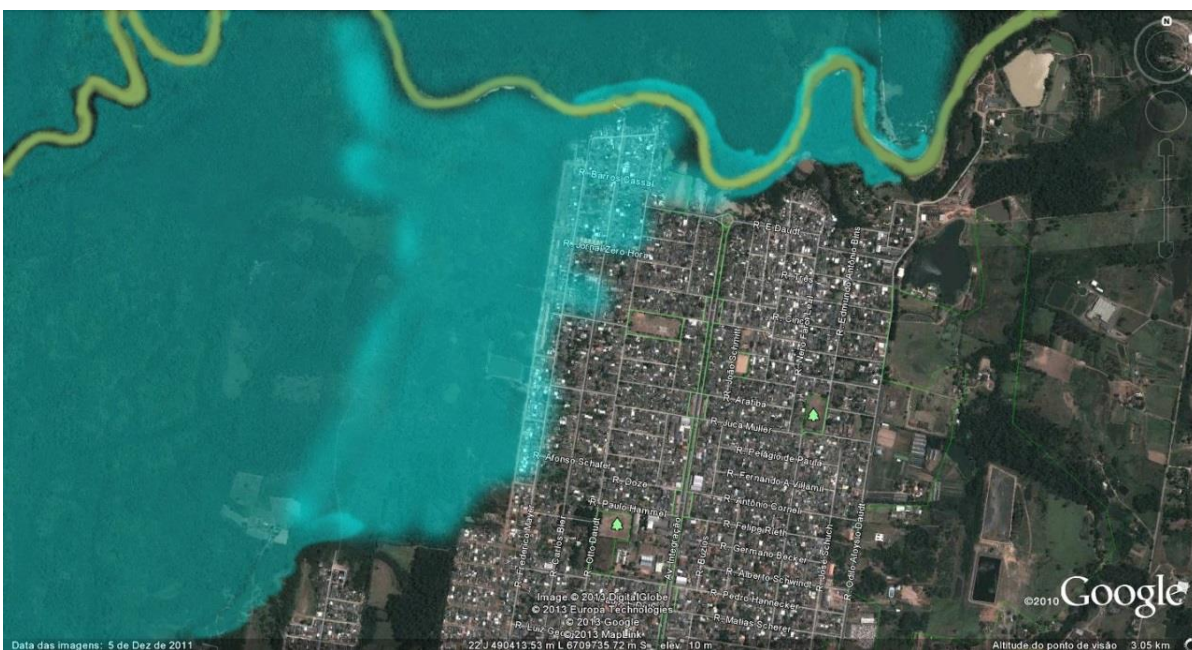


Figura 32 - Imagem de satélite que exhibe o bairro São Geraldo, do município de São Leopoldo/RS, na margem esquerda do Rio dos Sinos com a indicação do alcance da inundação de 2013 (Fonte: Defesa Civil de São Leopoldo, 2014).

As figuras 31 e 32, foram produzidas pela Defesa Civil do município de São Leopoldo demonstrando o Bairro São Geraldo, localizado às margens do Rio dos Sinos. A primeira figura é uma imagem de satélite em período de baixa precipitação. A segunda, a mesma imagem de satélite com sobreposição da informação coletada em campo pela Defesa Civil durante a inundação de 2013. O registro comprova que loteamentos habitacionais foram construídos, licenciados e possivelmente financiados pelo poder público, colocando sob risco muitas famílias.

De ângulo mais afastado que nas fotografias, as imagens de satélite revelam a urbanização descontrolada em direção à margem direita do Rio dos Sinos, zona úmida sujeita aos pulsos de inundação. Segundo Resende, “pulso de inundação é a principal força direcionadora responsável pela existência, produtividade e interações da biota em sistemas rio-planície de inundação” (2008, p. 9 apud Junk e colaboradores, 1989). Proporcionando assim “o intercâmbio lateral de água, nutrientes, e organismos entre rios ou lagos e as respectivas áreas alagáveis conectadas” (JUNK et al, 2013, p. 7). Considerando “as trocas laterais entre o rio e suas planícies de inundação bem como as trocas entre as fases terrestre (seca) e aquática (cheia) nessa mesma planície” (RESENDE, 2008, p. 9). Sendo este um “processo ecológico chave” para a manutenção e conservação de corpos hídricos (RESENDE, 2008, p. 14).

O mais grave é a detecção de que este caminhar rumo aos banhados é incentivado por políticas públicas. Conforme Osório (2003), desde a década de 30 o Estado passou a olhar diferenciadamente para as questões de organização e planejamento urbano, especialmente motivado pela onda de industrialização do Brasil. Durante a gestão do Presidente Getúlio Vargas “foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais para determinadas categorias profissionais, utilizando-se recursos dos novos Institutos de Aposentadoria e Pensões”. A implementação de moradias associada ao desenvolvimento econômico, proporcionou moradia a operários e insuflou também o mercado da construção civil (p. 2-3).

Isso não significa, no entanto, que a expansão das cidades tenha contemplado e acompanhado a necessidade habitacional. Fatores como capacidade de endividamento, flutuação do poder de adimplência dos financiamentos, migração campo-cidade, mudanças do perfil de produção econômica, contribuíram para o aumento dos subúrbios em resposta à necessidade de moradia³.

³ A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou, em 10 de dezembro de 1948, que a moradia constitui um direito universal: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

No Brasil, o direito humano à moradia está assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º (com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010), declara que: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Embora em outro contexto social, porque a partir de pesquisas no Estado do Rio de Janeiro, a observação de Valladares explicita muito bem a maneira como esta periferia habitacional vem sendo estabelecida. O processo de expansão das favelas esteve sempre associado à questão habitacional (a produção de moradias muito abaixo da demanda da população por este bem) e, em geral, acusam-se os moradores das favelas de ‘incapacitados’ a adaptar-se à dinâmica do capitalismo. Entretanto, para o favelado, excluído do mercado formal de trabalho há muito tempo, morar em favela representa não apenas uma questão habitacional e, sim, uma alternativa de moradia dotada de característica altamente vantajosa: está fora dos padrões institucionais e dentro das possibilidades concretas de cada morador (VALLADARES, 1980, p. 31 apud CAMPOS, 2007, p. 72).

De acordo com vídeo produzido pelo Instituto Anthropos, em 2013 o município de Novo Hamburgo apresentava um déficit de 5.000 unidades habitacionais (ROCHA et al, 2013). O mesmo município, já no ano de 1925, registrava a necessidade de soluções técnicas para os impactos sobre o meio ambiente:

Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, pelo extraordinário desenvolvimento dos últimos anos não pode adiar por mais tempo o calçamento de ruas, organização de praças, fornecimento de água, instalação de exgotos e introdução de outras medidas de ordem pública, que a hygiene impõe, o progresso exige e a que a população tem direito (PETRY, 1925, apud NUNES, 2009, p. 161).

Mas quando é assegurado o direito à moradia, as questões de dignidade e infraestrutura segura não podem ser negligenciadas. Sem falar na perda e no impacto sobre zonas de banhado que poderiam, em visão reducionista utilitária, estar prestando serviços de manutenção dos ecossistemas e dos recursos hídricos, beneficiando a todos com melhores condições de qualidade e quantidade de água.

A inquietação de Benevides, socióloga brasileira, é extremamente pertinente neste cenário: “até que ponto os direitos humanos, vinculados a princípios e valores tidos por ‘universais’, respondem às necessidades de reconhecimento da legitimidade de particularidades” (1998, p. 138). Benevides destaca ainda, em debate acerca dos direitos humanos, a igualdade traduzida (entre outros pontos) no atendimento às necessidades básicas, incluindo habitação e a responsabilidade pela busca do bem comum (BENEVIDES, 1998, p.138 e 139). Os ecossistemas de banhados, além de contribuírem ao equilíbrio do ambiente em que ocorrem, são também espaços naturais de entrada de água e, portanto, não se adequam ao papel

de moradia humana.

É importante observar que, embora haja o movimento de exportar as comunidades mais pobres para as periferias, incluindo aí as zonas de banhados, há também a supervalorização de condomínios fechados destinados a um público de maior acesso econômico. Caldeira (1997), antropóloga brasileira com experiência internacional em antropologia urbana, observa isso em seu artigo sobre os ‘enclaves fortificados’, que estabelecem estratégias para segregação urbana. O “isolamento e a distância da cidade, apresentados como se isso oferecesse a possibilidade de um melhor estilo de vida” têm sido explorado por construtoras e imobiliárias de maneira incisiva.

A implementação da Rodovia do Parque (BR448), entre o Rio dos Sinos e a BR116 nos municípios de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul, potencializa a escolha da várzea para instalação de novos condomínios. A nova estrada facilita o acesso entre Porto Alegre e a região metropolitana. Além do mais, a “localização dos empreendimentos junto à ‘natureza’ (áreas verdes, parques, lagos)” e o “uso de frases emprestadas da retórica ecológica” (CALDEIRA, 1997, p. 161) sustentam a divulgação e valorização de empreendimentos desta espécie.

No mesmo estudo, Teresa Caldeira apresentou dados do processo de crescimento das favelas e cortiços em São Paulo, segundo pesquisa da Secretaria de Habitação da cidade. Em 20 anos, o número de pessoas morando nestes espaços aumentou de 1,1% (1973) para 19,1% (1993) (CALDEIRA, 1997, p. 157). De acordo com reportagem veiculada pelo Jornal Zero Hora, em 21 de dezembro de 2011, a partir dos dados censitários de 2010, houve um crescimento de 29,8% no número de pessoas que residiam em “aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros)” no Estado do Rio Grande do Sul, do ano de 2000 para 2010 (ZERO HORA, 2011 e IBGE, 2011, p. 1- 4). Na mesma reportagem foi divulgado que entre as 20 cidades gaúchas, com maior número de pessoas vivendo em moradias irregulares, estão cinco municípios da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos, a saber: Novo Hamburgo, em terceiro lugar com 22.047 pessoas; São Leopoldo, em quinto lugar com 6.697 pessoas; Canoas, em sexto lugar com 6.865 pessoas; Portão, em décimo quinto lugar com 1.637 pessoas; e Gravataí, em décimo sétimo lugar com 1.252 pessoas (ZERO HORA, 2011). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2010,

6,8% dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA residiam em “aglomerados subnormais” (IBGE, 2011, p. 1- 4). Conforme afirmou o representante da União das Associações Comunitárias de Novo Hamburgo no COMITESINOS, em reunião do Projeto VerdeSinos, realizada em janeiro de 2015, “a pressão imobiliária está empurrando os pobres para dentro dos banhados”. Como “uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano” (IBGE, 2011, p. 3).

Embora os períodos de análise dos números expostos por Caldeira (1973 a 1993) e pelo IBGE (2000 a 2011) sejam distintos, ambos refletem o fenômeno brasileiro de crescimento das populações residentes em espaços inadequados.

A implantação de loteamentos habitacionais em áreas de banhados do Rio dos Sinos, até então insignificamente ocupadas por serem espaços inadequados à função de moradia, promove o distanciamento social e espacial dos ditos ‘beneficiados’. Não se trata da institucionalização de guetos “tipo especial de violência coletiva, concretizada no espaço urbano, que se aplica a um subconjunto limitado de categorias étnicas, na era moderna” (WACQUAND, 2008, p. 13). Mas favorece ao que Wacquand (2008, p. 13) chamou de “confinamento forçado de categorias despossuídas e estigmatizadas”. A segmentação promovida pela distância física, proporciona a perda das redes sociais anteriormente existentes com o comércio local que vendia ‘no caderninho’, por exemplo, com pessoas a quem se confiava deixar as crianças para a execução de trabalhos esporádicos, ou mesmo para o desempenho diário de compromissos profissionais. Wacquand (2008, p. 55 – 58), a partir da teoria tecida por Norbert Elias acerca do “processo civilizador e suas notas sobre seu oposto – irrupções ‘descivilizadoras””, alerta para os riscos deste tipo de configuração. A retração gradual do Estado, reduzindo os benefícios públicos, pode fazer com que a comunidade alce mão de dinâmicas de ‘despacificação do cotidiano (violência)’ e da ‘informalização da economia’, resultado do seu ‘colapso organizacional’ (Wacquand, 2008, p. 55 – 58). Tal colapso vem se repetindo no Brasil desde o início da ocupação europeia, “feita mediante a destruição de centenas de culturas indígenas e da morte de milhões de ameríndios (...) fosse pelo confronto direto em combate, fosse por doenças, escravidão e desorganização de sua vida social” (VELHO, 2001, p. 1). Segundo antropólogo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gilberto Velho (2001), “não há mais como

disfarçar ou tentar diminuir a gravidade do fenômeno da violência na sociedade brasileira contemporânea” em que “a criminalidade campeia com seu séquito sinistro de assassinatos, sequestros, assaltos, roubos e tráfico de drogas e armas” (VELHO, 2001, p. 1 – 2). Uma das causas deste fenômeno é atribuída à urbanização – “o crescimento desenfreado das cidades, as fortes aspirações de consumo, em boa parte frustradas, dificuldades no mercado de trabalho e conflitos de valores” (VELHO, 2001, p. 2).

Recorrendo aos estudos do sociólogo polonês, Zigmunt Bauman, e salvo algum equívoco de interpretação, pode-se correr o risco de afirmar que a urbanização dos banhados é efeito sólido da modernidade líquida.

O autor detectou que “as cidades globais entraram numa nova fase histórica, inaugurada no fim do século XX” (MAGATTI apud BAUMAN, 2009, p. 7), o que reverbera para praticamente todo o mundo, incluindo a Bacia Sinos. Dentre as questões pontuadas estão: a distribuição crescentemente desigual das riquezas econômicas, as disparidades de acesso às oportunidades e aos sistemas de proteção social, a internalização do sentimento de medo, a desconfiança permanente de todos, mobilizando um mercado altamente lucrativo de segmentação das comunidades e exaltação do indivíduo.

Bauman destacou a “miséria de origem social” (2009, p. 14) para refletir sobre “por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam (...) benefício e proteção para cada um de nós” (2009, p. 15). Daqui ancora-se a relação com os banhados. As leis que deveriam dar conta da conservação de tais habitats, do direito à moradia, do direito ao abastecimento público de água, são pactos feitos a partir do reconhecimento da necessidade de tais itens, e pelos próprios habitantes. Seja por reconhecimento técnico ou pelo reconhecimento vivido. Então quem são as pessoas que habitam os banhados? E aí existem dois grupos, igualmente abrangidos pelos mecanismos de exclusão social. No primeiro grupo estão os moradores de ‘baixo impacto ambiental’, estabelecidos de maneira integrada ao ambiente, residentes em casas cuidadosamente construídas sobre palafitas e que se deslocam ora por meios terrestres (sem inundação) e ora por barquinhos (com inundação), respeitando o pulsar do rio. Tais moradores não ameaçam, por que em minoria, a estabilidade do habitat. No entanto, estes ‘habitantes do arroio’ (DEVOS & ROCHA, 2014, p. 135) não estão somados a nenhuma “categoria social legítima”, “não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor,

indispensáveis” (BAUMAN, 2009, p. 24).

Já os habitantes do segundo grupo, estes sim estão abarcados na exclusão de muitos lados, “consequência direta, embora imprevista, da decomposição do Estado social” (BAUMAN, 2009, p. 23). São aqueles ditos ‘beneficiados’ pelas políticas públicas que financiam e facilitam as moradias que deveriam ser dignas, e depois são afetados pelos efeitos da ocupação dos banhados. Descubrem, da pior forma, por que não é a população de maior alcance econômico que está morando naquele local.

O individualismo crescente divide espaço ao estranhamento com ‘o outro’, “um reflexo perverso da tentativa desesperada de salvar o que resta da solidariedade local” (BAUMAN, 2009, p. 21). Uma comunidade à parte da cidade, colocada na periferia, no charco, em local de grande ocorrência de mosquitos, competindo com as águas, a quem resta o apoio daqueles que estão no mesmo barco, literalmente. Segundo Robert Castel, esta comunidade poderia estar classificada como “incapacitada de reintegração”, “supérfluas e excluídas de modo permanente” (BAUMAN, 2009, 22).

A justificativa da moradia, como foi demonstrado, cai em descrédito quando pessoas são prejudicadas pelos efeitos resultantes da impermeabilização de áreas de absorção natural de água. E embora tenham sido apresentados apenas relatos de vítimas diretas deste tipo de empreendimento, os efeitos da destruição dos banhados recaem sobre todos. Seja pela passagem mais rápida da água, seja por enchentes, seja por escassez de água. Seja pela diminuição do florescimento e frutificação de espécies vegetais que dependem dos habitantes dos banhados para polinização. Seja pela redução do pescado, destituído de seus abrigos de reprodução e engorda. Seja pelo desequilíbrio nutricional e de temperatura das águas.

É no âmbito local que “o nosso agir ou não agir pode ‘fazer a diferença’”. E como propõe Bauman (2009), é no momento em que as pessoas se percebem próximas a problemas que parecem “globais, remotos e obscuros” como poluição do ar, da água, do solo, que elas se colocam no papel de atingidos e indignados (p. 30). Quando pertencem ou, minimamente, percebem e reconhecem o sofrimento da comunidade é que se encorajam.

A demonstração de que os banhados estão em nós e de que nós estamos nos banhados pode caminhar no sentido de estimular a conservação destes, como

forma de manutenção da vida em suas diferentes manifestações.

Como registro que desperta interesse do leitor pela maneira satirizada com que se apresenta uma crítica, as charges servem como denúncia em que a principal característica está na forma descontraída (LOPES, 2013, p. 2).

Não foi analisado diretamente o contexto em que as charges foram publicadas, pois o critério de pesquisa foi de que, de alguma maneira, reportem-se a áreas de banhados. Tem-se então aqui charges que acompanharam textos verbais e charges com autonomia temática, denominadas “charges editoriais” (MIANI, 2014, p. 140), o que “mobiliza necessariamente o conhecimento de outros textos ou experiências vividas pelo leitor, mediando a apropriação do sentido da mensagem” (MIANI, 2014, p. 141).

Mário Arthur Junges é um dos cartunistas gaúchos com trabalho de maior penetração e reconhecimento público na bacia do Sinos. Há mais de 40 anos é chargista do Grupo Editorial Sinos, responsável pela produção dos principais jornais impressos da região. Sob o pseudônimo de Sinovaldo, Mário cria charges e tirinhas diárias para o Jornal NH, Diário de Canoas e Jornal VS.



Figura 33 - Charge de Sinovaldo, 2013.

Na figura 33, Sinovaldo ironiza o fato de a Companhia Municipal de Saneamento – COMUSA (em Novo Hamburgo) ter que suspender a captação de água bruta do Rio dos Sinos em função da enchente ocorrida em 2013. Isso porque

a bomba elétrica que puxa a água que vai para o sistema de tratamento e depois distribuição (abastecimento público) estava submersa. Alguns técnicos relacionam os efeitos expressivos das enchentes de 2013 e 2015 à construção da BR448 entre os municípios de Sapucaia do Sul e Porto Alegre. A rodovia teria represado a água nas cidades, justamente porque atravessa as áreas de banhados paralelamente ao Rio dos Sinos, onde até então não haviam obras de construção civil. Os efeitos também foram percebidos nos municípios de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, mas bem como à montante do trecho da rodovia, em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Campo Bom.

Sinovaldo demonstra (figura 33), que a enchente, potencializada pela ação antrópica (uso), impede o próprio homem de fazer outro uso, só que este essencial à vida – o abastecimento humano.



Figura 34 - Charge de Jaime, 2013.



Figura 35 - Charge de Jaime, 2013.

Jaime Noel Teixeira, chargista do jornal “O Diário” e do jornal “A Opinião”, é do município de Campo Bom, na bacia Sinos, e também explorou a enchente de 2013, conforme os dois registros identificados (figuras 34 e 35). Na primeira imagem os moradores estão buscando formas de adaptação à nova paisagem, inundada, que lhes destituiu do território até então vivido. Já na segunda charge, Jaime explora a manutenção da identidade do gaúcho com sua cultura. Passado o sufoco da inundação, o gaudério resgata sua pilcha (roupa do gaúcho tradicionalista) e vai para as comemorações alusivas à Revolução Farroupilha⁴.

⁴ Ocorrida no Rio Grande do Sul, a “Revolução Farroupilha, que teve início em 1835 e durou 10 anos. A Revolta dos Farrapos foi um movimento de imperialistas contra os gaúchos republicanos, causada por motivos econômicos, sociais, políticos e militares. As ideias iluministas, liberais, encantaram a elite rio-grandense, que sofria com os desmandos do poder imperial, que cobrava altos impostos e eram indiferentes às necessidades da região” (INFOESCOLA, 2015).



Figura 36 - Charge de Jaime.

O personagem “Ratão-do-Banhado” do chargista Jaime demonstra a proximidade das pessoas com o habitat deste animal (figura 36). O ratão-do-banhado, que deu nome ao Rio dos Sinos em sua origem, pode ser avistado em áreas úmidas e indica que naquele ambiente há suporte para sua alimentação, para a vida.



Figura 37 - Charge de Sinovaldo, 2013.

A figura 37 critica a postura do então treinador do Sport Club Internacional, Carlos Caetano Bledorn Verri (Dunga), que tratava das derrotas como decorrentes da falta de sorte do time de futebol. Na ocasião, o time estava com seu estádio em reformas e treinava no Estádio do Vale, no município de Novo Hamburgo. Mas enquanto a charge de Sinovaldo satiriza a postura de Dunga, denuncia que o estádio fora construído sobre uma área de banhado intermitente. Portanto, neste caso, ter 'sapo enterrado' não é apenas uma figura de linguagem. Registra a memória do ambiente natural original, a alteração irreversível da paisagem e a subversão absoluta do que se tinha como lugar e como território. Agora, o local passa a ter outro sentido afetivo para a comunidade do Vale do Sinos. Deixa de ter o uso ecossistêmico e de regulação hídrica, na medida em que acumulava água, e passa a ter um uso desportivo, de celebração social do esporte.

Os desafios expressos nas charges selecionadas passam por questões muito básicas da dignidade e da vida humana: abastecimento público de água e distribuição de energia elétrica. Mas principalmente colocam a reflexão acerca das inundações que podem ser analisadas por dois prismas: extrapolam os corpos hídricos e adentram as áreas urbanas; ou resgatam seu espaço nas áreas de várzea, hoje ocupadas pelo homem. Outras fotografias de Guto Maahs demonstram um pouco mais desta relação entre banhados, moradia e marginalização.



Figura 38 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua das Camélias, bairro Feitoria em São Leopoldo/RS, área de entorno do Parque Imperatriz Leopoldina.



Figura 39 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua das Camélias, bairro Feitoria em São Leopoldo/RS, área de entorno do Parque Imperatriz Leopoldina.

As figuras 38 até 41 demonstram justamente a realidade recorrente de situações de enchentes vividas pelos moradores da cidade de São Leopoldo. A Rua das Camélias, no bairro Feitoria (figuras 38 e 39), é vítima constante de inundações. Segundo a narrativa de Guto Maahs, a senhora e a criança aguardavam pelo retorno do barco que aparece ao fundo da figura 38 para poderem chegar até sua residência. Enquanto a figura 39 evidencia as barreiras físicas colocadas nas entradas das casas para retardar a entrada da água, barcos com evidências de uso frequente, e até uma gaveta que possivelmente desempenha o papel de embarcação.



Figura 40 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Rua da Praia, Centro de São Leopoldo/RS, acesso à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, margem do Rio dos Sinos.



Figura 41 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/09/2009 – Ponte Vinte e Cinco de Julho, Centro de São Leopoldo/RS, sobre o Rio dos Sinos, com vista para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (casa azul), que estava com o pátio alagado na ocasião do registro.

As figuras 40 e 41 retratam, por ambos os lados, a enchente atingindo o prédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo, localizada à margem direita do Rio dos Sinos.

Os locais esporadicamente tomados pela água que ultrapassa os limites das calhas dos corpos hídricos são sinalizadores importantes de que provavelmente tais

terrenos são em áreas de banhados. Após a urbanização destes espaços, começou-se a denominar tais fenômenos de enchentes, que acarretam prejuízos financeiros, de saúde e emocionais aos atingidos. As fotos expostas demonstram o drama de famílias prejudicadas pela localização inadequada de suas moradias. A implantação de loteamentos habitacionais às margens dos corpos hídricos, ou à margem das próprias cidades, em áreas úmidas. Imagens que expressam o lugar de significado que ocupam os banhados na vida dos habitantes da Bacia Sinos.



Figura 42 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 05/03/2010 – Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS, próximo ao Parque Imperatriz.

Algumas fotografias de Guto Maahs retratam usos feitos das águas da Bacia Sinos. A figura 42 exhibe, ou resgata, a memória de uma das formas de degradação dos recursos hídricos na medida em que demonstra os resíduos sólidos presos à vegetação ciliar após período de cheia. É o testemunho inegável da ação humana inadequada, reconhecidamente recorrente, o que demonstra um modo coletivo de interação com os espaços urbanos.



Figura 43 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 18/03/2010 – Moradia sobre palafitas à margem do Rio dos Sinos entre Sapucaia do Sul e Canoas/RS.



Figura 44 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da localidade de Porto Bloss, com urbanização intensa às margens do Rio dos Sinos em Campo Bom/RS.

As figuras 43 e 44 demonstram duas formas distintas e atuais de ocupação das margens: pela moradia de baixo impacto, integrada ao ambiente; e pela urbanização intensa e de grandes reflexos sobre as condições de qualidade e quantidade de água.



Figura 45 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009 – Várzea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS.



Figura 46 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009 – Várzea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS.



Figura 47 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009, várzea do Rio dos Sinos inundada em Taquara/RS.



Figura 48 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 22/08/2009, várzea do Rio dos Sinos inundada em Taquara/RS.



Figura 49 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da foz do Rio Paranhana, junção com o Rio dos Sinos em Taquara/RS.



Figura 50 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea da várzea do Rio Rolante em Taquara/RS.



Figura 51 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea do banhado do Rio dos Sinos dentro do território do Parque Imperatriz, São Leopoldo/RS.



Figura 52 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Imagem aérea do banhado do Rio dos Sinos na altura de Novo Hamburgo/RS, e à direita a Avenida Integração.



Figura 53 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 18/03/2010 - Travessia do Rio dos Sinos entre Sapucaia do Sul e Nova Santa Rita/RS.

As figuras 45 até 53 exibem registros de banhados vistos por diferentes ângulos: por terra, por água e por ar. São mais do que imagens bucólicas que exibem paisagens magníficas. Comprovam que o Rio dos Sinos, e seus rios

afluentes Rolante e Paranhana precisam das suas áreas de várzea para extravasamento, pois a caixa principal de seus leitos não comporta o volume de água decorrente de chuvas de maior volume. Ocorre que nestes espaços fotografados por Guto Maahs não há construções civis. Mas nas zonas de maior concentração urbana as cidades estão cada vez mais próximas das áreas de banhados, quando não estão sobre elas, e enfrentam o desafio de superar os períodos de maior pluviosidade. A balsa (figura 53) que proporciona a travessia do Rio dos Sinos, inclusive com veículos, demonstra uma prática antiga da região, proporcionando também a reflexão acerca do trecho escolhido para sua implementação, hoje deslocado das cidades.



Figura 54 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 15/06/2010 – Prática de canoagem no Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS.

Já a figura 54 exhibe a prática de esporte de contato com a água, a canoagem. Além de proporcionar a aproximação das pessoas com o Rio, qualificando sua percepção das dinâmicas naturais e dos impactos antrópicos, a prática conquista aliados à conservação dos ecossistemas aquáticos.



Figura 55 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Imagem aérea do Rio dos Sinos na altura de Taquara/RS, demonstrando a alteração do curso do leito (tracejado vermelho aplicado posteriormente).

A figura 55 exhibe esta dinâmica interacional entre sujeito e paisagem. Não é possível afirmar veementemente que o leito original do Rio dos Sinos (indicado pelo tracejado vermelho) tenha sido alterado pela mão do homem. Mas o contexto da imagem nos leva a crer que as transformações do ambiente para fins de produção agrícola tenham proporcionado a atenuação da sinuosidade natural do Rio dos Sinos. Parece pouco significativo, mas a soma de interferências desta natureza aumenta a velocidade de descida das águas em direção às cidades, onde geralmente o leito do Rio já está confinado e não comporta o volume de água, facilitando situações de extravasamento para o interior do perímetro urbano.



Figura 56 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 06/12/2009 – Prática de pesca com rede no Rio dos Sinos em Taquara/RS.

As figuras 56 até 58 registram usos, das margens e das águas da bacia do Rio dos Sinos, que influenciam na modificação da paisagem, mas que também proporcionam a manutenção da vida humana. Porém, o equilíbrio entre usos e conservação (inclusive da própria vida humana) ainda não foi atingido.

Atividade de pesca (figura 56), neste caso em período de defeso, ou seja, o período em que os peixes de piracema se deslocam em direção às cabeceiras para reprodução, em que a pesca com rede é proibida por força de lei entre 1º de novembro e 31 de janeiro, anualmente (Instrução Normativa do IBAMA Nº 197, de 02 de outubro de 2008). Já a pesca artesanal (com anzol) é permitida, para consumo próprio, configurando uso tradicional na região.



Figura 57 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Olarias (extração de barro para fabricação de tijolos) à margem do Rio dos Sinos em Campo Bom/RS.



Figura 58 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em dezembro/2008 – Extração de areia do Rio dos Sinos nas proximidades de São Leopoldo e Sapucaia do Sul /RS.



Figura 59 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 28/04/2010 – Extração de areia do Rio dos Sinos em Sapucaia do Sul /RS.

Atividade de mineração pela extração de barro para confecção de tijolos (figura 57) e extração de areia para construção civil (figuras 58 e 59). Estes usos são questionados e também defendidos. A retirada de barro deforma as margens deixando grandes buracos que, pelo ângulo positivo, reservam água durante os períodos de chuvas. Já a dragagem de areia do leito causa sérios impactos quando a extração é feita pelo desmoronamento das margens, mas proporciona manutenção da calha quando retira apenas o excesso de areia carregado pelo processo de assoreamento.



Figura 60 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 16/03/2010 – Ocupação de áreas úmidas com atividade agrícola e retificação de trecho do Rio dos Sinos em Santo Antônio da Patrulha/RS.

A atividade de produção agrícola, no caso da figura 60 a produção de arroz, pode ser aliada importante na reserva de água durante o período de chuvas e de alagamento das quadras para manutenção da cultura. Porém, a fotografia de Guto Maahs exhibe uma prática comum em áreas rurais e urbanas: a retificação do curso d'água. A prática interfere em toda a dinâmica do Sinos, especialmente pela aceleração da passagem da água, o que repercute no deslocamento de seixos que servem de abrigo para espécies da fauna e de depósito para a permanência de nutrientes.



Figura 61 - Fotografia de Guto Maahs, registrada em 03/03/2010 – Antiga captação de água bruta do Serviço de Água e Esgotos – SEMAE, no Rio dos Sinos em São Leopoldo/RS.

Como principal uso das águas, destaca-se a figura 61 que registra a antiga captação de água bruta para tratamento e distribuição à comunidade de São Leopoldo pela concessionária municipal, Serviço de Água e Esgotos - SEMAE.

Guto Maahs, com sua sensibilidade, capturou imagens dos distintos usos que as pessoas fazem das águas, mas também o uso que a água faz dos banhados em situações de pulsação dos cursos d'água. Ambas as situações reforçando a importância da conservação dos banhados.

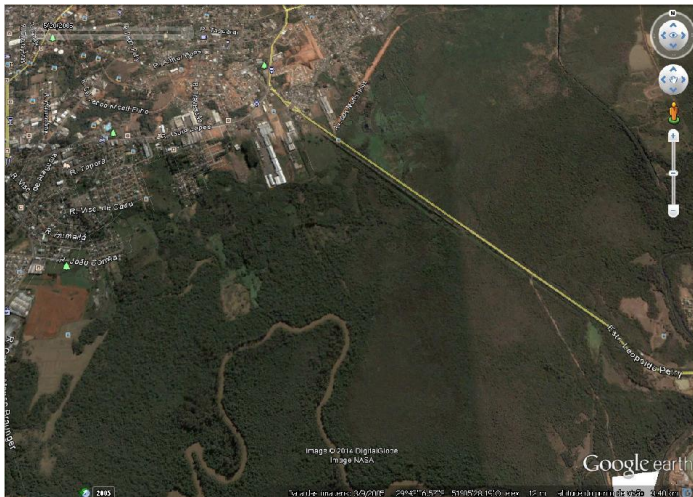


Figura 62 – Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2006).

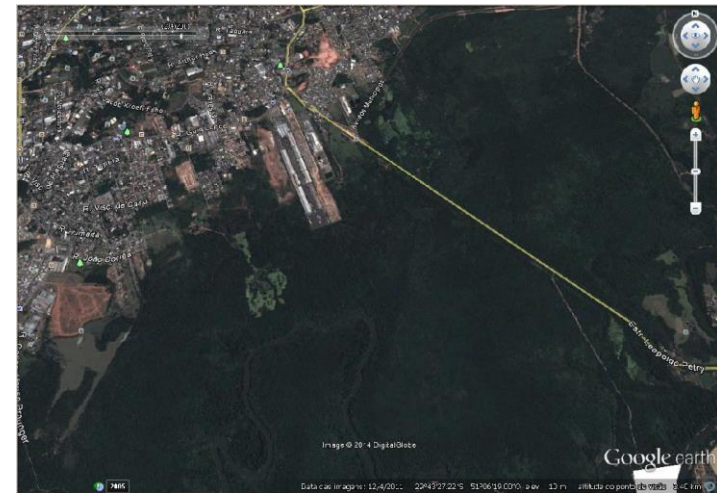


Figura 64 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2011).



Figura 63 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2009).

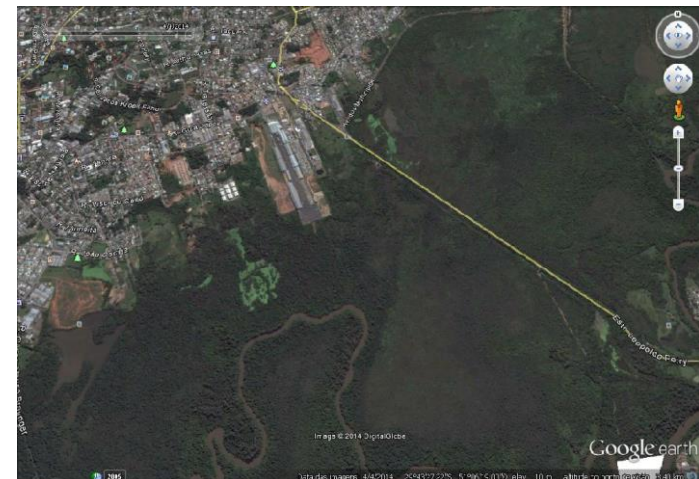


Figura 65 - Progressão da ocupação de banhados no município de Novo Hamburgo/RS (Google Earth®, 2014).

Já ao final dos anos 2000, as imagens 62 a 65 demonstram o avanço da ocupação das áreas de banhado a partir da zona urbana do município de Novo Hamburgo, em direção ao trecho do Rio dos Sinos situado na localidade de Lomba Grande, zona rural da mesma cidade na direção sul, em que se avizinha com a cidade de São Leopoldo. Do ano de 2006 para o ano de 2009 as imagens evidenciam o prolongamento do que parece ser um loteamento residencial. Em 2011 esta ocupação já está expandida para a esquerda da imagem. E em 2014 há um novo conjunto de construções conforme sinaliza a demarcação em vermelho.

Embora a resolução das imagens salvas do Google Earth® não permitam um aprofundamento detalhado, é notável, em especial naquela correspondente ao ano de 2009 (figura 63), que os pontos escurecidos são água. Dentro do Rio, trata-se de um continuum, por que somente água. Mas no restante, os pontos escuros traduzem a existência de água em meio à vegetação, característicos de zonas de inundação. A imagem de 2009, possivelmente, fora capturada em ocasião de maiores índices pluviométricos, que em comparação com as demais cenas comprova a intermitência do acesso da água a estas zonas.



Figura 66 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2005).

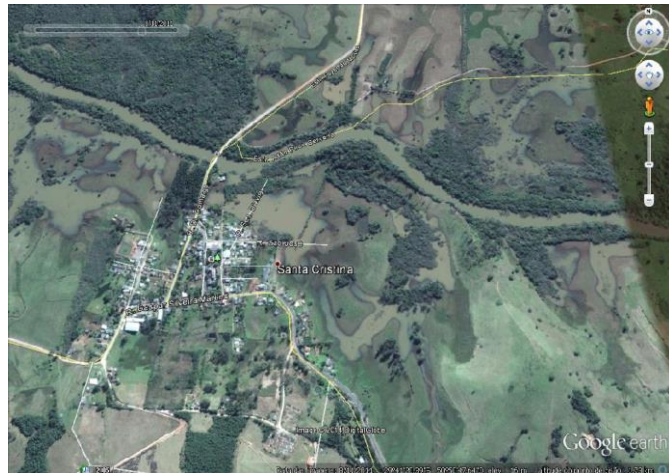


Figura 67 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2011).



Figura 68 - Progressão da ocupação de banhados no município de Parobé/RS (Google Earth®, 2013).

Observando-se as figuras 66, 67 e 68 referentes ao distrito de Santa Cristina do Pinhal, área rural do município de Parobé, nota-se que houve um incremento de ocupação do banhado, em especial entre os anos de 2005 e 2011. Mas a seleção desta localidade como ponto de análise deste artigo é decorrente na nitidez com que se percebe a saída do Rio dos Sinos de sua calha principal, para ambas as margens. Comparando o tom de verde claro correspondente à água no leito do Rio na figura 67 é possível identificar água em muitos outros pontos.

A vegetação de menor porte chega a ficar submersa. A vegetação dos locais de ocupação intermitente pela água permanecem com características distintas das demais quando o nível do Rio desce. Esta é a comprovação de que não foi um evento isolado em 2011, mas que aqueles são espaços naturais de ocupação por água.

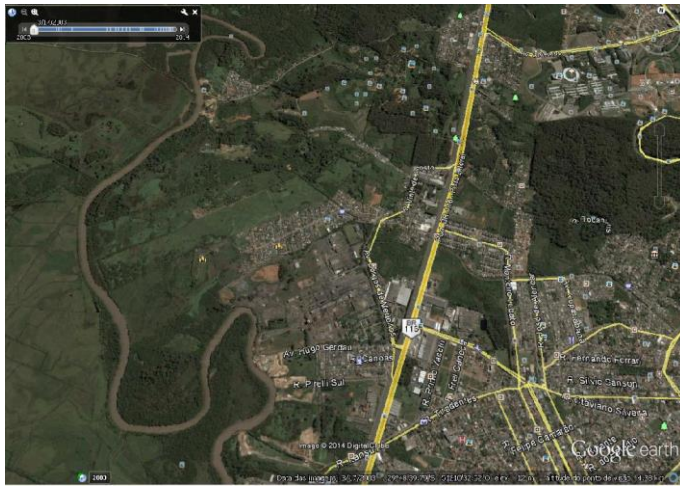


Figura 69 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2003 e 2009).

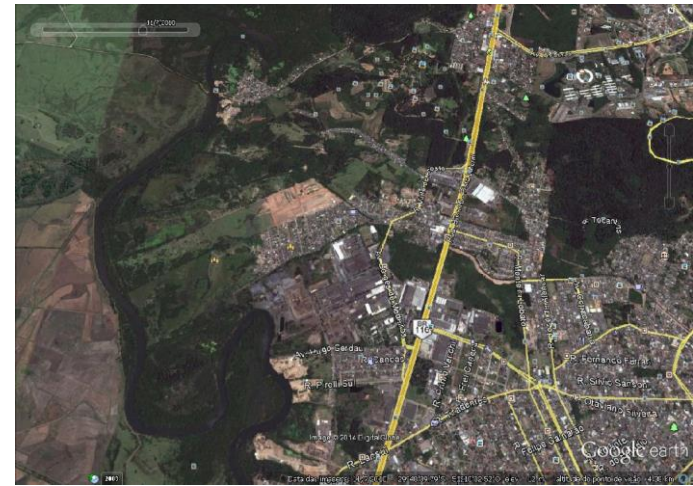


Figura 71 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2010 e 2014).

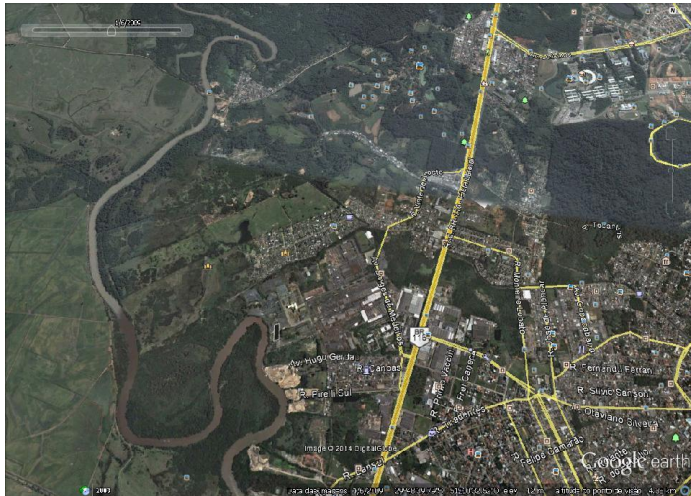


Figura 70 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2003 e 2009).

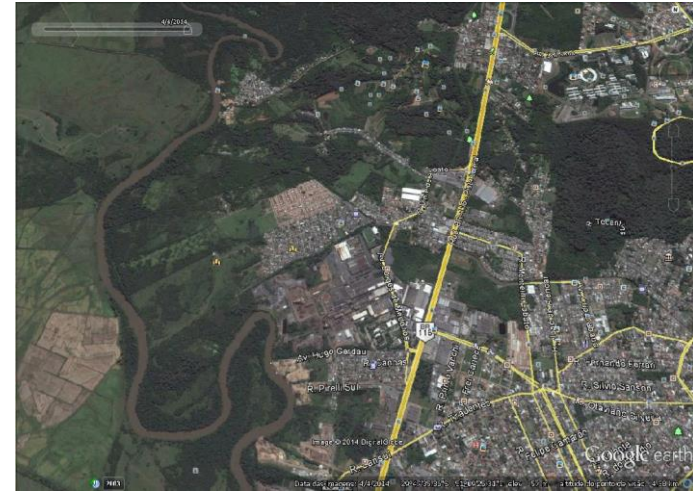


Figura 72 - Progressão da ocupação de banhados no município de Sapucaia do Sul/RS (Google Earth®, 2010 e 2014).

Aproximando-se da foz do Rio dos Sinos e da capital Porto Alegre, a pressão urbana é ainda mais acentuada. As figuras 69 a 72 correspondem à parte do município de Sapucaia do Sul, em seu território compreendido entre a rodovia BR116 e o Rio dos Sinos. As demarcações em vermelho demonstram a progressão de loteamentos entre os anos de 2003 e 2014. Embora as imagens não evidenciem o extravasamento do Rio dos Sinos, possivelmente pelo período em que foram capturadas, as lavouras de arroz localizadas na margem direita (à esquerda nas figuras) indicam tratar-se de áreas úmidas. Tais lavouras estão localizadas no município de Nova Santa Rita e correspondem a terras do Assentamento Itapuí, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A partir das imagens de satélite é possível comprovar o avanço dos usos do solo (mantendo o foco nos banhados), naquilo que não lhe é natural: impermeabilização, drenagem, aterramento, construção. Essa é a direção oposta à conservação dos banhados. Conseqüentemente é a direção oposta à manutenção da vida, dentro e fora dos banhados.



Figura 73 - Tela do artista plástico Anderson Neves, retratando atividade mineradora no município de Taquara/RS. Pintada em 2009, registrada em 19 de fevereiro de 2015.

O olhar do artista plástico Anderson Neves também foi provocado por um dos usos do solo da região, a mineração, conforme demonstra a figura 73.

As fotografias e a tela desvendam usos consolidados dos solos que podem

ser danosos aos banhados e aos cursos d'água.

Quando questionados sobre intervenções em banhados, os parceiros capturaram pinceladas sutis de lembranças sobre falas que traziam aspectos da dificuldade de utilização dos banhados para fins menos rurais.

Na literatura, as intervenções sobre os banhados já aparecem mais desnudas. Em “O Senhor Embaixador”, Verissimo demonstra-as claramente:

A velha, pequena e ronqueira estrada de ferro nacional fora substituída por outra maior, mais moderna, rápida e eficiente... A energia elétrica e os serviços telefônicos também aumentavam e melhoravam. A Uniplanco e a Sugar Emporium construíam portos próprios, drenavam rios e banhados, saneavam as terras do litoral onde a malária era endêmica...(VERISSIMO, 1965, p.136).

Interessante que obra de Verissimo consegue retratar o uso do banhado, mas reforça e perpetua a memória das relações (usos) do homem com tal ecossistema, seja por moradia, por passagem, por agricultura, pela cantiga dos animais ali habitantes.

Descrevendo situação de uso “Contos Gauchescos”, Lopes Neto narra no conto “Correr Eguada”:

E em cancha direita ou fazendo voltas largas, não se respeitava sanga, banhado, tacuru, panela de caranguejo, nem buraco de tuco-tuco; ia-se acamando as macegas, pisoteando cardais, esmigalhando as manchas de trevo, e ia-se sempre a meia rédea (LOPES NETO, 1976, p.28).

No conto “Penar de velho” Lopes Neto descreve o ambiente:

Entre a roça e um braço de banhado, que havia, formava-se uma rinconada mui boa para volteada: e foi nisso que o guri pensou. As avestruzes seriam umas oito e uma tropilha de filhotes, já emplumaditos. (...) Mas tudo isto levou seu tempo, de maneira que quando ele chegou ao rincão já as avestruzes haviam-se atirado no banhado e bandeado; apenas, por descuidada ou mais esfomeada, apenas uma se deixou ficar e agora não atinava com a passagem, e quando o Binga, gineteando, deu em cima dela, então é que o bicho ficou mesmo atarantado, e começou a gambetear zonzo, na enrascada. (LOPES NETO, 1976, p.62).

Os banhados são habitats estratégicos para filtragem (qualidade) e reserva de água (quantidade), o que contribui para o atendimento de mais demandas por mais tempo. Neste sentido, faz-se essencial tratar da temática de conservação dos banhados também sob o prisma da água como recurso.

Daí a necessidade de espaços como os comitês de bacia hidrográfica, capazes de colocar na mesma mesa distintos interesses, buscando soluções para a disponibilidade de água para o maior número de atividades pelo maior tempo possível. E um dos aspectos de relevância para o sucesso destas soluções é a conservação dos banhados.

A vida efervesce nos banhados!

Paisagem lembrada nas trajetórias sociais dos parceiros de pesquisa, de artistas, escritores. Imbricado nas memórias de infância, no desenvolvimento das cidades, os banhados dão suporte a atividades econômicas de importância à região. A produção agrícola, por exemplo, ao passo em que utiliza e impede parte da biodiversidade de evoluir, também proporciona a amenização dos impactos causados pelas cheias. São dilemas que se colocam à frente dos gestores públicos. Equilibrar conservação, desenvolvimento e segurança hídrica continua sendo um grande desafio.



Figura 74 - Tela do artista plástico Anderson Neves, para o Projeto Retrato do Patrimônio Histórico do Vale do Sinos - Parque Assis Brasil, município de Esteio/RS. Pintada em 2003, registrada em 19 de fevereiro de 2015.

O Parque Assis Brasil foi retratado pelo artista Anderson Neves com o objetivo de registrar um dos elementos mais conhecidos na região, e que quando avistado serve de aviso de que o observador está no município de Esteio. Ocorre que um dos maiores eventos realizados neste espaço, a Expointer (Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agrícolas) tem sido prejudicada anualmente pelas cheias. Ou melhor, pelo extravasamento natural do Rio dos Sinos para suas áreas úmidas. A figura 74 apresenta a leitura do artista sobre o parque.

A situação do Parque Assis Brasil demonstra mais uma forma de ocupação dos banhados, mais um conflito entre respeito ao pulsar natural do Rio dos Sinos e os usos feitos pela comunidade.

A chegada de muitos dos imigrantes alemães ao Brasil, a partir de 1824

(PAULA, 1995, p. 16), foi motivada pelas “recorrentes crises decorrentes de problemas ecológicos, como a grande fome de 1817” (WOORTMANN, 2000, p. 206). A vida tornou-se possível graças às terras da região de drenagem do Rio dos Sinos das quais tiraram os meios de subsistência. Como incentivo, o governo brasileiro oferecia:

passagem e alimentação gratuita durante a viagem, cidadania brasileira para imigrantes civis e militares, doação de 77 hectares de terras, seis anos de isenção de impostos e mais ajuda em forma de ferramentas, sementes e animais assim como recursos durante os primeiros 18 meses de instalação (WOORTMANN, 2000, p. 207).



Figura 75 - Tela do artista plástico Anderson Neves com banhados de Lomba Grande, município de Novo Hamburgo/RS. Pintada em 2003, registrada em 19 de fevereiro de 2015.

O artista plástico Anderson Neves pintou, a partir de cena real da região da Bacia Sinos, paisagem que exprime um pouco mais sobre os usos e conflitos com as zonas úmidas. A figura 75 reporta-se à paisagem do bairro rural da cidade de Novo Hamburgo, em que a estrada, as casas e a agricultura desviam, mas contornam uma área de banhado, possivelmente pela dificuldade de cultivo neste espaço.

As obras que foram analisadas registram de maneira natural a ambientação dos personagens que em muitos momentos estão, passam, vivem em áreas de banhados. Não por criação de alguém, mas pelo registro do cotidiano real acontecendo em áreas de banhados.



Figura 76 - Painel do artista plástico Anderson Neves, sobre Campo Bom, pintada em 2003. Registro de 19 de fevereiro de 2015.

Embora este tipo de registro não fosse o foco quando se entrevistou e conheceu a obra do artista plástico Anderson Neves, ele apresentou o painel exibido na figura 76, a seguir. A obra fora encomendada para retratar a colonização da cidade de Campo Bom, tendo sido pintada pelo artista em 2003. O painel original foi produzido em uma parede, diretamente no local de exposição permanente.

Nota-se (figura 76) a complexidade de elementos que compõem a colonização de Campo Bom, que se assemelha muito ao vivido na maior parte dos municípios da Bacia Sinos. Iniciando pelo centro da imagem, há um feto, ainda na placenta, representando a vida. No meio superior um sino, como referência à importância do Rio dos Sinos. Do centro para a esquerda, uma olaria com sua chaminé do forno de produção de tijolos a partir do barro extraído das áreas úmidas. Mais à esquerda, índios em troncos de árvores, revelando as condições de trabalho forçado a que foram expostos pelos colonizadores. Em primeiro plano um agricultor e um sapateiro, frente a frente, negociando seus produtos entre si. Bem à direita, a roda d'água ao lado da casa registra que as construções eram feitas nas proximidades dos corpos hídricos. À leitura artística também não escapam os detalhes da miscelânea etnográfica que habita a região, citada anteriormente.

A vida se exhibe nas narrativas das obras artísticas e dos relatos dos parceiros de pesquisa. Memórias e registros que denunciam qualidade de vida, quantidade e diversidade de vida na paisagem dos banhados.

Imaginários conectados aos relatos de geração para geração. Trajetórias alteradas pelas inundações.

A emblemática ocupação dos banhados da Bacia Sinos para fins de moradia expõe pessoas sob o argumento do atendimento à necessidade habitacional. Marginalizadas, como demonstram as fotos de Guto Maahs, vivem o drama recorrente das inundações. O mesmo pode ser constatado através das imagens de satélite disponibilizadas pela Defesa Civil do município de São Leopoldo. Um avanço incentivado por políticas públicas de urbanização, incluindo financiamento.

Bauman auxiliou na reflexão acerca da marginalização das populações mais carentes a partir de seu pensamento sobre a “miséria de origem social” (2009, p. 14). E o artista Anderson Neves retratou o Parque de Exposições Assis Brasil, localizado no município de Esteio, um dos ícones dos conflitos de uso e ocupação dos banhados do Rio dos Sinos.

Os banhados apareceram aqui como inapropriados à moradia digna de seres humanos, locais utilizados para segregação social. A urbanização de áreas úmidas reflete diretamente sobre tais habitats, mas também sobre o entorno. O planejamento da ocupação do solo na bacia hidrográfica do Rio dos Sinos precisa avançar no sentido da conservação dos banhados, pois os danos de não fazê-lo são evidentes e notórios.

A aplicação da legislação protetiva (ambiental) e de recursos hídricos ainda permite a ocupação dos banhados sob a prerrogativa de estar atendendo ao direito da moradia. O território ocupado deixa de prestar os serviços ecossistêmicos que nos são caros, e simultaneamente viola o direito à habitação digna. Quando problemas como enchente, falta de escoamento de efluentes, não atingem diretamente os novos moradores, afetam as residências do entorno que em decorrência da alteração das cotas de nível. Além dos aspectos práticos da problemática, há a sonegação da dignidade humana, produzindo efeitos retratados nos relatos, nas charges irônicas, nas fotos e nas telas. Efeitos carimbados a ferro quente na trajetória emocional das comunidades. Por transitar com mais facilidade pelo âmbito das sensibilidades, a política de conservação patrimonial demonstra-se mais abrangente e capaz de dar conta da manutenção dos banhados em nós e de nós nos banhados.

5 – RECOMENDAÇÕES – O DESTINO DOS BANHADOS EM NÓS, E DE NÓS NOS BANHADOS

Aspectos simbólicos comprovam a existência dos banhados em nós e de nós nos banhados. Os modos de fazer tradicionais, a cooperação respeitosa entre os banhados e as pessoas, a inspiração originada na paisagem dos banhados. A fé como elemento recarregador, motivador da vida. O movimento dos indivíduos na direção das águas, utilizando-se dos banhados para saudar e reverenciar entidades que lhes revigoram a esperança através da crença. As diferentes narrativas apontam para elementos distintos entre si. A Parceira 1 retoma as dificuldades e as alegrias da convivência com os banhados, local de fornecimento de alimentos. O Parceiro 2 demonstra a transformação da paisagem de entorno dos banhados através da evolução da urbanização calcada no processo de industrialização. E os Parceiros 3 e 4 revelam os desafios impostos pelas enchentes. Mas todos eles recapitulam sentimentos positivos, lembranças saudosas das épocas de proximidade com este ecossistema.

Embora a legislação ambiental vise à proteção de espécies, ela não dá conta da defesa de espécies pela riqueza do seu valor cultural. Do âmbito simbólico dos usos que estão deixando de ser feitos de plantas capazes de transmutar a passagem do tempo. A profundidade da relação com os alimentos deve ser valorizada, pois o ato de comer mexe com os sentidos e emoções. A política de conservação patrimonial demonstra-se mais abrangente e capaz de dar conta da manutenção dos sentidos subjetivos dos banhados em nós e de nós nos banhados. São marcas e sentidos que ressaltam a relevância dos banhados no âmbito das sensibilidades. Remontam e perpetuam sentimentos de conexão com os banhados em nós e de nós nos banhados.

Aliada aos aspectos subjetivos, a relevância ambiental dos banhados deve ser considerada, pois são ecossistemas fundamentais as condições de qualidade e quantidade das águas, e conseqüentemente importantes à manutenção da vida.

À luz dos argumentos apresentados, pode-se afirmar que o tombamento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos como patrimônio material, cultural e natural é totalmente viável. O momento atual, em que tantas pessoas têm sido prejudicadas pelos efeitos potencializados das enchentes a partir da ocupação da planície de inundação, torna favorável a abertura de processo desta natureza com apoio das comunidades.

Embora defendida a viabilidade do processo de patrimonialização, é necessário reconhecer que, especialmente, as narrativas revelam a percepção flutuante acerca dos banhados. Ora o hábitat aparece conectado a termos de conotação positiva, e ora a termos de conotação negativa. O próprio ecossistema flutua de acordo com os pulsos de inundação. Então é reconhecida a grande dificuldade de tomar um patrimônio que se move, que vai e vem, que desperta simpatias e desgostos. Mas os banhados estão em nós e nós estamos nos banhados. E somente porque nós estamos nos banhados.

Partindo da premissa de que a presente dissertação objetiva ampliar o flanco de recursos disponíveis para a conservação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos formulou-se as seguintes recomendações.

Considerandos:

- a) as funções ecológicas e os serviços ambientais prestados pelos banhados, dentre os quais se destacam as contribuições para as condições de qualidade e quantidade das águas; a minimização dos efeitos de grandes precipitações e de grandes estiagens; suporte, abrigo e alimento à espécies de fauna e flora;
- b) a grande diversidade de espécies endêmicas de ambientes de banhados;
- c) o potencial de produção de alimentos específicos de ambientes úmidos e o movimento de resgate das Plantas Alimentícias Não-convencionais (PANC), pelo reconhecimento dos benefícios à saúde, pelos indicativos etnológicos sobre os usos destas fontes de nutrição;
- d) a rápida diminuição dos banhados da Bacia Sinos a partir da ocupação de mais de 80% das áreas úmidas nos últimos 30 anos;
- e) a crescente ocorrência de inundações em locais urbanizados, afetando a dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à moradia decente;
- f) indispensável manutenção do sistema hídrico da Bacia Sinos para o atendimento às necessidades humanas, inclusive as atividades produtivo-econômicas;
- g) o descumprimento da legislação ambiental que formalmente assegura a conservação das áreas úmidas;
- h) a negligente atuação frente à Convenção de Ramsar, da qual o Brasil é signatário desde 1993, quando reconheceu as funções ecológicas insubstituíveis das áreas úmidas e comprometeu-se com a sua conservação;

- i) a necessária criatividade por parte da população engajada e do poder público com vistas ao bem-estar coletivo;
- j) o empenho de organismos como o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, a Rede Ambiental do Rio dos Sinos (MP/RS), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE em assegurar o reconhecimento e salvaguarda de patrimônios públicos;
- k) o Artigo 1º da Portaria Nº 127/2009 do IPHAN, que declara “Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009);
- l) as recomendações resultantes dos encontros da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente – ABRAMPA, dos quais o tema central tem sido a conservação patrimonial e que considera que as paisagens hídricas, que congregam aspectos ecológicos e existenciais e são elementos constitutivos da memória e da identidade do povo brasileiro, devem ser objeto de ações de conhecimento e salvaguarda (ABRAMPA, 2014, p. 4);
- m) as experiências já existentes de patrimonialização de ecossistemas e/ou paisagens naturais;
- n) a partir das evidências apresentadas nesta dissertação, a utilização dos banhados como espaço de segmentação e marginalização social;
- o) que registros identificados (músicas, contos, fotos, charges, ilustrações, narrativas) corroboram para o aspecto da segregação, demonstrando o temor causado pela dinâmica dos banhados quando intransponíveis no viver diário;
- p) que os banhados aparecem conectados à cultura local de maneira positiva pelos seus aspectos recreativos, turísticos, de demonstração de fé, de espaço lúdico e pedagógico, de modos bucolizados de viver em harmonia com o ambiente;
- q) as iniciativas já traçadas pelo Projeto VerdeSinos, coordenado politicamente pelo Comitesinos, e seus respectivos ganhos no sentido do zoneamento de planícies de inundação;
- r) que o sucesso de ações conservacionistas está intimamente relacionado ao entendimento social da importância coletiva de tais estratégias.

Recomenda-se,

Ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, à Rede Ambiental do Rio dos Sinos (MP/RS), ao Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE, ao Ministério Público Federal e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que:

I – unam esforços no sentido de debater tecnicamente a viabilidade de utilização do recurso da patrimonialização dos banhados como forma de fortalecer as trajetórias conservacionistas de tais entidades;

II – unam esforços no sentido de debater amplamente com a sociedade a adoção da estratégia de reconhecimento dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos como patrimônio material, natural e cultural, especialmente no sentido de assegurar o sucesso da iniciativa, se julgada interessante;

III – associem-se a instituições de base comunitária, mas também a outros setores com atuação na Bacia Sinos, para traçar programas de recuperação, conservação e utilização dos banhados para fins recreativos, didáticos, de pesquisa, de acordo com a melhor vocação de cada micro-habitat;

IV – fomentem coletivamente a utilização de fundos públicos de aptidão socioambiental para possíveis desapropriações de áreas de banhados, fiscalizando a implementação das ações que deverão partir de planos de intervenções e manejo construídos de maneira participativa;

V – provoquem a criação de outros meios de suporte à execução das ações necessárias ao alcance efetivo dos objetivos traçados, como fundos colaborativos, destinação de recursos provenientes de termos de ajustamento de conduta e/ou multas por danos ao ambiente;

VI – estabeleçam indicadores de medição para acompanhamento do progresso das ações, permitindo a correção e qualificação das estratégias sempre que necessário;

VII – permanentemente estejam empenhados na fiscalização da real conservação dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos.

Pelo exposto, a presente dissertação e sua autora estão à disposição para avançar em tal debate.

CONCLUSÕES

Os banhados estão em nós! Nós estamos nos banhados!

Buscar informações a respeito de um tema que se julga importante, sempre é motivador. Portanto, delimitar o recorte que seria feito nas pesquisas foi um desafio. Assegurar embasamento teórico, caracterizar a situação atual dos banhados da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos quanto a sua ocupação, foram exercícios importantes para a minha trajetória.

A presente dissertação agrupa elementos que permitem afirmar que os banhados estão em nós e que nós estamos nos banhados. Os registros reais do pulsar natural dos corpos d'água que ocupam os banhados e invadem áreas hoje urbanizadas. O pavor de quem perde tudo pela má gestão das cidades e submergem na lama. A literatura que trabalha com o imaginário coletivo, as músicas que expõem a convivência e o medo deste ambiente. Os conflitos estabelecidos entre conservação, exploração imobiliária, interesses produtivos. Memórias que resgatam modos de vida associadas aos banhados, lembranças de infâncias saudáveis em contato com estes habitats, fonte de alimentos, berço de culturas agrícolas. Registros iconográficos capazes de traduzir a fé que pessoas depositam em nossas águas, além do conhecimento científico da capacidade reguladora das condições de qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

A conexão das pessoas com o ambiente dos banhados, registradas em imagens, em músicas, na literatura, narrativas que revelam “os banhados em nós e nós nos banhados”, sinaliza para a necessidade fundamental do respeito e conservação dos banhados, além da viabilidade real de tombamento destes ambientes. Se não pelo argumento ecológico, pelos serviços que presta ao ambiente hídrico e, conseqüentemente, à comunidade.

Também há caráter emblemático em assegurar a concretude da declaração feita através da Lei Estadual Nº 12.152, de 01 de outubro de 2004, que coloca a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos na condição de patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Não se trata de encapsular o território geográfico e ganhar prêmio de maior museu já visto. Tão pouco de cristalizar as dinâmicas da região, diversificada desde suas múltiplas origens étnicas até variadas economias. Mas de reconhecer, valendo-se do mote implantado pela referida lei, que uma bacia hidrográfica com as características socioambientais desta, com a urgência de reverter o quadro de degradação, com a necessidade de manutenção básica da vida,

merece ser acolhida sob olhar diferenciado. Lembrando que o Brasil já reconheceu, especificamente sobre as áreas úmidas, “a interdependência do homem e do seu ambiente” quando aderiu à Convenção de Ramsar em 1993.

Reconhecendo a dificuldade de efetivar o proposto pela referida declaração, reduzir o foco, dedicando empenho na conservação dos banhados, vigilantes da necessidade de manutenção das Áreas e Proteção Ambiental e Unidades de Conservação, parece já ser bastante positivo.

Considerando os elementos que mobilizam os banhados em nós e nós nos banhados, projetando a esperança de vida, de respeito, o reconhecimento deste patrimônio material, natural e cultural traduziria a meta desta dissertação.

Pelo apresentado na presente trajetória do medo à esperança, defende-se a recomendação de que o reconhecimento dos banhados como patrimônio cultural, material e natural da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos desponta como uma estratégia interessante e viável. Se aliada a iniciativas capitaneadas pelo COMITESINOS pode fortalecer a caminhada em busca da conservação dos banhados. Os banhados que estão nós!

REFERÊNCIAS

Bibliografia

A1-630 - Disponível em: <<http://hvsh.cria.org.br/exsicataViewer?barcode=P00635722&haspages=0>>HbVirtFIBras - Disponível em: <<http://www.splink.org.br/index>>. Acesso em 24 out. 2015.

ABERS, R. Pensando politicamente a gestão da água. In: ABERS, R (Org). Água e Política. Atores, Instituições e poder nos Organismos Colegiados de Bacia Hidrográfica. No prelo. Annablume. São Paulo, 2009.

ABRAMPA. Carta de Porto Alegre. VI Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/noticias_listar.php?idNoticia=94>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ALVARENGA, L. J. O rio da minha terra e a dimensão paisagística da água. Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/eventos_anteriores/congresso_portoalegre/resultados_13.php>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003a. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/biblioteca/images/stories/downloads/manual-biblioteca-2014.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

ARANTES, A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: Revista HABITUS. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Goiás. Goiânia, v. 4, no 1, jan/jun.2006.

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENEVIDES, M. V. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, Angela et al. Mulher e política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/mariavictoria_democra_ciaiguais.html>. Acesso em: 09 mai. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 jun. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 25/1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 04 jun. 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm> Acesso em: 12

out. 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.985/2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em 13 jul.2014.

BRASIL ESCOLA. Erico Verissimo. Disponível em:< <http://www.brasile scola.com/literatura/erico-verissimo.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BURGER, M. I. Situação e ações prioritárias para a conservação de banhados e áreas úmidas da zona costeira. Disponível em: < http://www.anp.gov.br/brnd/round6/guias/perfuracao/perfuracao_r6/refere/banhados.pdf >. Acesso em 12 out. 2014.

CALDEIRA, T. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. 1997. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 2007.

CARVALHO, A. B. P. C.; OZORIO, C. P. Avaliação sobre os banhados do Rio Grande do Sul, Brasil. Revista de Ciências Ambientais. Canoas, v.1, n.2, p. 83 a 95, 2007.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, L. C. A Paisagem na Fotografia: uma possibilidade de interpretação. In: VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; PINTO, B. F.; SILVA, L. A. P. (Orgs) Paisagem. Leituras. Significados. Transformações. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

COMITESINOS e UNISINOS. Projeto VerdeSinos. São Leopoldo, 2013.

CONTOS POPULARES. Disponível em: <<http://contandoconto.blogspot.com.br/2009/04/mboitata.html>> Acesso em: 02 nov. 2014.

CUNHA, M. C. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEVOS, R. V. & ROCHA, A. L. C. Patrimônio ambiental e Águas urbanas – Habitantes do Arroio. In: CASTELLS, A. N. G. & SANTOS, J. L. C. (Orgs) Patrimônio cultural e seus campos. Florianópolis: UFSC, 2014.

DIEGUES, A.C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

DURHAN, Eunice. A dinâmica da cultura. Ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória. Por que e como preservar o passado? In: Revista HABITUS. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiás. Goiânia, v. 4, n. 1, jan/jun.2006.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. In: POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, n. 34 Abr. 2011.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. (Org) Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

ELIAS, N. A sociedade de indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRO, M. F. P. Paisagens invisíveis: a ética da terra segundo Aldo Leopold. Estudos Regionais Nº 20. (113 – 117), 2009. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/siteper/números/RPER20/20.8.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2015.

FZB. Evento alerta para a importância da conservação de banhados. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/conteudo/1505/?Evento_alerta_para_a_import%C3%A2ncia_da_conserva%C3%A7%C3%A3o_de_banhados> Acesso em: 27 jul. 2014.

GOHN, M.G. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES, J. R. S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda a construção permanente. In: LIMA FILHO, M. F., TAMASO, I. M. (Orgs). Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GOOGLE Earth. Novo Hamburgo. 4 imagens de satélite, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://earth.google.com>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

GOOGLE Earth. Parobé. 3 imagens de satélite, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://earth.google.com>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

GOOGLE Earth. Sapucaia do Sul. 4 imagens de satélite, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<https://earth.google.com>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

GUERRA, I. C. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso. Cascais, Portugal: Princípia, 2010.

HARTMANN, P. A Cobrança pelo Uso da Água como Instrumento Econômico na Política Ambiental. Estudo comparativo e avaliação econômica dos modelos de cobrança pelo uso da água bruta propostos e implementados no Brasil. Porto Alegre: AEBA, 2010.

LINN 964.1 - Disponível em:<<http://linnean-online.org/9729/>>. Acesso em 24 out. 2015.

LINN-HS 1.27 - Disponível em:<<http://linnean-online.org/27855/>>. Acesso em 24 out.

2015.

IBGE. Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2057&view=noticia/%27>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

IBGE. Censo 2010: Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

INFOESCOLA. História do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/rio-grande-do-sul/historia-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

IPHAE. Bens tombados no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Dir=A>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

IPHAN. Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_arque.gif&Cod=1840>. Acesso em: 07 out. 2014.

IPHAN. Portaria Nº 127/2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

IPHAN. Sítios de Patrimônio Natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17014&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em 07 out. 2014.

JEUDY, H.P. Memórias do social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JUNK, W. J. O equilíbrio ambiental que vem das áreas úmidas. Entrevista. IHU Online, São Leopoldo: 2013. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br%2Fentrevistas%2F522230-entrevista-especial-com-wolfgang-junk&ei=F5y-VdWSKovQeNGXuuAI&usg=AFQjCNFd4NAv9SS__dSI-qrROwsy8RWH0Q&sig2=WwoOnGPWAm8A MQKG2IVd8A Acesso em 25 de julho de 2015.

JUNK, W. J.; SOUSA JUNIOR, P. T.; CUNHA, C. N. As áreas úmidas e o novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/abrirPDF/1251>> Acesso em 25 de julho de 2015.

JUNK, W. J. (Org.). Definição e Classificação das Áreas Úmidas (AUs) Brasileiras: Base Científica para uma Nova Política de Proteção e Manejo Sustentável. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas – INAU, Cuiabá: 2013. Disponível em: <www.inau.org.br/classificacao_areas_umidas_completo.pdf> Acesso em 25 de julho de 2015.

KAYSER, A. L. A importância ambiental dos banhados. Disponível em: <<http://arnokayser.wordpress.com/2013/04/13/a-importancia-ambiental-dos-banhados>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

KAYSER, A. L. O nome do Rio dos Sinos. Disponível em <<https://arnokayser.wordpress.com/2011/04/08/o-nome-do-rio-dos-sinos/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

KINUPP, V. F.; BARROS, I. G. I. Teores de proteína e minerais de espécies nativas, potenciais hortaliças e frutas. *Ciênc. Tecnol. Aliment.*, Campinas, 28(4): 846-846 857, out.-dez. 2008.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

KOCHE (2007, p. 148-149). In: PRODANOV, C. C. e FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LOPES, S. K. D. Pinturas e charges no desenvolvimento do aprendizado educacional da disciplina História. Universidade Estadual da Paraíba, 2013. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/trabalhos/Modalidade_1datahora_27_09_2013_16_34_41_idinscrito_1076_f045541250aa3975cd17af557c1c4c4.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2015.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2014.

LOPES NETO, J. S. Lendas Gaúchas. Disponível em: <<http://www.lendas-gauchas.radar-rs.com.br/boitata.htm>> Acesso em: 18 ago. 2014.

LOPES NETO, J. S. Casos do Romualdo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

LOPES NETO, J. S. Contos gauchescos. 9ª ed., Porto Alegre: Globo, 1976.

LOPES NETO, J. Simões. Contos gauchescos e lendas do sul. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 1965.

MAAHS, G. O Sinuoso. Disponível em: <<http://osinuoso.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MAAHS, G. Guto Maahs. Disponível em: <<http://gutomaahs.tumblr.com>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MMA. Convenção de Ramsar. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/comfsglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar>> Acesso em: 13 jul. 2014.

MOURA, R.G.; CHITES, B.S.; SCHULZ, U.H. Análise Multitemporal das Mudanças no Uso do Solo Ocorridas entre os anos de 1985 a 2011 no Rio dos Sinos – Rio Grande do Sul – Brasil. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Bento

Gonçalves: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2013.

NETO, Vargas. Tropilha Crioula e Gado Xucro. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

NUNES, M. F. "O negro no mundo alemão": cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 254f.

OLIVEIRA, M.Z.; VERONEZ, M.R.; THUM, A.B.; REINHARDT, A.O.; BARETTA, L.; VALLES, T.H.A.; ZARDO, D.; SILVEIRA, L.K. Delimitação de Áreas de Preservação Permanente: Um estudo de caso através de imagem de satélite de alta resolução associada a um sistema de informação geográfica (SIG). Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 4119-4128.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 26 mai. 2014.

OSÓRIO, L. Direito à moradia no Brasil. São Paulo: Fórum de Reforma Urbana, 2003. Disponível em: http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Direito_a_Moradia_no_Brasil.pdf Acesso em: 14 mai. 2014.

OTENIO, M. H.; SANTOS, G. M.; GALVÃO, D. F.; DUPAS, F. A.; ASSAD, M. L. R. C. L. Metodologia do discurso do sujeito coletivo na representação social da bacia hidrográfica. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, Volume Especial, p. 44-66, 2014.

PAULA, C. C. Caracterização Ambiental da Bacia de Drenagem do Rio dos Sinos (Mestrado em Geologia) – Programa de Pós-graduação em Geologia, UNISINOS, São Leopoldo, 1995.

PONTO TUPINANBÁ. Disponível em: < <http://reidospontos.blogspot.com.br/p/pontos-de-oxossi-e-os-caboclos-da-mata.html>>. Acesso em 23 out. 2015.

PUNTEL, G. A. A paisagem na geografia. In: VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; PINTO, B. F.; SILVA, L. A. P. (Orgs) Paisagem. Leituras. Significados. Transformações. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

RESENDE, E. K. Pulso de inundação: processo ecológico essencial à vida no Pantanal [recurso eletrônico] / Emiko Kawakami de Resende. – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 16 p.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 10.1350/1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, Regulamentando o Artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/m0100018.asp?hid_idnorma=1250_1&texto=>>. Acesso em 14 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição Estadual. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdlfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>>. Acesso em 14 jan. 2015.

RODRIGUES, M. S. A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana. (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. 291f.

RB00562200 - Disponível em:<<http://reflora.jbrj.gov.br/jabot/geral/ExibeFiguraFSIUC/ExibeFiguraFSIUC.do?idFigura=3392626>>. Acesso em 24 out. 2015.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Memória coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003.

SEMA. Contratação de serviços de consultoria relativos ao processo de planejamento Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Fase C. Edital de concorrência 004/CELIC/2013. Relatório Final RT1. Fase Inicial e Fase A. Profill Engenharia e Ambiente Ltda., Porto Alegre, 2013.

SENADO. Disponível em:< [http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/em discussao /codigo-florestal/temas-polemicos-acordos-fechados-aprovacao-codigo-florestal/ senado-amplia-pagamento-por-servicos-ambientais.aspx](http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/em%20discussao/codigo-florestal/temas-polemicos-acordos-fechados-aprovacao-codigo-florestal/senado-amplia-pagamento-por-servicos-ambientais.aspx)> . Acesso em: 13 jul. 2014.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, D.C. A participação social na gestão dos recursos hídricos ao longo dos 21 anos de trabalho do Comitesinos. In: Novos Ambientes para a Participação. Brasília: UFMG, 2010.

SILVA, F. (Org). Reflexões e dicas para acompanhar a implementação dos sistemas de gestão de recursos hídricos no Brasil. Brasília: WWF, 2005.

SILVA, M. O. L. da; OLIVEIRA, S. S.; PEREIRA, V. A.; LIMA, M. G. S. B. Etnografia e pesquisa qualitativa: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação. Disponível em:<[http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files /VI.encontro.2010 /GT.1/GT_01_15.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_15.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2015.

UEC 106615 - Disponível em:< <http://goo.gl/eZnKau>>. Acesso em 24 out. 2015.

SIMMEL, Georg. A Filosofia da paisagem. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2009 (Tradução: Artur Morão).

SÓ HISTÓRIA. Disponível em: <[http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos /negrinho/](http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/negrinho/)>. Acesso em: 02 nov. 2014.

ZX

SOSINSKI, L.T.W. Serviços Ambientais. Disponível em: <http://www.cpact>.

embrapa.br/eventos/2010/met/palestras/26/261010_PALESTRA4_LILIAN_SOSINSKI.pdf. Acesso em: 13 jul.2014.

SOUSA JUNIOR, P.T. Anais do II Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas: Delineamento de Áreas Úmidas. Cuiabá, 2014.

TAMASO, I.; LIMA FILHO, M.F (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetória e conceitos. Brasília, Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

VERDUM, R.; VIEIRA, L. F. S.; PINTO, B. F.; SILVA, L. A. P. (Orgs) Paisagem. Leituras. Significados. Transformações. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

VELHO, G. O desafio da Violência. In: Violência, faces e máscaras. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/vio09.htm>> Acesso em: 03 mai. 2014.

VERISSIMO, E. L. Olhai os lírios do campo. Disponível em:<<http://zip.net/bvqQW6>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VERISSIMO, E. L. O Prisioneiro. Disponível em:<<http://zip.net/bpqRcL>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VERISSIMO, E. L. Senhor Embaixador. Disponível em:<<http://zip.net/bwqQnn>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VERISSIMO, E. L. O Tempo e o Vento – O Retrato. Disponível em:<<http://zip.net/blqP4y>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

WOORTMANN, E. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, nº 14, p. 205-238, novembro de 2000.

ZERO HORA. IBGE mostra que RS tem 297,5 mil pessoas morando em favelas. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2011/12/ibge-mostra-que-rs-tem-297-5-mil-pessoas-morando-em-favelas-3603898.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

Charges

DESCONHECIDO. Charge. Disponível em: <www.cantinholiterariososriosdobrasil.wordpress.com/2012/04/24/poluicao-nos-rios-e-lagos-charge> Acesso em: 02 dez. 2014.

JAIME. Charge. Disponível em: <www.chargesdojaime.com.br/ratao-do-banhado-em-dois-irmaos> Acesso em: 02 dez. 2014.

MIANI, Rozinaldo. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. Domínios da Imagem, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/20649/1566>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

SCHWERZ, J. P. Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural [dissertação]: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS) / João Paulo Schwerz; orientadora, Alícia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2009.

SINOVALDO. Charge. Disponível em: <[www.pilordia.blogspot.com.br/201310e-no-futebol-brasileiro.html](http://www.pilordia.blogspot.com.br/2013/10/e-no-futebol-brasileiro.html)>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SINOVALDO. Charge. Disponível em: <[www.sinovaldo.com.br/201308falta-de-agua.html](http://www.sinovaldo.com.br/2013/08/falta-de-agua.html)> Acesso em: 02 dez. 2014.

Filmografia

ROCHA, A.L.C.; NUNES, M.F.; TUNDISI, J.G.; RODRIGUES, M.A.S. Os Arroios não estão errados: Conflitos de usos das águas urbanas no Rio Grande do Sul. Novo Hamburgo/Porto Alegre: Feevale/IEGA/Instituto Anthropos, 2013.

Musicografia

AMARAL, L. Xote e recado. Disponível em:< <http://www.vagalume.com.br/lisandro-amaral/xote-e-recado.html>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BARROS, Daniel. De volta. Disponível em:< <http://musicatradicionalista.com.br/musica/21146/letra-de-volta.html>>. Acesso em: 17 fev.2015.

BORGES, L. C. Peñarol. Disponível em: <<http://letras.mus.br/luiz-carlos-borges/1434260/>> Acesso em: 16 ago. 2014.

DELIO & DELINHA. Antigo aposento. Disponível em:< <http://letras.cifras.com.br/delio-e-delinha/antigo-aposento>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

FOLCLÓRICAS GAÚCHAS. Maçanico. Disponível em: <<http://letras.mus.br/folcloricas-gauchas/1565725/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

FREITAS, G. Resposta da Adaga de Ésse. Disponível em: <<http://letras.mus.br/gildo-de-freitas/1557059/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

LIMA, M. Estouro de tropa. Disponível em:< <http://letras.cifras.com.br/mano-lima/estouro-de-tropa>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

LOURENÇO & LOURIVAL. Cabana. Disponível em:< <http://www.vagalume.com.br/lourenco-lourival/cabana.html#ixzz3S0dDQaPW>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MACHADO, J. C. Milonga do campo. Disponível em:< <http://www.vagalume.com.br/jose-claudio-machado/milonga-do-campo.html>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MARENCO, L. A Campo Fora. Disponível em: <<http://letras.mus.br/luiz-marengo/1161326/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MARENCO, L. Fundo de Campo. Disponível em: <<http://letras.mus.br/luiz-marengo/1161035/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MELO, R.; OLIVEIRA, C. Machaço Confronto. Disponível em: <<http://letras.mus.br/cesar-oliveira-rogerio-melo/802310/>> Acesso em: 16 ago. 2014.

MELO, R.; OLIVEIRA, C. Machaço Confronto. Disponível em: <<http://letras.mus.br/cesar-oliveira-rogerio-melo/579066/>> Acesso em: 16 ago. 2014.

MELO, R. Sob as Mangas do Aguaceiro. Disponível em: <<http://letras.mus.br/rogerio-melo/1033760/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MORAIS, W. Numa tarde de céu azul. Disponível em: <<http://letras.cifras.com.br/walther-morais/numa-tarde-de-ceu-azul>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

OLIVEIRA, C. Crescente Macharrona. Disponível em: <<http://letras.mus.br/cesar-oliveira/208811/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

OLIVEIRA, C.; MELO, R. Crioulo das "três vendas". Disponível em: <<http://letras.cifras.com.br/cesar-oliveira-e-rogerio-melo/crioulo-das-tres-vendas>>. Acesso em 17 fev. 2015.

OS FARRAPOS. Saracura do banhado. Disponível em: <<http://letras.cifras.com.br/os-farrapos/saracura-do-banhado>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

PASSARINHO, C. Ave Maria Pampeana. Disponível em: <<http://musicatradicionalista.com.br/musica/10722/letra-ave-maria-pampeana.html#ixzz3S1RkQJ36>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

RURAL, E. Flodoardo. Disponível em: <<http://letras.cifras.com.br/expresso-rural/flodoardo>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SERRANOS. Cambichos. Disponível em: <<http://letras.mus.br/os-serranos/122723/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SOBRINHO & TIO. Plantador de Arroz. Disponível em: <<http://letras.mus.br/tio-sobrinho/1685998/>> Acesso em: 16 ago. 2014.

SPOHR, R. Ponta de Lança. Disponível em: <<http://letras.mus.br/raineri-spohr/1783689/>> Acesso em: 16 ago. 2014.

TEIXEIRA, G. Assim te vejo querência. Disponível em <http://letras.mus.br/gustavo-teixeira/assim-te-vejo-querencia/>> Acesso em: 17 fev. 2015.

TEIXEIRA, G. No amanhecer da porteira. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/#!/gustavo-teixeira/no-amanhecer-da-porteira>> Acesso em: 17 fev. 2015.

TEIXEIRA, G. Huella de un corazón peregrino. Disponível em:<
<http://www.letras.com.br/#!/gustavo-teixeira/huella-de-un-corazon-peregrino>> Acesso
em: 17 fev. 2015.

WACQUANT, L. As duas faces do gueto. São Paulo: Bomtempo, 2008.